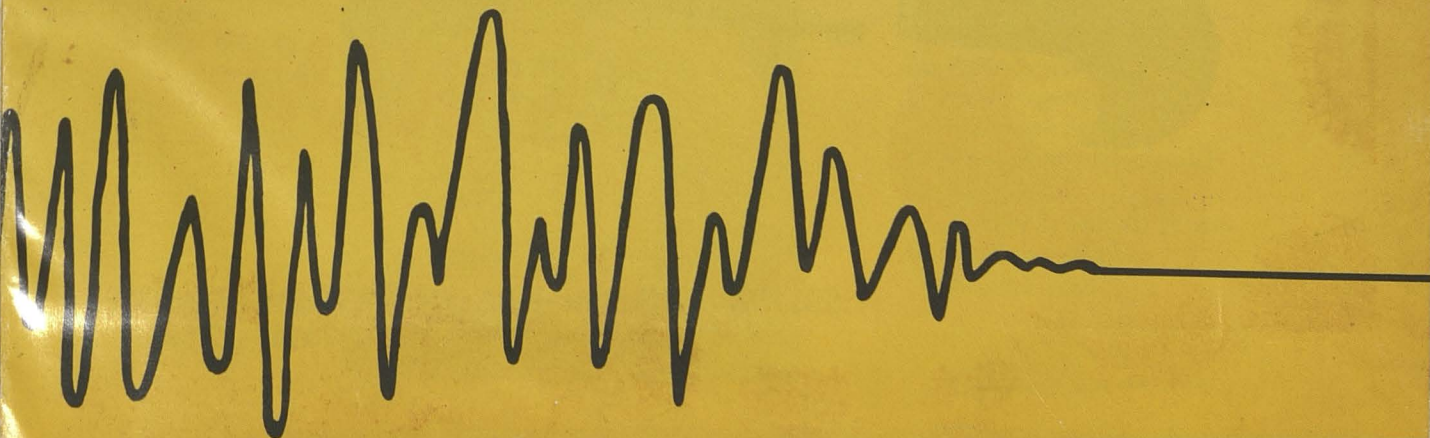


CADERNOS DO
**terceiro
mundo**

THATCHER:
A crise do
neoliberalismo

PUBLICAÇÃO MENSAL Nº 135 • Cr\$ 380,00 • BOA VISTA, MANAUS Cr\$ 495,00 • ANO XIII

**A AGONIA
DO PLANO
COLLOR**



**No desenvolvimento
da Indústria Petrolífera
para a reconstrução de Angola,
Sonangol é vital
para o futuro**



SONANGOL

SOCIEDADE NACIONAL DE COMBUSTÍVEIS DE ANGOLA
C.P. 1316 - LUANDA - TELEX 3148 - 3260

CADERNO POSTAL

Peça por cupom ou disquete (021) 252-7440



O PILÃO DA MADRUGADA

Neiva Moreira
(Depoimento a José Louzeiro) – 2ª Edição

Os repórteres são os narradores do cotidiano e do futuro. Nos salões iluminados das conferências de chefes de Estado, nas vielas das guerrilhas, nas catástrofes e no front das guerras declaradas, lá estão eles, testemunhas da História.

Este livro é a reportagem com um desses repórteres: Neiva Moreira. Aqui, na mais longa entrevista que já concedeu, Neiva dá o testemunho do que viu e participou, fala da sua inquietação, do inconformismo diante das injustiças, do fascínio pela informação e, por que não dizer, pelo perigo.

Neste depoimento, ele narra episódios marcantes e, com visão política e linguagem de repórter, permite ao leitor conhecer e avaliar fatos não apenas desconhecidos mas, sobretudo, tergiversados na "história oficial". 464 p.

José Louzeiro
E-208 Cr\$1.250,00

ALBÂNIA
O mosteiro Vermelho
Edouard Bailby



Trancada dentro das suas fronteiras, adversária declarada das orientações ideológicas do Partido Comunista soviético, depois da morte de Stálin em 1953, a Albânia não tem uma situação comparável ao resto do Leste europeu. Não há nenhuma oposição interna organizada frente ao aparelho do Estado. No exterior, os movimentos hostis ao regime carecem de força real.

Os dirigentes de Tirana continuam firmes na sua convicção de que os últimos acontecimentos na União Soviética e no Leste europeu são a consequência direta da política "revisionista" inaugurada por Nikita Kruschev. "O socialismo perdeu uma batalha mas não perdeu a guerra", declarou à imprensa Xenophon Nuschi, embaixador da República Popular Socialista da Albânia

em Paris. Pouco antes, o Partido do Trabalho da Albânia reafirmou claramente as suas posições marxistas-leninistas, rejeitando qualquer forma de multipartidarismo e su-blilhado novamente o papel "fundamental" do partido na edificação do socialismo.

80 p.
E-224 Cr\$ 900,00

FIDEL: O FUTURO DO SOCIALISMO
Entrevista a Beatriz Bissio

As mudanças no Leste Europeu provocaram um realinhamento de forças a nível mundial, pondo fim não somente à Guerra Fria como à bipolaridade surgida no pós-guerra. E tiveram profundas repercussões no plano econômico mundial, sobretudo no bloco socialista.

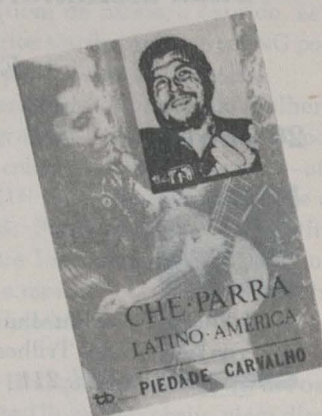
O novo perfil das relações internacionais afeta diretamente Cuba, o único país socialista da América Latina, cuja economia – ainda que muito desenvolvida em relação ao estágio em que se encontrava em 1950, quando triunfou a Revolução –, está longe da auto-suficiência, em particular em matéria energética.



Essas questões – que se transformam em grandes desafios para o futuro do socialismo em Cuba – são abordadas nessa entrevista exclusiva que o Presidente Fidel Castro concedeu a Beatriz Bissio, editora da revista caderno do terceiro mundo, em Havana. Trata-se de um depoimento honesto e profundo do líder máximo da Revolução Cubana. 64 p.

E-225 Cr\$ 650,00

CHE – PARRA
Latino América
Piedade Carvalho



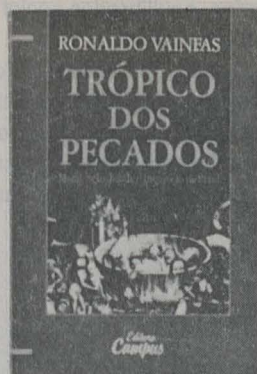
"Ler este livro de Piedade Carvalho é mergulhar fundo numa sinfonia brilhante, onde cada instrumento aparece com a nitidez de uma estrela, iluminando nossa memória, nossa consciência e nosso coração, acordando no mais escuro compartimento de nosso ser a nossa quase moribunda esperança.

CHE-PARRA é o balde d'água que nos acorda, nos reanima e reacende nossa coragem e nos põe novamente em campo.

Uma catarsis psico-histórico-musical-revolucionária. E de novo a vontade de recolocar na vitrola os discos de Parra, e de novo a vontade de repor na parede o poster de Che." Sérgio Ricard – 100 p.

E-223 Cr\$ 1.000,00

**O TRÓPICO DOS
PECADOS**
Moral, Sexualidade e
Inquisição no Brasil
Ronaldo Vainfas

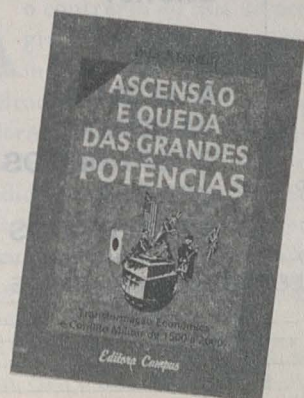


Um dos períodos mais obscuros da nossa história revelado em estudo minucioso – na linha chamada História das Mentalidades – dos conflitos e desejos das moralidades coloniais. O controle do Santo Tribunal sobre as práticas sexuais, ao construir o jogo do lícito e do ilícito, vai demarcando um território do qual o autor capta o clima da época, os costumes e todos os impasses daqueles homens e mulheres marginalizados. 404 p.

E-217 Cr\$ 3.480,00

**ASCENSÃO E QUEDA
DAS GRANDES
POTÊNCIAS**
Paul Kennedy

No séc. XVI ou quase no séc. XXI, uma nação afirma



seu poderio militar de acordo com os recursos econômicos que possui. Assim, em uma brilhante análise das razões da ascensão e declínio das grandes potências do passado, Kennedy define todos os impasses das potências modernas. Erros que se repetem, tendências, conflitos, dilemas e táticas, fazendo da História das Nações a história de uma tentativa de equilíbrio de forças. 688 p.

E-220 Cr\$ 4.570,00

**A ECONOMIA
POLÍTICA DO NOR-
DESTE**

**Secas, Irrigação e Desen-
volvimento**

J. Otamar de Carvalho

Destruindo o mito conveniente de que a seca é a causa do atraso do Nordeste, Otamar de Carvalho "mapeia" o território nordestino disposto a não deixar canto inexplorado. Começando pela apreciação geral da economia do Nordeste, continua pela delimitação da área sujeita às secas. A finalização é um exame minucioso, no qual mostra as razões verdadeiras do atraso e as possibilidades de desenvolvimento. O autor é agrônomo, ex-diretor da Assessoria Técnica da Sudene e doutor em Economia pela Unicamp. 520 p.

E-216 Cr\$ 2.750,00

**A FACE OCULTA DA
DROGA**

Rosa del Olmo
O que existe por trás



deste comércio ilegal? Qual é o outro lado do tráfico? O que está além das entrelinhas do noticiário que o grande público não percebe? Estas são questões que Rosa del Olmo levanta e discute em *A face oculta da droga*. 87 p.

E-212 Cr\$800,00

A OUTRA
Um estudo antropológico
sobre a identidade da
amante do homem casado
Miriam Goldenberg

"Este livro é uma contribuição original e ino-



vadora no campo das Ciências Humanas, no Brasil. Pela sua clareza e franqueza traz dados preciosos para a melhor compreensão de trajetórias de mulheres que vivem em período turbulento, de óbvias transformações no campo da moral, das relações amorosas e da família.

Este material só poderia ter sido coletado por pesquisadora dedicada e sensível. Ao analisar seus dados, Miriam Goldenberg levanta questões que abrem caminho para novas pesquisas. Como todo trabalho pioneiro, este terá, forçosamente, desdobramentos." Gilberto Velho – 84 pág.

E-222 Cr\$ 970,00

**MEMÓRIAS DE UMA
GERAÇÃO
ASSASSINADA**

Newton Cunha

É um romance ágil, que revivencia o cotidiano brasileiro em um ano espe-

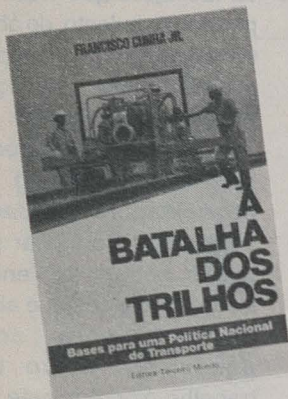


cialmente importante para a história e vida nacionais: 1968.

Humano e tocante na delicadeza com que trata das personagens, instiga a reflexão e enriquece a literatura de bom gosto. 138 pág.

E-206 Cr\$ 800,00

**ABATALIA
DOS TRILHOS**
Bases Para Uma Política
Nacional De Transporte
Francisco Cunha Jr.



Este livro bate numa velha tecla. Aprende-se nos bancos escolares que o Brasil tem que substituir a rodovia pela ferrovia e hidrovía, meios de transportes mais econômicos. Isto todo mundo sabe, mas nada é feito para solucionar o problema.

O que não se aprende na escola, e o próprio autor desconhecia, é que as economias possíveis superam 3% do PIB. O desperdício não envolve apenas a diferença no custo do transporte de produtos essenciais, mas também vários subsídios ao transporte rodoviário, além do investimento em novas fontes

energéticas para suprir um consumo dispensável.

A eliminação desse desperdício é fundamental para uma nação que tem que crescer por seus próprios meios, pois sabe que nada deve esperar da comunidade internacional. Francisco Cunha Jr. é engenheiro de aeronáutica, formado pelo ITA em 1961, ano em que iniciou carreira profissional sempre voltada à implantação de sistemas viários. 94 p.

E-211 Cr\$ 800,00

**A ESQUERDA E O
GOLPE DE 64**

Dênis de Moraes

O autor reexamina crítica-



mente o papel das forças de esquerda no processo que culminou com a deposição do presidente João Goulart. Uma das atrações do livro

são as entrevistas inéditas com líderes das principais correntes de esquerda do período 1960-1964 com revelações a respeito de fatos até hoje controvertidos.

Entre os depoimentos polêmicos, estão os de Leonel Brizola, Almino Afonso, Waldir Pires, Darcy Ribeiro, Luiz Carlos Prestes, Sérgio Magalhães, Francisco Julião, Gregório Bezerra, Herbet de Souza (Betinho), Hércules Corrêa, Celso Furtado e Neiva Moreira, além de oficiais nacionalistas que se ali-nhavam com Jango, como o general Nélson Werneck Sodré, o capitão Eduardo Chuahy e os brigadeiros Francisco Teixeira e Rui Moreira Lima. 379 p.

E-202 Cr\$1.600,00

**DESENVOLVIMENTO E
CONVERGÊNCIA**

Celso W. Bueno

Adotem a rota do socialismo, ou do capitalismo, os países do Terceiro Mundo jamais chegarão a reproduzir os padrões de produção e de consumo das nações ricas, simplesmente porque esses padrões dependem de transferências de recursos vindos dos próprios países do Terceiro Mundo, a baixos preços, o que obriga aí baixos salários.

O único desenvolvimento viável é o que otimize o uso dos recursos naturais e humanos de cada região, do que resultarão padrões sóbrios, equilibrados social e ambientalmente.

Celso W. Bueno foi durante 10 anos membro da equipe técnica das Nações Unidas. É hoje professor da Fundação Getúlio Vargas. 242 p.

E-214 Cr\$1.760,00

**ADERROTADA
DIALÉTICA**

Leandro Konder

Na verdade, são apresentadas duas derrotas da dialética. Uma que se consumou no interior do "marxismo-leninismo" e a outra, mais ligada ao Brasil, onde o modo de pensar positivista acabou favorecendo a versão stalinista do marxismo, causando extensos prejuízos à consciência revolucionária. Além deste exame na mentalidade da nossa esquerda e das pesquisas feitas na Alemanha, França e Argentina, Konder amplia a força deste livro com sua própria trajetória intelectual, marcada pelo golpe de 64 e pelo AI-5. 222 p.

E-215 Cr\$ 2.240,00

* Desejo receber pelo reembolso postal os livros assinalados, com descontos que tiver direito.

() assinante () não-assinante

Nome

Endereço

Bairro Cidade.....

Estado CEP Tel.

Profissão

Assinatura

**TABELA DE
DESCONTOS**

- 5% para assinantes.
ou
- 10% para pagamento antecipado de assinantes e não-assinantes
- O preço dos livros está de acordo com as tabelas das respectivas editoras.

**VALIDADE
20.01.91**

**APÓS
A DATA DA
VALIDADE,
COBRAREMOS
PREÇOS
ATUALIZADOS**

CÓDIGO	QUANTIDADE	CÓDIGO	QUANTIDADE	CÓDIGO	QUANTIDADE	CÓDIGO	QUANTIDADE	CÓDIGO	QUANTIDADE

As mudanças na União Soviética e no Comecon deixam Cuba numa situação econômica difícil.

Essa nova realidade levou o governo de Fidel Castro a agilizar a administração do Estado, visando a aperfeiçoar o funcionamento da economia

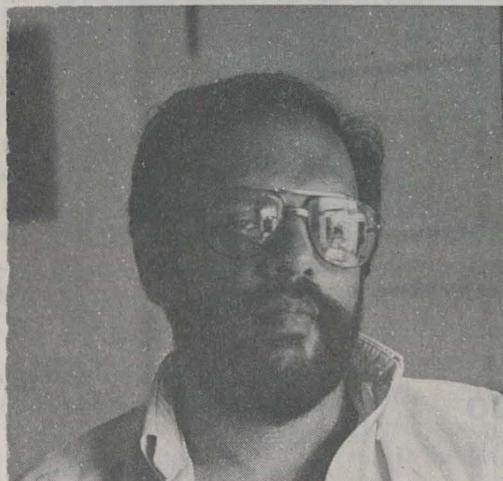
10



O dia-a-dia da população negra sul-africana é retratado com sensibilidade por Farouk Asvat.

Poeta e médico, ele trabalhou na clínica aberta por Steve Biko, em King Williamstown, e foi perseguido pela sua militância anti-apartheid

35



O adeus da Dama de Ferro deixa o neoliberalismo sem sua musa inglesa.

O neoliberalismo é o pensamento da moda das elites do Terceiro Mundo, mas começa a sofrer, nas nações ricas, o impacto da queda de Margaret Thatcher e das dificuldades econômicas dos Estados Unidos

58



2 PANORAMA

8 CARTAS

10 AMÉRICA LATINA

- Cuba: Apertando o cinto 10
- Os desafios de hoje 12
- Encontro de entidades negras 16

17 ÁFRICA

- Dívida: Sem solução à vista 17

18 ORIENTE MÉDIO

- Kuait-Iraque: Em clima de xeque-mate 18

22 ÁSIA

- Birmânia: Os monges rebelados 22
- Malásia: Novo quadro político 23
- O declínio dos "tigres asiáticos" 24

26 COMUNICAÇÃO

- EUA: A imagem do árabe na Tv 26

28 INFÂNCIA

- Senegal: Um futuro incerto 28

29 SAÚDE

- Os perigos das fraldas descartáveis 29

30 POPULAÇÃO

- Os mitos do controle da natalidade 30

31 ECONOMIA

- Armamentismo: Os duros tempos de paz 31

35 ESPECIAL

- Cultura: A força da palavra 35

41 SUPLEMENTO BRASIL

42 Matéria de Capa

- A Agonia do Plano Collor 42

46 Tecnologia

- A integração universidade-empresa 46

48 Transporte

- A volta da velha senhora 48

50 Política

- Aproveitar a lição 50

52 Eleições 90

- Uma experiência eleitoral em tempo de crise 52

56 Panorama Nacional

- 56

58 Opinião

- A crise do neoliberalismo 58

60 Página Aberta

- Regionalismo 60

O aumento da violência nas áreas rurais da Nicarágua tem sido a consequência mais visível do retorno ao país de dezenas de milhares de *contras*, que formalmente depuseram as armas, e de centenas de famílias camponesas que tinham se refugiado nos países vizinhos.

Até agora o governo da presidenta Chamorro não cumpriu um dos seus principais compromissos de campanha, que era distribuir terra para nela assentar os *contras*. Diante do impasse criado, eles decidiram invadir as terras das cooperativas camponesas.

Graves enfrentamentos ocorreram nas últimas semanas de outubro e durante todo mês de novembro em vários departamentos da Nicarágua, com um saldo de dezenas de mortos e quase 40 feridos. Em um desses combates, na cidade de Sebaco, se enfrentaram forças de segurança e cerca de 300 *contras*, deixando quatro

NICARÁGUA Tensão no campo

policiais mortos e 19 feridos (cinco em estado grave).

A primeira resposta do governo foi criar uma Comissão Nacional Agrária, integrada pelo ministro da presidência Antonio Lacayo, o ministro do Interior, Carlos Hurtado e o comandante-em-chefe do exército, general Humberto Ortega. Representantes dos *contras* e dos camponeses or-

ganizados nas cooperativas também foram convidados a integrar a comissão, que tem caráter consultivo, esperando-se dela a redação de um relatório à presidenta Chamorro propondo as possíveis soluções.

A segunda iniciativa do governo foi prender o ex-líder *contra* Aristides Sanchez, sob a acusação de manipular as

reivindicações de seus ex-aliados para desestabilizar o governo.

A crise tem tido consequências dramáticas no interior do país. O plano econômico impulsionado pela presidenta Chamorro tem concentrado os esforços na estabilização do *córdoba*, a moeda nacional, tirando todos os subsídios às atividades produtivas, e em particular à agricultura.

Especialistas centro-americanos reconhecem que nem nos piores momentos da guerra aos *contras*, durante o governo sandinista, se viveu no campo nicaraguense uma situação tão dramática, com dezenas de milhares de famílias ameaçadas de morrer de fome. Com a redução das áreas plantadas, outra consequência da falta de crédito para as cooperativas camponesas, também diminuiu a demanda de mão-de-obra no campo, onde o desemprego já atingiu o patamar de 40%.



Membros de uma cooperativa se preparam para defender suas terras das invasões promovidas pelos *contras*

GUATEMALA A direita no segundo turno

Apesar de não se conhecer o novo mandatário do país — o povo guatemalteco terá que voltar novamente às urnas no dia 6 de janeiro de 1991 — já se pode afirmar que a direita foi a grande vencedora da eleição presidencial de 11 de novembro.

Mas as urnas guardavam surpresas. Beneficiado pelos votos dos eleitores que não puderam eleger o ex-ditador Efraín Ríos Montt, o engenheiro Jorge Serrano, que não figurava nas pesquisas em boa posição, surpreendeu a todos e obteve o segundo lugar no primeiro turno. Serrano, que reconheceu ser um homem de direita, é candidato do Movimento de Ação Solidária (MAS) e obteve 14,28% dos votos.

Jorge Carpio Nicolle, da União Nacional de Centro (de direita, considerado o franco favorito para ganhar a eleição), ficou com o primeiro lugar com 25,70% dos votos. O outro candidato que estava cotado para passar ao segundo turno, o também direitista Álvaro Arzú, do Plano de Avanço Nacional, obteve poucos votos.

Jorge Serrano se beneficiou de mais de um ponto de contato com o general Efraín Ríos Montt, cuja candidatura foi vetada pela justiça guatemalteca: o candidato do MAS foi presidente

do Conselho de Estado durante a ditadura do general Montt (1982-1983) e utiliza na sua campanha um discurso fortemente religioso.

Esses dados lhe permitiram capitalizar o veto da Justiça da Guatemala à candidatura de Ríos Montt, que em pesquisas de opinião prévias à eleição aparecia como o grande vencedor. Um artigo da Constituição guatemalteca, que impede de se candidatar à presidência pessoas que chegaram ao poder através de golpes militares, deitou por terra as aspirações de Ríos Montt, mas fez crescer as possibilidades de Serrano.

O candidato do MAS tem tratado de reduzir os comentários sobre sua orientação direitista destacando a sua participação nas conversações entre os partidos políticos e dirigentes guerrilheiros da Unidade Revolucionária Nacional Guatemalteca (URNG), realizadas na Espanha em junho passado, onde se discutiram os caminhos e condições para pôr fim à guerra civil no país, que já dura 30 anos.

Quase a metade da população não foi às urnas ou anulou o voto, e somente 3 milhões e 200 mil eleitores, de uma população de mais de 9 milhões de habitantes, se cadastraram.

Essa falta de participação nas eleições levanta uma grande interrogação sobre o segundo turno, em janeiro próximo, e caso se repita, reduziria a legitimidade do candidato que saia vencedor.

ARGENTINA Ruído na linha

Com a assinatura, a meados de novembro, do ato de transferência da companhia estatal Entel a um conglomerado de empresas européias chegou ao fim o monopólio estatal do serviço telefônico na Argentina. A mudança de mãos da estatal de telecomunicações se converteu no símbolo da política neoliberal do presidente Carlos Menem, que fez da privatização de empresas públicas uma das principais bandeiras da sua gestão.

Todo o processo de privatização da Entel foi duramente criticado pelos partidos de oposição e pelos sindicatos, que realizaram uma greve de duas semanas, reprimida pelo governo com demissões em massa de trabalhadores.

Para poder concretizar a sua meta, a administração peronista teve, ainda, de passar por cima de questões legais e de princípios, como o fato da Entel ter sido comprada por empresas estatais européias. A Companhia Telefônica, da Espanha, a France Telecom, da França, e o grupo público italiano Stet figuram entre os principais acionistas do consórcio que passa a explorar os serviços telefônicos a partir de agora.

Como o governo argentino se desfez da Entel alegando que ela dava prejuízo, e era preciso sanear o déficit fiscal, enfrentar a inflação e, ainda, reduzir a dívida externa, causou surpresa que os compradores fossem empresas estatais, de vários países europeus.

A resposta à pergunta que se faziam muitos argentinos veio da imprensa francesa: o jornal **Liberation** publicou a respeito um extenso relatório no qual se informa que o interesse do consórcio franco-italiano-francês na companhia de telefones argentina é parte da batalha que estão travando os europeus e os norteamericanos pelo controle mundial do setor das telecomunicações. Com a compra da Entel, os europeus ganharam pontos, segundo o informe, perante os seus rivais, que agora tentarão abocanhar as companhias de outros países latino-americanos.

Segundo **Liberation**, o setor das telecomunicações deverá ter um forte crescimento nos próximos anos e constitui para a Europa o único meio de garantir o ingresso no mercado de alta tecnologia eletrônica. Os países europeus controlam atualmente 31% da produção mundial de materiais de telecomunicação, seguidos dos Estados Unidos e Japão.



Os planos de ajuste pioraram as condições de vida da população

AMÉRICA CENTRAL Pobreza crônica

Os programas de ajuste econômico, aplicados nos países da América Central, fizeram com que os níveis de pobreza da população dessa região se aprofundassem, segundo afirma um documento da Comissão Econômica para América Latina (Cepal).

Essa é a conclusão do seminário "Os projetos produtivos na estratégia contra a pobreza", organizado em Tegucigalpa, Honduras, pela Secretaria de Planejamento daquele país centro-americano.

Segundo os técnicos da Cepal, a pobreza entre a população centro-americana cresceu após a imposição, na década passada, de políticas de ajuste econômico e do aprofundamento da crise financeira nos países da área.

Os dados do organismo latino-americano mostram que os ajustes estruturais fizeram aumentar o desemprego, diminuir os salários e baixar a renda na região em 10%. Por volta de 1980, afirma o relatório da Cepal, 60% da população da América Central estavam classificados como "pobres", mas com os ajustes essa cifra cresceu. Só no caso do México, a Comissão revelou que em 1990 a porcentagem de po-

pulação pobre atingiu a marca de 51% e as pessoas em situação de pobreza extrema totalizaram 21%.

Os participantes do seminário realizado em Honduras – representantes dos governos da América Central e do México – deram seu respaldo às conclusões da Cepal e se manifestaram a favor de programas destinados a combater a pobreza.

No mesmo dia em que a Cepal anunciava suas conclusões, os ministros de Educação e Saúde de sete países centro-americanos – Belize, Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua e Panamá – reunidos em San José, Costa Rica, afirmaram que o principal desafio para a atenção às crianças da região era garantir a própria sobrevivência delas.

Durante o encontro, realizado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e o Fundo de Nações Unidas para a Infância (Unicef), vários ministros reconheceram que os recursos que seus próprios governos destinam à atenção às crianças são insuficientes. Ernesto Salmerón, ministro da Saúde da Nicarágua, foi um deles. Ele assinalou que nesse país as pessoas que vivem em estado de grande pobreza já somam 300 mil.

A reunião foi encerrada sem que os participantes assinassem qualquer compromisso imediato de financiamento ao setor.

PORTO RICO Adiado o plebiscito

O Senado norte-americano adiou por mais um ano a aprovação da lei que permitiria realizar um plebiscito na ilha de Porto Rico para definir o seu futuro político. Apesar de ter sido aprovada por unanimidade pela Câmara de Deputados, a lei — que teria permitido realizar a primeira consulta popular em 30 anos sobre a autodeterminação dessa ilha caribenha — foi paradoxalmente bloqueada no Senado por um legislador que sempre apoiou os setores que defendem a independência de Porto Rico, o democrata Bennett Johnston.

O parlamentar se comprometeu, no entanto, a promover a discussão da lei antes de julho próximo, com o Congresso renovado pelas eleições de 6 de novembro passado. Bennett justificou a sua posição, alegando não ser favorável à lei tal como tinha sido aprovada pela Câmara dos Deputados. Na sua opinião, essa lei não dava garantias suficientes de que os Estados Unidos aceitariam o resultado do plebiscito, seja ele qual for.

Os principais dirigentes porto-riquenhos, incluindo o atual governador, Rafael Hernández Colón, praticamente se mudaram para Washington no início de outubro, quando a Câmara dos Deputados abriu o debate sobre o futuro estatuto legal de Porto Rico e sobre a realização do plebiscito.



Porto Rico: um "Estado Livre Associado" dos EUA

A administração Bush e a grande maioria do Congresso norte-americano apóiam a adesão de Porto Rico aos Estados Unidos, como o 51º estado da União. Atualmente, a ilha caribenha é um "estado livre associado" dos Estados Unidos, um eufemismo para encobrir o caráter colonial da relação entre ambos.

As Nações Unidas têm incluído em diversas ocasiões a questão de Porto Rico na sua agenda do Comitê de Descolonização e defendem a autodeterminação da ilha, de 3,7 milhões de habitantes.



O apoio dos EUA à Grã-Bretanha na guerra das Malvinas (na foto, votação na ONU) contra a Argentina desacreditou o Tiar

TIAR Proposta sua substituição

Militares do Peru e da Bolívia decidiram iniciar gestões para acabar com o Tiar (Tratado Inter-americano de Assistência Recíproca).

A proposta foi formulada pelo ex-presidente do Peru, general Morales Bermúdez, perante o alto comando militar da Bolívia, num seminário realizado em La Paz sobre "Segurança Regional na América Latina".

A proposta de Morales Bermúdez inclui a criação de um mecanismo regional que atenda às necessidades de defesa da América Latina, não só em relação aos aspectos militares, mas em tudo o que diz respeito à política econômica, social, educativa, cultural, etc.

Os participantes, oficiais de alta patente e personalidades civis do Peru e da Bolívia, consideraram a proposta do ex-mandatário peruano como o ponto alto da reunião, convocada para avaliar as repercussões da crise do Golfo no continente.

Assinale-se que Morales Bermúdez é um militar conservador, que manteve, no seu governo, relações amistosas

com os Estados Unidos.

Criado em 1949 no Rio de Janeiro, o Tiar prevê que, em caso de conflito armado com uma potência extra-continental, os exércitos latino-americanos e o dos Estados Unidos cerrem fileiras em defesa da soberania do continente. Em função dessa estratégia de defesa comum, milhares de oficiais de todas as forças armadas latino-americanas passaram a frequentar as escolas militares dos Estados Unidos, onde geralmente recebiam treinamento não para a defesa do continente, mas em contra-insurgência.

Porém, desde a guerra das Malvinas, o Tratado Inter-americano de Defesa Recíproca está em crise.

Os Estados Unidos, violando a letra e o espírito do Tiar, ficaram ao lado da Grã-Bretanha, passando inclusive às forças armadas daquele país valiosas observações sobre a posição das tropas e os navios argentinos, captadas via satélite.

Na prática, o Tiar perdia a razão de ser.

Representantes do governo de Angola e da organização contra-revolucionária Unita realizaram em Portugal, em meados de novembro, a quinta rodada de conversações diretas entre ambas as partes. Desta vez, o diálogo contou com a presença de observadores da União Soviética e dos Estados Unidos, os principais aliados dos dois lados que se enfrentam em Angola praticamente desde a proclamação da independência desse país da África Austral.

Segundo fontes extra-oficiais, na reunião foram discutidas as vias para se chegar a um cessar-fogo e os mecanismos para a sua supervisão, além da reforma do exército angolano.

Na reunião extraordinária do Comitê Central do MPLA-Partido do Trabalho, realizada em Luanda no fim de outubro, o presidente do Partido, José Eduardo dos Santos – que acumula essa responsabilidade com a de chefe de Estado de Angola – anunciou que o multipartidarismo poderá

ANGOLA Passos iniciais

ser implantado no primeiro trimestre de 1991. Alguns participantes da reunião de Lisboa entre o governo e a Unita manifestaram que se considerou um elemento positivo no processo de paz a decisão do Congresso norte-americano de cortar a ajuda ao grupo rebelde. Por isso, há otimismo nos círculos diplomáticos africanos e ocidentais em relação ao processo de negociação em curso. O cessar-fogo seria o primeiro passo concreto no rumo do fim da guerra.

A quarta rodada de negociações entre o governo angolano e a organização contra-revolucionária tinha sido realizada em fins de setembro em Sintra, nos arredores de Lisboa, mas tinha finalizado sem nada de concreto.



O governo negocia com a Unita para obter um cessar-fogo

MOÇAMBIQUE Nova Carta

Assembléia Popular de Moçambique, o Parlamento desse país africano, aprovou por decisão unânime de seus 181 membros uma nova Constituição, que abre uma etapa inédita na sua vida política como nação independente. A nova Carta transformou o regime de partido único num sistema pluripartidário desde o dia 30 de novembro passado.

O presidente Joaquim Chissano, que em 1986 substituiu no poder o carismático líder Samora Machel – morto em um controvertido acidente de avião – se comprometeu a convocar eleições em 1991. As mudanças no plano político estarão acompanhadas de várias inovações na área econômica, como a adoção da economia de mercado, e no setor institucional, com a implantação de um Poder Judiciário autônomo e a criação de uma imprensa independente do Estado.

Apesar da nova Constituição moçambicana possibilitar a legalização dos grupos contra-revolucionários, como a Renamo, essa organização terrorista re-

alizou mais um massacre no dia seguinte à aprovação da nova carta. Desta vez, 25 pessoas morreram em sabotagens e ataques a populações civis em diferentes pontos do país.

Financiados pela África do Sul durante os 15 anos de vida independente de Moçambique, esses grupos cometeram milhares de atentados, visando a desestabilizar o governo da Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo), que está no poder desde a independência, em 1975, após ter liderado a luta armada contra o colonialismo português.

As sabotagens dos grupos terroristas provocaram a morte de dezenas de milhares de pessoas, principalmente de civis indefesos, e danos materiais no valor de milhões de dólares. Com as recentes mudanças, espera-se que esses grupos se constituam em um partido político, depondo as armas e enquadrando-se na luta política legal.

Com o objetivo de negociar um cessar-fogo, continuam se desenvolvendo



A guerra já deixou milhares de mortos

em Roma as rodadas de negociações entre o governo da Frelimo e a Renamo, a última das quais ocorreu em fins de novembro. A Igreja, que é a mediadora desse diálogo, disse estar otimista quanto aos seus resultados, a médio prazo.

MEIO AMBIENTE Eco '92

Grupos ecologistas asiáticos e da região do Pacífico desejam ter maior influência nas decisões que venham a ser adotadas na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, que se realizará no Rio de Janeiro em 1992. Por essa razão procuram a forma de vir a estar oficialmente representadas nesse evento.

Esses grupos *verdes* querem ver as suas idéias incluídas no "informe sobre o estado do meio ambiente", que os governos estão preparando para a reunião do Rio. Mas eles não vêm com otimismo a possibilidade de virem a fazer parte das delegações oficiais que assistirão à conferência de 1992. Isto, apesar do secretário geral da Conferência, Maurice Strong, ter assegurado aos grupos ecologistas não-governamentais que eles serão autorizados a participar nos debates.

Quem tem a última palavra sobre a participação de organizações não-governamentais na conferência do Rio de

Janeiro são os governos.

Mas os ambientalistas asiáticos não desistem. E para avaliar a situação e a melhor forma de agir se reuniram em Bangcoc, a capital da Tailândia.

Nessa ocasião, redigiram o documento com o que consideram as principais reivindicações que devem ser discutidas na reunião do Rio de Janeiro.

Para eles, nesse encontro deveria ser aprovado um código de conduta ambiental, que transforme os objetivos do desenvolvimento, voltando-os para o ser humano, que deveria estar no centro de todas as preocupações.

Nesse sentido, para os ecologistas asiáticos, é fundamental o papel dos meios de comunicação, que teriam de mostrar a questão ambiental não como um problema isolado, mas como um fator vital para o futuro da Humanidade, já que está inti-

mamente ligado ao desenvolvimento. Na sua opinião, se não se traçam desde agora novos códigos de conduta que assegurem um desenvolvimento respeitoso do meio ambiente, a espécie humana e todos os seres vivos estarão ameaçados de extinção.



Protesto contra a destruição da fauna em Formosa (Taiwan)

Lançado Guia 91/92 em inglês

Foi publicada recentemente em Montevideu, Uruguai, a *Third World Guide 91-92*, versão em inglês do *Guia do Terceiro Mundo*. Os primeiros 5.300 exemplares já foram enviados para a sua distribuição no mercado editorial e acadêmico europeu, e uma remessa similar partirá em breve rumo ao Canadá e Estados Unidos.

A obra começou a ser publicada em 1979, em espanhol, com o nome de *Guía del Tercer Mundo*. Em 1980, foi editada a primeira versão em português e a apresentada agora é a terceira em inglês. Esta última edição foi exibida na

Feira Internacional do Livro de Frankfurt, Alemanha, em outubro passado, e recebeu comentários favoráveis da crítica especializada.

Willy Brandt, ex-chanceler alemão e atual presidente da Internacional Socialista recomendou-o como "um livro de consulta indispensável para todos os que se preocupam com as relações Norte-Sul".

Para a revista especializada *World Development*, trata-se de "um impressionante esforço coletivo que tem se expandido e melhorado a cada edição".

Roberto Bissio, editor de *Third*



Milhares de Guias foram exportados

World Guide 91-92, destacou que neste livro de consulta colaboram jornalistas e pesquisadores de cinco continentes, mas que a redação final, edição, cartografia, artes gráficas e impressão foram realizadas no Uruguai por pessoas ligadas diretamente ao Terceiro Mundo.



Os conflitos étnicos contribuíram para a queda do governo

ÍNDIA Novo governo

Somente o silêncio do presidente Ramaswamy Venkataraman e o apoio explícito do ex-primeiro-ministro Rajiv Gandhi permitiram que o impasse político na Índia fosse superado e o veterano socialista Chandra Shekhar eleito para formar um novo governo, substituindo Vishwanath Pratap Singh.

Singh apresentou a sua renúncia no início de novembro após uma dura derrota no Congresso indiano, que lhe negou um voto de confiança.

Shekhar, de 63 anos, tem pela frente a difícil tarefa de formar um bloco no Congresso que lhe permita governar. Ao que parece, essa tarefa será facilitada em alguma medida pelo apoio do ex-primeiro-ministro Rajiv Gandhi, que disse estar disposto a apoiar qualquer primeiro-ministro com exceção do Singh.

Tido por observadores estrangeiros como um político populista, Shekhar é considerado um homem próximo a influentes empresários indianos.

Por isso, se espera que ele reverta a política de abertura do mercado a produtos estrangeiros que implementou Pratap Singh.

A atual crise política na Índia tem causas econômicas e religiosas.

A primeira delas começou a se perfilar com a tentativa do ex-premiê Pratap Singh de levar adiante um governo laico, conforme reza a Constituição.

Essa proposta foi rejeitada por todas as tendências religiosas da Índia, com exceção da minoria muçulmana – estimada em 100 milhões de pessoas.

Ao mesmo tempo, Singh tentou desenvolver uma política de liberalização industrial e atração de capital estrangeiro, que provocou a oposição de empresários indianos.

Mas o que o acabou derrubando foram as implicações do conflito religioso na cidade de Ayodhya, no estado de Uttar Pradesh, onde cidadãos hindus tentaram demolir uma mesquita muçulmana do século XVI para construir um templo ao deus Rama, que teria nascido no local.

Para enfrentar a situação, Singh enviou 250 mil homens entre soldados do exército e policiais. Nos choques, mais de 200 pessoas morreram e o ex-primeiro-ministro mandou prender Kristan Advani por chefiar a campanha pela demolição da mesquita. Kristan Advani é o presidente do partido Bharatiya Janata (PBJ), que junto com o Partido Janata Dal (PJD) formava a Frente Nacional, base de sustentação de Singh. A Frente rachou e o premiê ficou sem apoio no Congresso.

ÊMEN Catástrofe econômica

Iêmen, o Estado mais pobre e mais populoso da península Arábica, está entre os mais prejudicados pelo desastre econômico causado pela crise do Golfo.

Em maio, o Iêmen do Sul se unificou com o Iêmen do Norte, depois de 300 anos de separação. Naquela ocasião, os líderes iemenitas ofereceram garantias de trabalho e prosperidade econômica aos 13 milhões de habitantes do país. Mas as mudanças impostas pelo aumento do preço do petróleo, o regresso de milhares de iemenitas que trabalhavam no Kuwait e no Iraque e o bloqueio ocidental ao regime de Bagdá provocaram enormes perdas, estimadas em um bilhão e 68 milhões de dólares, só até setembro passado.

Por outro lado, a ajuda oferecida pelos Estados do Golfo – que se comprometeram a apoiar o processo de unificação – não chegou até agora. Nos meios diplomáticos especula-se que o atraso se deve às simpatias pró-iraquianas do regime iemenita, que ficaram explícitas nas sucessivas votações sobre a crise do Golfo no Conselho de Segurança da ONU, do qual o Iêmen faz parte.

Antes da invasão do Kuwait, mais de dois milhões e meio de iemenitas trabalhavam no Kuwait e em outras nações do Golfo e um milhão e meio residiam na Arábia Saudita. Eles chegaram a enviar 4 bilhões de dólares ao ano na década de 80, mas as remessas diminuíram para 300 milhões depois da queda do preço do petróleo e o aumento das tensões na fronteira iemenita. Desde o começo da atual crise no Golfo, mais de 700 mil iemenitas já voltaram para casa, quase todos provenientes da Arábia Saudita, que aparentemente se vingou neles pela posição adotada pelo governo de Sanaa, em favor do Iraque. Fontes do governo calculam que alguns milhares mais devem voltar nos próximos meses.

Com uma dívida externa de 7 bilhões e meio de dólares, o Iêmen enfrenta uma situação extremamente delicada, pois não tem recursos para ajudar os imigrantes. Além dos problemas que já existiam, o país deixou de receber importantes recursos que antes ingressavam no país pela refinação de 7,5 milhões de barris de petróleo do Kuwait e do Iraque. A situação é tão séria que alguns diplomatas acreditados no país acham que pode afetar a recente unidade.

Presente

Em primeiro lugar, quero registrar meu agradecimento à equipe de **terceiro mundo**, por permitir-nos conhecer a realidade de nosso Terceiro Mundo.

Esta carta poderia ter por título "O melhor presente": é que no último 6 de julho, completei 31 anos e recebi de presente a coleção encadernada da revista, referente ao ano passado, mais um **Guia do Terceiro Mundo** e uma assinatura anual. Não costumo medir o valor de lembranças como esta, porque, além do valor monetário, me atingem fundo o carinho e o amor de quem presenteia. Mas, desta vez, me atrevo a dizer que este presente é o mais importante, pois é algo para se dividir com amigos, parentes e, sobretudo, trata-se de material fundamental para a futura educação de minha pequena filha. Posso dizer que recebi o melhor presente.

Mario Rafael
Modernell Sosa
Montevideu - Uruguai

Educação

Queremos comunicar que, em reunião realizada em Cochabamba, renovou-se a diretoria da Associação de Educação Radiofônica da Bolívia-Erbol, que tem agora como presidente Antonio Aramayo.

Com a entrada da Radio Bermejo e do Centro de Investigación e Serviço Popular-Cisep, de Oruro, nossa associação passa a contar com 16 instituições dedicadas ao trabalho educacional, através do rádio.

Ronald Grebe López
Ballivián, 1323 - 4º
La Paz - Bolívia



Fidel

Li, como muito interesse, a entrevista com Fidel Castro, publicada na edição nº 131. Não sou comunista, mas sempre tive um interesse muito grande por Cuba, sua história, revolução, seus líderes. Gostaria também de um dia conhecer aquela ilha do Caribe.

O presidente Fidel Castro já escreveu seu nome na história e é, sem dúvida, um homem de grande carisma. Apesar de não concordar com todas as suas idéias, tenho por ele grande admiração. Gostaria de escrever a Fidel e obter resposta.

Antônio Carlos
Blaskovsky
Rua Sergipe, 329
Planta Fonsaca
83100 - S. José dos
Pinhais - PR

Debatendo saúde

Estou interessado em trocar correspondência com profissionais da área de Saúde, para discutir idéias e mesmo realizar trabalhos conjuntos sobre hidatidose (doença provocada por infestação de um tipo de verme intestinal) e Doença de Chagas. Esta é endêmica em toda a América Latina,

enquanto a hidatidose o é apenas em alguns países ou regiões. É o caso do Uruguai.

Considero que as duas doenças, nas áreas em que ocorrem ao mesmo tempo, afetam a população mais humilde e os marginalizados nas áreas rurais e suburbanas. No Uruguai, empreenderam-se diversas campanhas de erradicação desses males e existem comissões nacionais e departamentais específicas para tratar desses problemas.

Move-me o interesse de trocar idéias e experiências a respeito, no sentido de empreender algum trabalho, seja de simples estudo, seja de prevenção e educação da população. Penso que, para estes e outros tantos temas, não existem fronteiras.

Roberto Tort
José Pedro Varela, 1362
Melo - Cerro Largo
Uruguai

Jovens

Somos um grupo de jovens militantes do Comitê de Base da Frente Ampla de Pan de Azúcar, Uruguai, reunidos com o nome de Juventude Frente-Amplista de Pan de Azúcar, tendo como objetivos a análise e a busca de soluções para os múltiplos e complexos problemas da juventude e da sociedade em geral.

Levando em consideração os graves problemas sociais e econômicos que nosso país tem, a notória falta de jovens (no Uruguai, a taxa de natalidade tem sido baixa há muito tempo, e os jovens, diante da escassa perspectiva de emprego, emigram para o exterior) e as políticas adotadas por nosso governo, claramente dirigidas do exterior pelas organizações

bancárias internacionais e o governo dos Estados Unidos, poderá se compreender o quanto é difícil a tarefa que estamos empreendendo.

Com vistas a cumprir nossos objetivos, começamos a conscientizar nosso povo, pelo exemplo, isto é, fazendo. E fazer significa realizar, em pequena escala, todas aquelas coisas que nosso governo e todos os setores políticos de direita rotulam de "políticas fracassadas" e "idéias estranhas que a esquerda nacional tenta introduzir".

Sabemos que não somos os únicos jovens que lutam por um mundo mais justo. A eles queremos dirigir a nossa mensagem: desejariamos nos corresponder com outros



grupos jovens que, como nós, apóiam e defendem ideais socialistas em todo o mundo, com a finalidade de trocar experiências e, fundamentalmente, nos mantermos unidos em nossa luta comum, tratando de formar uma frente terceiro-mundista para deter a invasão imperialista do poderoso norte. Eles estão unidos e nós devemos estar também, se não quisermos morrer.

Brigido Perlas
J.F.A. de Pan de Azúcar
Calle Rincón
Pan de Azúcar
Maldonado
20300 - Uruguai

Publicações com informações e análise das realidades, aspirações e lutas dos países emergentes

EDITORA TERCEIRO MUNDO LTDA.

Rua da Glória, 122 Grupos 105/106

20241 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil

Tel: (021)252-7440/222-1370

Assinaturas: Tel.: (021)252-7440

Telex: (021) 33054 CTMB-BR

Geonet: Terceir-Mundo - Alternex: Caderno

Diretor Geral: Neiva Moreira

Diretor Adjunto: Pablo Piacentini

Editores: Beatriz Bissio

Subeditores: Roberto Remo Bissio, Claudia Guimarães, Procópio Mineiro

Conselho Editorial Internacional:

Darcy Ribeiro (Brasil), Henry Pease Garcia (Peru), Eduardo Galeano (Uruguai) e Juan Somavía (Chile)

Redação: Aldo Gamboa (Brasil), Roberto

Bardini (México), Carlos Pinto Santos

(Portugal), Cristina Canoura (Uruguai)

Sucursais: Paulo Cannabrava Filho (São Paulo), Clóvis Sena e Memélia Moreira (Brasília), José Carlos Gondim (Amazônia)

Revisão: Cléa Márcia Soares

Depto. de Arte: Pedro Toste (editor)

Centro de documentação: Maria Helena Falcão (diretora), Walmyr Peixoto da Silva, Isabel Falcão, Roberto de Oliveira

Banco de Dados: Macário Costa

Administração: Henrique Menezes

Circulação e Assinaturas: Mauro

Antonio Mendes

CADERNOS DO TERCEIRO MUNDO

utiliza os serviços das seguintes agências:

ANGOP (Angola), AIM (Moçambique), INA

(Iraque), IPS (Inter Press Service),

ALASEI (México), SALPRESS (El

Salvador), SHIHATA (Tanzânia), Wafa

(Palestina), e o pool de agências dos Países

Não-Alinhados. Mantém também

intercâmbio editorial com as revistas

Africa News (Estados Unidos), Nueva

(Equador), Novembro (Angola), Tempo

(Moçambique), Altercom (let-México

-Chile), Third World Network (Malásia),

Israel and Palestine Political Report

(Paris) e Against the Current (EUA).

Fotos: Agence France Press (AFP).

Sede de Lisboa:

Diretor: Artur Baptista

Tricontinental Editora Ltda.

Calçada do Combro, 10/1º andar

Lisboa, 1.200 - Tel.: 32-0650

Telex: 42720 CTM-TE-P

Sucursal do Rio da Prata

Diretor: Roberto Remo Bissio

Miguel del Corro 1461 - Tel.: 49-6192

Montevideu, Uruguai

INTERCÂMBIO

• *Walter Matos de Moraes*

Rua São Raimundo 656

Santo Antonio

69000 Manaus - AM - Brasil

• *José Marcos Brito Rodrigues*

Av Providência 62

F. Grande

40840 Salvador - BA - Brasil

• *Rodrigo Nalin*

Av Capitão Humberto Humberto

Aldrovande 535

Vila Resende

13400 Piracicaba - SP - Brasil

• *João Benvidio de Moura*

Rua Dr. Antenor Neiva 778

Junco

64600 Picos - PI - Brasil

• *Sebastião Eduardo*

Caixa Postal 6291

Luanda - Angola

• *Edson Menezes Fontes*

Caixa Postal 274

49000 Aracaju - SE - Brasil

• *Adriano Sebastião Junior*

Caixa Postal 18186

Luanda - Angola

• *Emanuel António M Caboco*

Caixa Postal 2748

Alfândegas de Luanda

Luanda - Angola

• *Rafael Antonio Alves*

Rua 20, 385

Jardim Novo I

13840 Mogi Guaçu - SP - Brasil

• *Sonia Maria Ferreira*

R Carolina Machado 68 apto 304 Fundos

Cascadura

21351 Rio de Janeiro - RJ - Brasil

• *Alvaro de Almeida*

R Campinas do Piauí 48

08210 São Paulo - SP - Brasil

• *Nilson Moraes*

Rua Francisco Crissee 116

Quintino II

14070 Ribeirão Preto - SP - Brasil

• *Lutz Jesus*

H Royal

3963 Crans - Suíza - C.H.

• *Marilene Gil*

Rua Felipe Camarão 752/205

90210 Porto Alegre - RS - Brasil

• *Manuel C Almeida M*

Rua dos Cientistas 57

Bairro dos Operários

Caixa Postal 14709

Luanda - Angola

SÓ PARA ASSINANTES

Renove sua Assinatura com até

20%

de desconto

Assinatura normal:

Cr\$ 3.500,00 - 1 ano

Cr\$ 6.000,00 - 2 anos

Escolha sua opção:

Renovação por 1 ano:

Cr\$ 3.150,00

Renovação por 2 anos:

Cr\$ 4.800,00

Pagamento por:

Cheque nominal, Vale

Postal, Reembolso Postal ou

Credicard.

Qualquer dúvida ligue

(021) 252-7440

Editora Terceiro Mundo

Rua da Glória 122 Grupo

105/106 - Glória

20241 Rio de Janeiro - RJ

Telex: (021)33054

CTMB-BR

Apertando o cinto

Vivendo um momento de particular isolamento internacional, o país busca estender novas pontes com o mundo e estabelecer melhores condições de desenvolvimento econômico

Aldo Gamboa

“Será que sabemos ser pobres?”, perguntava-se recentemente um jornalista cubano nas páginas de um popular semanário de Havana, o *Bohemia*. A pergunta, que pode soar estranha na maioria dos países da América Latina, ganha um sentido novo nestes momentos da revolução cubana, em meio a pressões internacionais e dificuldades econômicas.

É que a pobreza – que, segundo o pensador francês León Bloy, é a “carência do supérfluo”, lembra o autor do artigo na *Bohemia* – ameaça mostrar de novo sua cara na ilha, como consequência da crise econômica. Este é o preço que, às portas do terceiro milênio, esse pequeno país ainda deve pagar pela sua firme decisão de preservar a sua soberania.

Um pacote drástico – Como Cuba não é auto-suficiente em petróleo, e o principal fornecedor, a URSS, vem atrasando as entregas de óleo cru, em fins de agosto o governo de Havana implementou um drástico programa de austeridade energética. Este programa foi apresentado pelo presidente como um conjunto de medidas para um “período especial em tempos de paz” (ver entrevista com Fidel Castro em *terceiro mundo*, nº 132, “O futuro do socialismo”).

Um período especial como este exige o estabelecimento de condições extraordinárias no trabalho e na produção, e prevê “medidas para cada caso, flexíveis segundo as circunstâncias”, diz uma nota oficial do governo. Haverá uma redução no programa de investimentos do Estado e se concentrarão os recursos nos principais planos de desenvolvimento econômico e social. O “pacote” inclui o fechamento de algumas fábricas, diminuição do horário de expediente em determinadas repartições públicas e racionamento de

combustível para carros de passeio.

Os efeitos das medidas foram sentidos particularmente no setor agrícola, onde estava em curso um amplo processo de mecanização. Agora, milhares de tratores serão substituídos por bois no trabalho agrícola. O próprio presidente Fidel Castro anunciou que o Ministério da Agricultura espera contar em breve com cerca de 300 mil animais para a lavoura.

As novas diretrizes levaram também ao fechamento temporário da fábrica de níquel “Ernesto Che Guevara”, em Moa, 770 quilômetros a leste de Havana.

Ao mesmo tempo, se anunciou uma diminuição de 30% na produção de cimento e materiais para a construção e o fechamento provisório de uma refinaria de petróleo na província de Cienfuegos.

Dirigentes da Central de Trabalhadores de Cuba (CTC) manifestaram que estão sendo estudadas opções para reaproveitar em outros setores os operários e profissionais afetados pelas medidas.

Dinamizar o Partido – Nesse contexto de crise econômica incipiente, o Partido Comunista de Cuba

resolveu implementar mudanças na sua estrutura, tentando tornar mais dinâmico o seu trabalho e mais direto o contato com a população.

Em Havana foram criados 93 “Conselhos Populares”, que atenderão diretamente às reivindicações populares. O funcionamento desses conselhos pioneiros será analisado pelo governo para depois se estudar a possibilidade de sua implementação em todo o país.

Uma ampla matéria publicada no jornal *Granma*, órgão oficial do Partido Comunista, afirmou que a idéia principal é que o Partido “ponha em prática seu papel de orientação e controle com um sentido mais amplo e



Fidel: medidas para sair da crise

multilateral, adaptando sua organização às características do território onde trabalha”.

Segundo o jornal, essa é uma premissa fundamental para acabar com a hipertrofia dos aparelhos de direção no Estado e na administração.

O Secretariado do Comitê Central (CC) foi reduzido de sete integrantes a cinco, suprimiram-se o Departamento Militar do CC e o Departamento de Administração e Serviços, enquanto que o Aparelho Auxiliar do CC viu-se reduzido de 19 membros a nove. Com estas medidas, estima-se que o Partido terá uma redução próxima a 50% de sua estrutura burocrática, permitindo uma atuação mais eficaz e menos onerosa.

Algumas destas modificações estavam sendo cogitadas para serem aprovadas pelo IV Congresso do Partido, previsto para o primeiro semestre de 1991. Mas a análise de uma série de assembléias realizadas para discutir os documentos do Congresso indicou a existência de um consenso sobre algumas mudanças de funcionamento interno, o que levou a direção a antecipar sua implementação.

O IV Congresso do Partido deverá ser cenário de mudanças internas dentro da organização para dinamizar seu funcionamento, otimizar a gestão estatal e aprofundar a política de Retificação de Erros e Tendências Negativas, anunciada pelo presidente Fidel Castro em 1986. Essa iniciativa pretende caracterizar os principais erros cometidos na gestão econômica e nas relações do Partido com as organizações de massa.

A origem da crise – Nos meios de comunicação latino-americanos existe uma tendência a assinalar que a União Soviética passou de principal parceiro econômico de Cuba a maior responsável pela crise na ilha caribenha. Essa é somente uma parte da verdade, pois a crise econômica interna na URSS não afetou somente Cuba com também grande parte do Terceiro Mundo, sobretudo aqueles países que tinham relações privilegiadas com o antigo bloco do Comecon (Came), o mercado comum dos países socialistas.

Mas é um fato que, a partir dos acontecimentos no Leste europeu, no ano passado, Cuba viu-se a cada dia



O atraso na entrega de petróleo tem ocasionado longas filas nos postos de gasolina, especialmente em Havana

mais distante de seus antigos amigos, alguns dos quais adotaram medidas abertamente agressivas contra o governo de Havana (como a Tchecoslováquia e Hungria).

Se os acontecimentos na antiga Europa socialista se traduziram em maiores pressões internacionais para que Cuba mude seu sistema político, as consequências mais trágicas chegaram com as novas condições de intercâmbio comercial, feito através do Comecon. A maioria dos parceiros econômicos de Cuba deixou de vender seus produtos à ilha, e os que se manifestaram dispostos a manter o comércio não estão respeitando os prazos de entrega. Além disso, as novas regras impuseram o dólar como moeda nas transações.

Esse quadro obrigou o governo do presidente Fidel Castro a um “realinhamento econômico” de sua política externa: com a aberta hostilidade norte-americana e a cada vez mais evidente cumplicidade da CEE (Comunidade Econômica Européia), e sem os antigos aliados no Leste europeu, resta somente a Cuba a alternativa de estreitar as relações econômicas com alguns países africanos, asiáticos e da América Latina, particularmente o Brasil.

Na procura de contatos mais estreitos com países que possam fornecer petróleo às indústrias cubanas, o governo ampliou acordos comerciais com países do mundo árabe. Recentemente, foi assinado em Havana um protocolo de colaboração econômica com o governo da Líbia, embora os documentos iniciais não toquem ainda na questão do petróleo.

Os cubanos costumam dizer que há 31 anos vêm enfrentando enormes desafios e que venceram todos. Agora eles têm, talvez, o maior deles: fazer do seu socialismo um empreendimento rentável e estabelecer bases firmes de desenvolvimento econômico. Um desafio onde vencer é a única forma de garantir a continuidade do modelo adotado após a Revolução.

O programa de mecanização do campo se viu seriamente afetado





Uma das principais queixas dos jovens cubanos é a falta de opções de lazer mais variadas e de acordo com os seus gostos

Os desafios de hoje

Roberto Robaina, secretário Geral da União de Jovens Comunistas (UJC) de Cuba, explica qual é o papel que desempenha o movimento juvenil na atual conjuntura do país

Nas ruas de Havana comenta-se sua maneira informal de agir. Anda sempre de tênis e roupa esporte e quando fala, mostra ser um cubano típico, gesticulando muito. Os jovens aproveitam um sinal vermelho para se aproximar do seu velho carro e dar sugestões, conversar com ele ou simplesmente dar-lhe um abraço, pois sabem que é difícil achá-lo, tão intenso é o seu ritmo de trabalho. Cruzando com ele na rua, ninguém imaginaria que Roberto Robaina, professor de matemática, tem uma das maiores responsabilidades na Cuba de hoje: dirigir o movimento juvenil do Partido Comunista, uma instituição que mobiliza dois milhões de adolescentes e crianças.

Os militantes da União de Jovens Comunistas (UJC) vêem nele mais um companheiro do que um dirigente próximo ao próprio Fidel Castro, e essa intimidade faz com que o diálogo seja sempre produtivo

e criativo. Principalmente, reconhecem nele o responsável pela ampla reforma desencadeada dentro da organização juvenil, mudanças que já estão dando frutos, com a ampliação do movimento.

Robaina tem perfeita consciência do momento político em que deve dirigir a UJC, e não foge ao compromisso: sabe que as mudanças despertam certos medos em alguns setores cubanos, e nesta entrevista a **terceiro mundo** afirmou que seu principal desafio é estar à altura do que se espera da juventude cubana.

Ir aonde eles estão - Neste momento crucial da revolução cubana, a política da UJC é "somar", enfatiza Robaina. Isso faz com que a organização juvenil tente se aproximar até daquela minoria de jovens que não se sente identificada com o processo político cubano. Esse grupo incluiria desde o jovem que simplesmente não quer mais estudar ou trabalhar até os que já beiram a delinquência, que em Cuba significa fundamentalmente dedicar-se ao câmbio ilegal de moeda estrangeira.

"Partimos do raciocínio de que a conduta desses jovens, de uma forma ou de outra, é fruto do nosso mau trabalho. Onde fizemos um trabalho eficiente, obtivemos outro resultado. Onde não chegamos, outros se apressaram em chegar. Por isso, temos que primeiro tentar nos aproximar desses jovens, e antes dos outros", afirma Robaina.

E aprofunda sua análise: "Não podemos trabalhar só com os militantes, só com os melhores. Quem vai aos que não são os melhores, quem vai aonde estão os outros? Mesmo onde a UJC tem uma estrutura e fazemos

boas reuniões, sabemos que sempre haverá mais jovens fora do que dentro. Podemos fazer um congresso espetacular com cinco mil jovens, mas 600 mil ficarão de fora. Podemos fazer uma reunião brilhante com 200 jovens num centro de trabalho, mas 700 ficarão de fora". Isso, apesar da UJC estar abrindo muitas dessas reuniões para não-militantes. Para a organização juvenil cubana, é importante que, ao se discutirem temas complexos, os outros jovens participem, porque "ser militante da UJC não é estar encerrado em reuniões fechadas, discutindo coisas *secretas*".

Para se aproximar desses jovens, principalmente em Havana – que é a cidade onde mais se nota a sua presença – a organização tem procurado ocupar as principais ruas da capital, promovendo shows, peças de teatro e atividades esportivas.

O desafio maior é se aproximar daqueles que decidem largar a escola ou o trabalho, onde, por haver sempre uma representação da UJC, é mais fácil estabelecer contato. O problema, afirma o dirigente da organização, é como chegar até eles sem cair na armadilha de montar toda uma estrutura especificamente para esses casos.

Segundo Robaina, não adianta convidá-los para "nossas reuniões, em nossos locais. É necessário ir até onde eles estão e ouvir suas opiniões". O resultado dessa política é que agora jovens que se mantinham longe, começam a bater às portas da UJC, pedindo a colaboração da organização nas suas atividades (a realização de um show, por exemplo).

O papel da família – Robaina afirma que a maioria dos adolescentes e jovens com algum tipo de desvio de conduta tem problemas de caráter familiar: "Infelizmente, muitas vezes, quando os pais se separam, se divorciam não só entre eles, como também dos filhos".

Talvez mais frequente sejam os casos de pais que, sempre muito ocupados, não tiveram tempo de acompanhar o crescimento dos filhos, lembra o dirigente da UJC. "Eles não percebem que um filho bem formado é o melhor 'produto' que uma família pode entregar à sociedade. Acho que todos temos uma parte de responsabilidade nisso, ao sobrecarregar as pessoas. Queríamos que os cubanos participassem de tudo, de manhã, tarde e noite. Deixá-

vamos pouco tempo livre para as pessoas", reconhece.

Por outro lado, muitas mulheres, ao assumir uma maior carga de responsabilidade política e profissional, começaram a reivindicar que se estenda o horário das creches. Para Robaina, porém, a creche deve cobrir apenas a jornada de trabalho normal, pois a criança precisa conviver com os pais.

"Acho que devemos procurar o ponto médio. Porque também era ruim a situação anterior da mulher, quando ficava presa em casa, impedida de se incorporar ao mercado de trabalho por falta de creches", reflete.

Em suma, a UJC acredita que tanto a família, quanto a escola e a sociedade devem trabalhar para resolver os problemas dos jovens. "Infelizmente – diz Robaina – às vezes acontece um 'jogo de empurra': a família diz que 'a escola não se ocupa do jovem'; a escola, por seu lado, diz que 'os pais não dão a devida atenção aos filhos'. Por último, muitas vezes a família e a escola se limitam a dizer que 'a sociedade está muito complexa hoje em dia'. E a criança ou adolescente fica no meio desse fogo cruzado".



Robaina: uma liderança jovem

Em todas as manifestações o jovem está presente



É por isso que o maior motivo de queixa dos jovens com problemas de conduta é a falta de comunicação a nível horizontal, ou seja, com a família, os amigos, os vizinhos.

Pais jovens demais – Segundo o principal dirigente da UJC, um fato preocupante na Cuba de hoje é a quantidade de jovens que assumem responsabilidades maternas ou paternas em idade precoce, principalmente no campo. Do ponto de vista da mãe, isso termina prejudicando o seu desenvolvimento na escola e, futuramente, na sua profissão.

Para a criança, isso também traz consequências negativas. A mais comum é que, por falta de condições psicológicas ou materiais dos pais, elas terminem sendo criadas pelos avós.

Hoje em dia, outra questão que está se discutindo muito em Cuba, principalmente entre os jovens, é a participação do pai na criação dos filhos. Robaina comenta que, como todas as coisas quando começam, se está caindo em extremos: agora se discute com muita intensidade se o pai deve estar ou não no parto. "Eu, particularmente, acho que é uma questão pessoal, a ser decidida pelo casal. Não se pode 'convocar' os pais para que estejam no parto", diz.

Segundo ele, por exemplo, o fato de ter sido mudado o conceito de "acompanhante" nos hospitais pediátricos (que antes equivalia a dizer "mãe") já foi um passo muito importante.

Fatos marcantes – Levando em conta o desenvolvimento político dos jovens cubanos, não surpreende que eles acompanhem atentamente o que ocorre no mundo, e especialmente na América Latina. A reação e mobilização dessa juventude quando da invasão norte-americana ao Panamá "foi impressionante, talvez por sentir que isso podia acontecer com a própria ilha", lembra Robaina.

são de *por que* aquilo aconteceu. Ou seja, por que aqueles jovens foram para lá, e o que foram fazer", afirma o dirigente juvenil.

"O saldo é positivo" – Ao conversar com os jovens cubanos nas estreitas e arborizadas ruas de Havana, chama a atenção dos estrangeiros, sobretudo dos provenientes de países do Terceiro Mundo, a tendência de alguns deles a não valorizar o que têm em Cuba, como a educação e saúde gratuitas e a moradia a preços ínfimos, entre outras conquistas sociais.

A UJC (ou "Ujotacê", como eles a chamam agora) considera esse um problema que deve ser atacado em múltiplas frentes, sempre visando a mostrar à juventude quantos milhares de jovens no mundo dariam tudo para gozar dos privilégios que têm os cubanos.

Robaina reconhece que ainda falta muito por fazer, porém assinala que o saldo é muito positivo. "Se olharmos a realidade do continente latino-americano, nos damos conta de todas as vantagens que temos", afirma.

Ele acha que a presença de jovens cubanos em muitos países latino-americanos e vice-versa favoreceu



Usando fitas onde se lê: "Aqui não se rende ninguém", os jovens comemoram o aniversário da UJC

"Também é importante assinalar a rejeição dos nossos jovens à chamada *Tv Martí*, patrocinada pelos Estados Unidos para atacar o nosso país. A intenção era nos dar uma 'bofetada', mas o tiro saiu pela culatra", diz Robaina.

E acrescenta que "quando os jovens sentem que estão tocando na sua fibra revolucionária, eles reagem. E por isso eles estão na linha de frente, na vanguarda da discussão política e das manifestações".

Outro momento importante para os jovens, já durante este ano, foi quando chegaram ao país os restos mortais de dois mil soldados cubanos mortos em Angola. "Não só os enterramos com todas as homenagens que mereciam, como promovemos uma ampla discus-

uma compreensão maior da realidade. "Um intercâmbio direto entre os jovens ensina muito mais do que qualquer aula de história", diz Robaina, com a experiência de seus anos de professor.

Segundo ele, os jovens técnicos, construtores, soldados, médicos, etc que cumpriram missões internacionalistas em 35 países do mundo voltaram com uma visão diferente do mundo e da própria realidade cubana. "Eles viram no Terceiro Mundo muitas vitrines cheias, mas crianças famintas e maltrapilhas pedindo esmolas nas ruas. Isso é impensável em Cuba após a revolução".

Para esses jovens, conhecer outros lugares lhes permitiu ter mais claro porque em Cuba se fizeram

determinadas opções ao longo desses 30 anos, porque se priorizaram certas questões. Nesse sentido, Robaina enfatiza que o povo e o governo cubanos tiveram que escolher entre investir na importação ou produção de bens supérfluos ou não-essenciais ou em educação e saúde.

“É preciso explicar isso à juventude. E não pode ser dizendo ‘que antes da revolução, as pessoas morriam de fome, de doenças curáveis’, e daí por diante. Isso não funciona. O jovem em geral ‘desliga’ quando escuta essa história de que antes a saúde e educação não eram gratuitas, etc., etc.”

Segundo Robaina, como todos os jovens de hoje em dia nasceram depois da revolução, estas conquistas não são valorizadas. Para esses jovens, estes são problemas já resolvidos e, portanto, aspiram a um padrão de vida mais elevado, em termos materiais.

Nesse contexto, é natural que as reivindicações dos jovens cubanos sejam diferentes das dos jovens do resto do continente, que ainda lutam para ter acesso a direitos básicos, como uma boa alimentação, escolas ou hospitais. Mas, conforme assegura o dirigente, não é por serem de outra natureza que essas reivindicações não são atendidas.

“Temos uma juventude muito instruída, com um nível cultural e político muito alto. Por isso, são jovens que discutem seus problemas, reclamam, exigem. Eles foram educados para serem assim, e por isso não podemos nos assustar pelo fato de que tenham opinião própria”, afirma.

Uma das queixas mais ouvidas dos jovens é a de que em Cuba existem muito poucas possibilidades de lazer e, portanto, não sabem como utilizar seu tempo livre, particularmente em Havana. Nesse aspecto, “ainda há problemas que vêm se arrastando – lembra o dirigente – sem uma resposta definitiva”. Em Cuba, muita gente associa o tempo livre a ter cerveja para beber, e a UJC está tratando de mudar essa mentalidade, construindo uma nova cultura do tempo livre. “Não é que haja nada contra a cerveja ou o rum, mas a idéia é mostrar que não é preciso tê-los para que os jovens se divirtam”.

Ainda assim, Robaina reconhece que em Cuba chegou uma hora em que se desvirtuou o conceito de “tempo livre”. “Chegamos ao extremo de que, se uma pessoa tinha o domingo livre, sem nada para fazer, nós arranjávamos alguma atividade política. Mas isso já está mudando”, garante.

Um estilo revolucionário – Além da abertura das reuniões da organização e da procura de contatos com jovens “não-comunistas”, a direção da UJC está levando adiante todo um conjunto de mudanças, sobretudo de comportamento e posicionamento perante a sociedade.

“Estamos mudando os nossos códigos, nossas formas de apresentação”, afirma Robaina, e acrescenta que “agora utilizamos o símbolo *Ujotacé*, no lugar da

tradicional sigla. Para os cubanos, a UJC continuará sendo sempre a UJC, mas necessariamente não tem que se apresentar da mesma maneira”.

Um outro exemplo concreto está na forma da Juventude convocar seus atos, totalmente diferente agora de dez ou 15 anos atrás. Para começar, considera-se que os jovens só devem ir aos atos se realmente estão convencidos do que estão fazendo, se aquilo “tocou” no coração, e não porque passaram uma lista convocando. Robaina ressalta que o importante é que aquele ato deixe uma marca não só nos 10 ou 20 que o organizam, mas nos 10 mil que dele participam.

Sobre a maneira de se ingressar na *Ujotacé*, Robaina explicou que anualmente se faz um processo de



Alimentação e saúde de graça: uma conquista para todos

seleção, entre os jovens de 16 a 30 anos. A admissão depende da avaliação que se faz no centro de trabalho ou de estudo daquele jovem. “Qualquer jovem pode entrar na UJC. O único requisito é dar um bom exemplo”.

“Temos um sistema de organizações juvenis e é a UJC que perante o governo e o Estado representa seus interesses, com uma organização de um milhão e meio de ‘pioneiros’ (crianças); 100 mil universitários, e 400 mil secundaristas”, afirma.

Quando perguntamos se o fato de “ser vanguarda” não se contrapõe ao desejo de massificar as fileiras da UJC, ele respondeu: “Pretendemos continuar sendo vanguarda e não queremos que a UJC renuncie a seu caráter seletivo. Porque o fato de sermos seletivos não impede que sejamos uma organização de massa”.

Aldo Gamboa e Claudia Guimarães

Encontro de entidades negras

Entidades negras do Cone Sul se reúnem para denunciar a discriminação de que são vítimas

Cristina Canoura-Alvaro Pan

Para reafirmar que os negros existem (apesar de escondidos e discriminados), denunciar sua situação e procurar um denominador comum, reconhecendo suas diferenças, a organização uruguaia Mundo Afro convocou recentemente o Primeiro Encontro de Entidades Negras do Cone Sul.

Do encontro nasceu o Fórum de Entidades Negras do Cone Sul, que reúne representantes dos três países, sem excluir futuras incorporações. Esta nova organização, com sede em Montevidéu e caráter itinerante, terá como objetivo principal elaborar um plano de desenvolvimento da comunidade negra para o próximo quinquênio, amparado nos estatutos das Nações Unidas e da Unesco no que se refere ao combate à discriminação racial.

Também se convocará todo o continente americano para a realização do Primeiro Congresso Pan-afro-americano

de Entidades Negras, que ocorreria em outubro de 1992.

Discriminação no Cone Sul – No encontro, se discutiram as diferentes formas de discriminação racial na Argentina, Brasil e Uruguai.

Luís Díaz, um uruguaio radicado na Argentina, explica que nesse país “o modelo sempre foi a Europa. Para eles o negro vale muito pouco. Por isso, o discriminam, como também aos próprios argentinos mestiços, aos quais chamam de *cabecitas negras*. Nos dão os piores trabalhos, os salários mais baixos, temos problemas de documentação e só podemos viver em zonas marginais”.

No caso do Brasil, a história oficial também é questionada, pois coloca como heróis muitos dos que foram traficantes de escravos. Waldemar “Pernambuco” Moura Lima, representante do Movimento Quilombista do Rio Grande do Sul – uma das organizações participantes do encontro – explica seu ponto de vista: “O

Brasil é um país eminentemente racista, que só considera como padrão a beleza do branco e para o qual a língua do negro, é um ruído; sua religião, fictícia e sua cultura, uma subcultura”.

Homero Rodríguez, coordenador da organização anfitriã do encontro, Mundo Afro, explica que a discriminação no caso uruguaio é sutil: “Se expressa – diz ele –

quando no segundo grau se dão aulas aos estudantes sobre o Império Romano e a Idade Média e não se mostra o que aconteceu na África – um continente imenso – com os impérios nigerianos e do Benin”.

Dos 160 mil negros que vivem no Uruguai, apenas 40 são universitários e só nas últimas décadas começaram a completar o 1º grau e a cursar o secundário.

A situação das mulheres – A maioria absoluta das mulheres uruguaias negras (75%) é empregada doméstica e seu acesso a trabalhos melhor remunerados está socialmente limitado, em grande medida, por pertencer à classe baixa.

Para Beatriz Ramírez, integrante do Mundo Afro, “é preciso resgatar nossa cultura como mulheres oprimidas através de uma história onde, desde o início, nos arrancaram nossos maridos e filhos e onde sempre desempenhamos os piores trabalhos. Somos netas de lavadeiras. Algum dia, fundamentaremos a teoria de que a comunidade negra é um matriarcado, onde a mulher assumiu a casa. Por isso, quando no Uruguai se fala da entrada em massa da mulher ao mercado de trabalho nos anos 60, nós levamos na ironia. Descendemos de avós que há muitos e muitos anos estão incorporadas ao mercado de trabalho...nas piores funções”.

Várias propostas foram aprovadas pelo plenário, instância máxima do encontro. Entre elas, está a realização de um seminário de pedagogos e professores negros do Cone Sul, para dar ao mesmo tempo sua contribuição integradora e promover a modificação dos programas escolares, combatendo a evasão do negro das escolas e colégios de segundo grau. Está prevista também uma reunião de historiadores que elaborará um compêndio dos marcos históricos da raça para, “à luz da verdade, refazer a história”. •



O resgate da sua cultura e a valorização do seu papel na sociedade são duas metas do movimento negro (acima, Uruguai)

Third World Network. Cristina Canoura e Álvaro Pan são jornalistas uruguaios correspondentes da Rede do Terceiro Mundo

Sem solução à vista

Apesar das reformas econômicas, a dívida da África continua crescendo, piorando as condições de vida da população

Lynda Loxton

Os efeitos da dívida externa de 240 bilhões de dólares são evidentes por toda a África. Carros abandonados nas estradas, fábricas trabalhando meio expediente devido à escassez de maquinarias e matérias-primas, falta de casas e aumento dos níveis de desemprego e pobreza são alguns desses sintomas.

Os governos africanos têm implementado amplos programas de reformas econômicas, em alguns casos de forma independente e, em outros, mediante consulta com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (Bird), para aliviar a carga da dívida.

Mas os acontecimentos no Leste europeu fazem temer que será mais difícil para os países africanos conseguir o tipo de financiamento necessário para apoiar seus programas de reforma. O bloco oriental é a nova "menina dos olhos" entre as instituições que proporcionam ajuda ao desenvolvimento. Naturalmente, na hora de se repartir esse "bolo", que já é limitado, sobrarão fatias ainda menores para os países africanos.

Intercâmbio desigual - A dívida dos países ao sul do Saara aumentou em 70% entre 1982 e 1987 (de 128,7 para



Os programas governamentais não têm conseguido tirar a população da miséria

219,6 bilhões de dólares) e em 1988 o serviço da mesma correspondia em média a 47% da receita obtida pelas exportações.

Os países africanos afirmam que esse rápido crescimento é resultado da queda dos preços das matérias-primas durante grande parte da década de 80. Mas o aumento da dívida também foi causado por gastos em bens de consumo — destinados a satisfazer as elites urbanas —, o que obrigou os governos a pedirem novos empréstimos para mantê-los quando a receita das exportações caiu.

Por outro lado, os governos africanos não se esforçaram em diversificar e ampliar a base de suas exportações com vistas a reduzir o impacto da queda dos preços das matérias-primas. E várias políticas econômicas desestimularam o desenvolvimento da indústria e da agricultura em pequena escala.

Revoltas populares - Os credores começaram a exigir cada vez mais reformas econômicas (desvalorização da moeda, cortes aos subsídios e importações) com resultados políticos desastrosos na medida em que as populações urbanas começaram a se revoltar contra a subida de preços e a escassez de produtos.

Protestos violentos sacudiram a Zâmbia em dezembro de 1986, quando o governo decidiu eliminar o subsídio ao milho, um produto de primeira necessidade naquele país. As manifestações obrigaram o presidente Kenneth Kaunda a revogar sua decisão e, em maio de 1987,

ele teve que suspender as negociações com o FMI.

Apesar de se aferrar aos programas de ajuste estrutural e outras políticas reformistas, os governos africanos têm fracassado geralmente na sua tentativa de enfrentar problemas-chaves, como a má administração, a tendência a favorecer as zonas urbanas em detrimento das áreas rurais, a falta de capacitação, a crescente corrupção e as estruturas verticais.

Ao contrário da América Latina, na África as negociações para aliviar a dívida não foram fruto de iniciativas conjuntas entre credores e devedores. Em vez disso, a crise é tratada por cada país de forma individual, o que é considerado por muitos observadores econômicos como um paliativo a curto prazo, que não faz mais do que adiar o dia do juízo final.

Em suma, existe um amplo acordo em que os países africanos devem fortalecer suas administrações, estimular as empresas de base e os pequenos camponeses para garantir um desenvolvimento de baixo para cima e aprofundar as instituições democráticas.

A África também deve frear a migração em direção às cidades e prestar maior atenção às áreas rurais (onde vive a maior parte dos mais de 500 milhões de habitantes do continente), cuidar mais do seu meio ambiente, deter o crescimento populacional (que aumenta três por cento ao ano) e diversificar suas exportações, afirmam especialistas. (TWN) •



O envio de mais tropas norte-americanas à Arábia Saudita (foto) faz temer a deflagração iminente de uma guerra generalizada

Em clima de xeque-mate

A tensão nos territórios palestinos, provocada pelo massacre de Jerusalém, e a reviravolta no Líbano após a queda do general Aoun mostram que mesmo uma eventual solução para a crise do Golfo não devolverá a paz a essa conturbada região

Beatriz Bissio

Em meio ao conforto de uma suíte especial do Sheraton Hotel de Taif, na região ocidental da Arábia Saudita, o governo kuaitiano no exílio cuida dos seus bens no exterior, avaliados em 100 bilhões de dólares. Maravilhas da tecnologia moderna como o fax e o telex permitem ao jovem xeque Ali Khalifa al-Sabah – ex-ministro das Finanças e membro da família real kuaitiana – estar a par dos negócios espalhados por todo o mundo, monitorados por importantes assessores seus de um prédio da City londrina, base de operações da principal agência de investimento do Kuait, a KIO (Kuwait Investment Office).

Nesse ambiente refrigerado, parecem muito distantes as angústias que vivem nas areias quentes do deserto saudita

centenas de milhares de soldados da aliança internacional montada por Bush com o aval das Nações Unidas para enfrentar o Iraque. A única preocupação é em relação à eventualidade de surgir um acordo com Saddam Hussein que reduza o poder da família Al-Sabah após a crise (ou simplesmente a exclua do futuro governo) e a obrigue a entregar as “chaves dos cofres”.

Mas não é só o clã dos Al-Sabah que foi posto em xeque com a invasão do Kuait. Importantes membros da monarquia absolutista saudita já começam a se preocupar com duas questões que até bem pouco tempo atrás estavam muito longe das suas cogitações: democracia e participação popular. “Temos que pensar em treinar nosso povo e deixá-lo começar a participar da direção do país”, afirmou um assessor do rei Fahd, citado por um jornal norte-americano.

De uma forma brutal, a crise do Golfo fez com que as elites que há décadas governam as mais ricas nações árabes acordassem para uma realidade que durante todo esse tempo se recusaram a ver. Não é mais possível administrar esses países como negócios particulares, tentando conciliar investimentos fabulosos em empreendimentos com tecnologia de ponta e uma sociedade de perfil anacrônico, sem imprensa independente nem um Estado claramente delimitado e alheio aos interesses particulares das famílias reais, e onde a mulher, por exemplo, não tem sequer direito de vestir a roupa que quer.

A iminência de uma guerra generalizada e a nova realidade criada pela invasão do Kuwait – que mostrou a debilidade do regime monárquico desse país – levaram os pequenos emirados do Golfo e a própria Arábia Saudita a estudar a introdução de mudanças de fundo na sua organização social e institucional. Não é por acaso que os emirados, onde a única lei escrita é o Corão, estão abrindo espaços para os emigrantes, que constituem a maior parte da mão-de-obra, e para as mulheres. Até vagas nas forças armadas foram abertas, às pressas, para elas, deixando para trás a interpretação mais preconceituosa da religião islâmica.

Nada disso ocorre por benevolência dos dirigentes. É que eles já perceberam que a irrupção das massas no mundo árabe é um fato irreversível e decidiram tomar a iniciativa de canalizar a participação popular de forma metódica, para evitar no futuro a perda de controle da situação. “Sabemos que o Kuwait nunca mais será o mesmo, e que caso voltemos ao poder, já não nos será possível exercê-lo como no passado”, reconheceram os membros da família Al-Sabah num encontro de exilados kuaitianos promovido para analisar a evolução do conflito.

Apesar dos maciços investimentos em armamento que a monarquia saudita tem feito ao longo da última década, a ameaça de uma invasão por parte do Iraque mostrou que as forças armadas – estruturadas na base da fidelidade ao rei – estão muito longe de ser um corpo eficiente. Sem uma formação profissional rigorosa, elas não estão aptas para entrar em combate com dois dos mais importantes exércitos do mundo, como o do Iraque e o de Israel. E essa eventualidade está cada dia mais próxima, fato que obriga os sauditas (assim como os membros dos emirados) a deixar o grosso da responsabilidade da defesa dos seus países nas mãos de exércitos estrangeiros, com o preço que isso tem em termos de soberania nacional.

Jornalistas estrangeiros enviados para cobrir o conflito ficaram chocados ao constatar que, fora do esquema oficial, não havia um centro de estudos, na Arábia Saudita, que pudesse avaliar alternativas de desenvolvimento ou planejar um modelo de país para o ano 2000.

Descontentamento no Egito e na Síria – Mas não é só na Arábia Saudita

e nos emirados do Golfo que a crise deixou em evidência a necessidade de mudanças. No Egito, que com o seu alinhamento militar à estratégia norte-americana ganhou o “perdão” da maior parte da sua dívida externa, o assassinato em outubro passado do presidente do Parlamento, Rifaat Mahgoub, mostrou que os rumos adotados pelo presidente Hosni Mubarak não contam com a unanimidade nacional. Setores nacionalistas da população egípcia – formados na escola do venerado líder Gamal Abdel Nasser – cobram de Mubarak uma posição mais independente em relação a Washington.

Por enquanto, o descontentamento tem sido controlado. Mas é difícil prever o que poderá acontecer, caso a guerra finalmente seja deflagrada e as tropas norte-americanas já não estejam em solo árabe para defender um país agredido, e sim para desempenhar um papel ofensivo.

Não é menos conflitiva a situação na Síria, onde a reviravolta do presidente Hafez Al-Assad o converteu de “governante terrorista” que encabeçava a lista negra da Casa Branca no Oriente Médio,

em aliado de Bush na crise do Golfo. Há sinais de inquietação nos meios militares e também nas bases do partido Baath. Na década passada, a rivalidade com o Iraque levou a Síria a ficar do lado do Irã na guerra entre ambos os países. Essa opção foi absorvida pelas forças armadas e pelos militantes políticos.

Mas desta vez é diferente. Até o governo de Teerã, que teria razões mais profundas para optar pelos adversários do regime de Bagdá, não o fez. Avaliando a crise do Golfo como a primeira experiência de conflito Norte-Sul na era pós-Guerra Fria, os aiatolás afirmaram que num eventual confronto militar não ficariam ao lado dos Estados Unidos, nem dos seus aliados oc-



Ao alto (esq. para dir.), os presidentes da Jordânia (Hussein) e Arábia Saudita (Fahd). Abaixo: Hafez Assad (Síria) e Mubarak (Egito): a crise no Golfo os está obrigando a estudarem mudanças em seus regimes

dentais. Ao contrário, acusaram George Bush de aproveitar a questão kuaitiana como desculpa para fazer uma despropositada mobilização militar na Arábia Saudita e no Golfo e assim passar a controlar as gigantescas reservas petrolíferas da região.

Comentaristas do Oriente Médio afirmam que a opção de Damasco de ficar ao lado de Washington não está sendo fácil de digerir para a maior parte dos oficiais sírios, formados ao calor do nacionalismo islâmico, e num discurso que sempre defendeu o ideal da unidade árabe. Versões jornalísticas atribuem ao mal-estar que estaria tomando conta das casernas a demora no envio de novas tropas sírias para a região do Golfo, prometido pelo presi-

lado dos interesses árabes. Na década de 70, por exemplo, se recusou a aceitar os acordos de Camp David entre o presidente Anuar El-Sadat e o *premier* israelense Menagem Beguin e foi o primeiro governante árabe a romper relações com o Egito.

As inúmeras iniciativas do monarca jordaniano em relação à crise do Golfo o mostram empenhado em obter uma saída pacífica para o conflito, no mais breve prazo possível.

Não é só por solidariedade com o Iraque que o rei Hussein procura encurtar a crise e evitar a guerra. A situação econômica da Jordânia não permite demoras: 70% de suas exportações iam para o Iraque. O embargo decretado pela

que se os países árabes não levarem em consideração a necessidade de implantar a democracia e de incentivar a participação do povo na tomada de decisões, toda a região continuará vulnerável. E acrescentou que a Jordânia também vai mudar ("espero que para melhor", assinalou), como consequência da crise do Golfo.

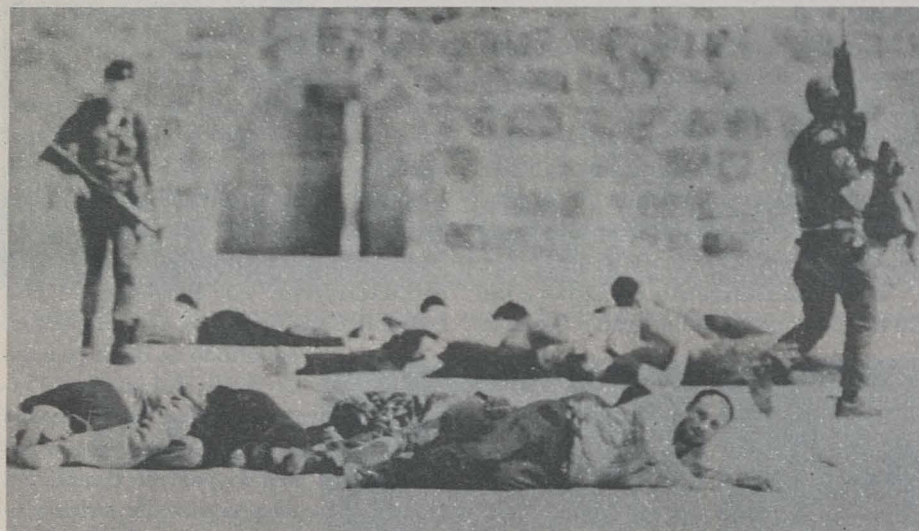
Um novo ingrediente: a questão palestina – Nesse caldo de cultura propício a explosões de violência e até surtos de terrorismo, abriu-se uma nova página no diário da crise com o massacre de 21 palestinos na Esplanada das Mesquitas, em Jerusalém, em outubro passado.

Tudo o que Saddam Hussein tinha feito até então para vincular o problema das fronteiras do Kuait com a questão palestino-israelense tinha sido em vão. Mas bastou um episódio de violência, como os que tantas vezes têm ocorrido ao longo de quatro décadas de repressão ao povo palestino por parte de Israel, para que o mundo descobrisse que, realmente, no Oriente Médio não há problemas isolados.

A crise do Golfo, a questão palestino-israelense e até a guerra civil no Líbano convivem num grande e perigoso caldeirão, prestes a explodir. E tanto mais perigoso é, quanto mais sentirem os povos da região que a comunidade internacional aplica uma política de dois pesos e duas medidas quando se trata de tentar solucioná-los.

O massacre de palestinos em Jerusalém pôs o dedo na ferida, deixando em evidência a dubiedade das Nações Unidas. Os árabes sentiram que, depois da ONU ter se empenhado tanto em não fazer um papel secundário no caso da invasão do Kuait, buscando que as suas determinações fossem cumpridas e, enviando com fins coercitivos um impressionante contingente militar ao Golfo, nenhuma medida de força foi adotada no caso dos assassinatos cometidos pelo governo de Israel, para que suas resoluções em relação à questão palestina fossem atendidas.

Quando a ONU decidiu enviar uma missão a Jerusalém para investigar o massacre, o primeiro-ministro Yitzhak Shamir alertou o secretário-geral Pérez de Cuéllar de que não receberia nin-



Repressão em Jerusalém: nenhuma medida de força foi adotada contra Israel

dente Assad aos aliados ocidentais.

Em meio a tantos regimes árabes questionados, um governante que parecer algum controle da situação é o rei Hussein, da Jordânia. Sua posição é extremamente delicada, pois o seu país poderá ser o primeiro a sofrer retaliações, caso o conflito derive para alguma forma de envolvimento de Israel. O exército israelense poderia ocupar a Jordânia em poucas horas, destruindo um país que já é visto por muitos como uma criação artificial dos britânicos, já que fazia parte da antiga Palestina.

O rei Hussein tem sido um aliado discreto de Saddam Hussein, sem cortar o diálogo com os Estados Unidos e Grã-Bretanha. Até os adversários do monarca reconhecem que ele, mesmo com grande jogo de cintura, sempre tomou posição do

ONU está levando ao colapso a economia do reino, onde importantes setores industriais e agrícolas, que não têm mais a quem vender, estão à beira da falência. Isso, sem falar nos milhões de dólares de prejuízo pela queda do turismo, nem nas despesas extras geradas pela volta ao país de 150 mil jordanianos que viviam no Kuait e no Iraque.

Mas, apesar de todas essas dificuldades, pesquisas recentes mostraram que o rei Hussein goza de bons índices de popularidade no seu pequeno país, onde a maioria da população (dois terços) é composta de palestinos.

A aceitação que o monarca tem não impede que ele também já esteja preocupado em criar canais de participação popular. Em recente entrevista à revista *Time* dos Estados Unidos, ele afirmou

guém. A ONU foi incapaz de fazer valer a sua posição e tudo ficou por isso mesmo.

Daí em diante, a situação nos territórios ocupados só fez piorar. Sem esperanças de conseguir qualquer avanço pela via pacífica, a direção clandestina da *Intifada* autorizou os seus militantes a fazer uso de armas brancas como resposta a cada morte dos palestinos em Jerusalém. Os ânimos se acirraram com a morte de vários israelenses, esfaqueados por árabes em diferentes áreas do país. O espaço arduamente conquistado para o diálogo palestino-israelense parece se estreitar cada vez mais.

O assassinato do rabino extremista Meir Kahane em Nova Iorque mostrou ao mundo os imprevisíveis alcances do braço vingador dos árabes.

Os Estados Unidos foram forçados a condenar Israel no Conselho de Segurança da ONU. Mas, quase ao mesmo tempo, o governo de linha dura do Likud recebia de Washington a promessa do envio de mísseis terra-ar do tipo Patriot – “para poder se defender dos mísseis balísticos iraquianos” – num valor de 117 milhões de dólares. Além disso, receberia uma ajuda “extra” (aprovada no Senado norte-americano por 76 votos contra 23), de 3 bilhões de dólares, e mais 700 milhões de dólares em material bélico.

O Líbano, a peça que faltava no quebra-cabeça – Nesse cenário parecia não faltar mais nada para fazer com que os principais estrategistas do mundo perdessem o sono diante da perspectiva de uma conflagração generalizada no Oriente Médio, tendo como pano de fundo a alta dos preços do petróleo.

No entanto, apareceu mais um agravante: a guerra civil no Líbano, que apesar de ter ficado relegada a um segundo plano pelas crises do Golfo e de Jerusalém continuava a se desenrolar, voltou a viver momentos de grande violência.

Enquanto o mundo estava com a atenção voltada para a evolução do conflito Iraque-Estados Unidos, a Síria e os seus aliados internos no Líbano conseguiram dar um golpe certeiro no general Michel Aoun. O militar maronita resistia há meses no Palácio de Baabda, a sede do Poder Executivo libanês, na antiga parte cristã de Beirute, e se recusava a recon-

hecer o governo de Elias Hrawi, surgido a partir dos acordos de Taif.

Com a queda de Aoun, alguns de seus colaboradores mais próximos se dispuseram a dialogar com o presidente Hrawi para incorporar-se aos acordos de Taif. Foi o caso de Dany Chamoun, filho do ex-presidente Camile Chamoun e dirigente cristão de certa ascendência junto aos seguidores do general deposto.

Mas a perspectiva de uma reaproximação entre os maronitas e o governo de Elias Hrawi era boa demais para ser verdade. E essa atitude custou a vida de Chamoun e sua família, que foram assassinados por pistoleiros na sua própria casa, em Beirute.

Na verdade, ele não era o único alvo que visavam os assassinos: as balas procuravam também entorpecer os acordos impulsionados por Hrawi, e arduamente negociados com o apoio da Liga Árabe, que dão aos muçulmanos libaneses novas cotas de poder, atendendo às velhas reivindicações que conduziram o país à guerra civil.

Mais uma vez, a brutalidade da violência no pequeno cenário do Oriente Médio tocava a consciência do mundo para alertá-la de que não é possível reparar uma injustiça – a invasão do Kuwait – ignorando outras, que estão lá, há décadas, clamando, também, por soluções.

A recente desocupação de Beirute pelas milícias rivais – a Amal, partidários dos sírios, e Hezbollah (“Partido de Deus”) pró-Irã – foi um discreto passo à frente, mas sem maior repercussão nas causas essenciais da crise.

Dessa forma, os fatos falaram mais alto e obrigaram os estrategistas militares a rever suas hipóteses de trabalho. O cenário do Oriente Médio ficou muito parecido com um tabuleiro de xadrez à beira do xeque-mate. O “rei” acuado são os Es-



Líbano: um conflito cujas causas não foram solucionadas

tados Unidos, que entraram numa empreitada perigosa achando que tudo seria fácil, e ficaram presos nas areias movediças do deserto, onde sempre valeu mais a argúcia do que a força.

A comunidade mundial sabe hoje com clareza que o problema do Oriente Médio é bem maior que o conflito no Golfo. Não adianta pretender solucionar só a crise no Kuwait, pois os riscos de uma conflagração futura na região estariam latentes no Líbano e nos territórios palestinos ocupados.

Se o Ocidente partir para uma solução militar no caso do Kuwait, pode pagar caro por esse erro de avaliação. Para Europa, Estados Unidos e mesmo a União Soviética, é chegado o momento de assumir a responsabilidade histórica que lhes cabe pela situação que se vive no Oriente Médio – convertido num lugar onde há décadas só vigora a lei do mais forte – e fazer com que se reúna uma conferência internacional com todas as partes interessadas, que analise a região como um todo. E procure saídas para as várias questões que aguardam por uma solução justa e duradoura.

Os monges rebelados

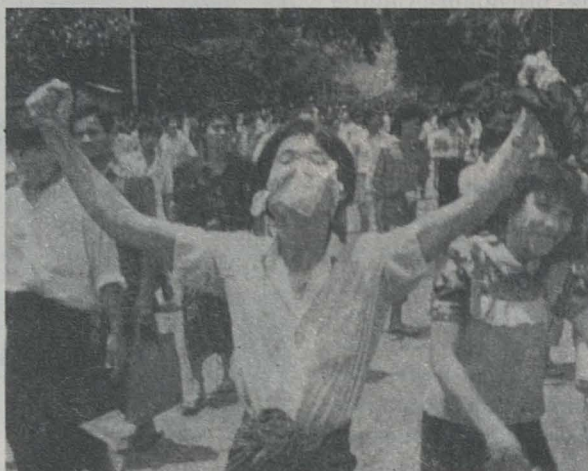
Com a oposição banida e os principais dirigentes políticos detidos, as organizações budistas assumem a liderança da resistência ao governo militar

S. M. Rahman

A insistência do governo militar da Birmânia em ficar no poder, apesar da vitória da oposição nas eleições de 27 de maio passado, tem provocado momentos de grande tensão política nesse país asiático. O maior partido da oposição – a Liga Nacional Pró-Democracia, que obteve 392 das 485 cadeiras (80%) da Assembléia Nacional, na primeira eleição em 30 anos de regime militar – não conseguiu assumir o governo; foi banido e os seus principais líderes, presos.

Desde então, os monges budistas assumiram a liderança da resistência ao governo militar. O movimento de contestação ganhou um novo impulso em agosto, quando o poderoso clero da cidade de Mandalay, no norte da Birmânia, de 60 mil monges com longa tradição de atuação política, decidiu não mais prestar assistência religiosa aos militares e às suas famílias. O boicote inclui a proibição de realizar casamentos e de encomendar a alma dos militares mortos. Na prática, essa atitude, que foi imitada pela maior parte dos monges do país, significa a excomunhão dos oficiais e dos soldados.

O governo reagiu, acusando os dirigentes budistas de ameaçar a ordem interna, mandou cercar os mais importantes mosteiros e invadiu 133 deles. E, a meados de outubro, foi mais além, decidindo banir a maior parte das organizações budistas. Apenas nove grupos permanecem na legalidade (85% da



Rangun: manifestação contra o regime militar

população são budistas).

Enquanto isso, permanecem detidos desde setembro, seis dos mais importantes dirigentes da Liga pela Democracia, inclusive o seu principal dirigente, U Kyi Maung. O presidente do partido, general Tin Oo, cumpre uma pena de três anos por “conspiração contra o Estado” e a carismática secretária-geral, Aung San Suu Kyi, filha do herói nacional Aung San, continua em regime de prisão domiciliar há 15 meses. Ofereceram-lhe a liberdade, porém com a condição de que concordasse em se exilar.

Mais de 300 militantes da Liga estão presos, muitos deles submetidos a torturas e sem direito à atenção médica.

No final de outubro, a Liga Nacional pela Democracia se viu forçada a se inclinar diante da autoridade do governo. Junto com os demais partidos, a Liga assinou um documento que concede aos militares o direito de se manter como governo *de facto* até que se aprove uma nova Constituição.

O regime também continua perseguindo as minorias étnicas. Na

Birmânia, quase um-terço da população é formada pelas minorias étnicas, compostas por 126 grupos racial e culturalmente diferentes entre si. Todos eles têm sido vítimas da perseguição dos militares.

Ameaça de sanções econômicas – Da repressão não ficaram a salvo nem sequer os diplomatas acreditados na capital, Rangun (hoje, Yangdon). Várias embaixadas foram invadidas, violando as suas imunidades, e os funcionários foram detidos para interrogatório. A invasão levou 18 países da Comunidade Européia, mais o Canadá, Austrália e Japão, a protestarem de forma conjunta, pelas violações ao direito internacional por parte do governo militar, e ameaçaram impor sanções econômicas.

A Birmânia (hoje Myanmar) viveu muito isolada do mundo até 1988, quando a rebelião estudantil contra o despótico regime do general Ne Win, que estava no poder desde 1962, foi manchete nos mais importantes meios de comunicação do mundo.

Com mais de seis mil mortos e oito mil jovens exilados, que fugiram para a Tailândia, Índia e China, a rebelião desgastou o regime e acabou provocando um golpe militar. O general Saw Maung tomou o poder e criou o Conselho de Restauração da Lei e da Ordem, cuja eminência parda é o general Khin Nyunt, genro do general Ne Win, e atual chefe do serviço secreto, DDSI (Ver **terceiro mundo** nº 114, p. 39).

Pressionados pela rebelião dos jovens e dos monges, os militares acabaram concordando em convocar eleições, porém, recuaram diante dos resultados – a esmagadora vitória da oposição – e agora não somente se recusam a abandonar o poder, como ampliaram a repressão a níveis indescritíveis. A falta de liberdade gerou um clima propício para a consolidação da corrupção dentro do governo.

A Birmânia se transformou, em 1989, no principal produtor mundial de heroína, com uma colheita de 2.500 toneladas de ópio nos seus campos de papoulas (quase 80% da heroína consumida no mercado dos EUA provém do chamado “Triângulo do Ouro”, formado pela Tailândia, Birmânia e Laos).

Novo quadro político

O crescimento da oposição, que pela primeira vez se apresentou numa eleição como uma alternativa real, cria um novo panorama neste país do sudeste asiático

Depois de obter maioria simples nas eleições parlamentares realizadas no mês passado, o primeiro-ministro da Malásia, Mahatir Mohamad, foi reconduzido ao cargo. Desta forma, se frustrou a expectativa de vitória da grande aliança de partidos de oposição, liderada pelo príncipe Tengku Razaleigh Hamzah, ex-ministro da Indústria e Comércio do governo Mohamad.

O príncipe tinha costurado, não sem



No riquixá, a foto do líder da oposição, Razaleigh

dificuldades, uma coligação que incluía muçulmanos liberais, fundamentalistas, e membros da minoria chinesa, que constitui pouco mais de 30% da população da Malásia.

Alternativa real - Nos 33 anos de vida independente desse país do sudeste asiático, foi a primeira vez que a oposição conseguiu criar uma alternativa de poder. E mesmo sem ter obtido a vitória, pode se considerar satisfeita, uma vez que os 11 partidos que formam a situacionista Frente Nacional não conseguiram a maioria absoluta no Dewan Rakyat, a Câmara dos Deputados malaia de 180 membros, nem nas 11 assembléias esta-

duais. Por isso, necessariamente terão que negociar.

O primeiro-ministro Mahatir Mohamad e o seu adversário, o príncipe Razaleigh, começaram a ter divergências em 1987, quando ambos se enfrentaram numa dura disputa pelo controle da direção da Organização Nacional dos Malaio Unidos (ONMU), o partido mais poderoso da coalizão governamental. Quando Mohamad garantiu o controle da Organização, Razaleigh fundou o Semangat 46

("Espírito do 46", uma alusão à data de criação da ONMU). Atualmente, a aliança de oposição conta com 700 mil filiados, contra 1 milhão e 300 mil da ONMU.

Na última eleição, a mais conturbada desde a independência em 1957, o Semangat 46 pela primeira vez apresentou uma alternativa política real de poder aos quase oito milhões de eleitores malaio.

Diante do resultado do pleito, os analistas consideram que o premiê Mohamad se beneficiou da boa situação econômica que predomina na Malásia, cujo crescimento anual de dez por cento não chegou a ser atingido de forma perceptível pela crise do Golfo.



Com 329.749km² de extensão, a Malásia possui 15.677.000 habitantes (49 por km²). Sua capital é Kuala Lumpur. A população está formada por três povos: os malaio (50%), os chineses (30%) e os indianos (cerca de 13%).

A Federação da Malásia está integrada pela Malásia Peninsular (131.588km²) e pelos estados de Sarawak (124.450km²) e Sabah (73.711km²), que

estão localizados na parte norte da ilha de Bornéu, situada no arquipélago indonésio, a 640 quilômetros da península. Densas florestas cobrem cerca de 70% da superfície do país.

A religião islâmica é a oficial, mas também se praticam o cristianismo, budismo, o taoísmo e o hinduísmo.

Existe um médico para cada 3.300 habi-

tantes e a esperança de vida é de 65 anos (homens) e 68,8 anos (mulheres). Há 30,4% de analfabetos, dos quais 20,4% homens e 40,3% mulheres.

Seus principais produtos são: óleo cru (26%); equipamentos eletrônicos (24%); óleos vegetais (11%); borracha em bruto (10%); madeira (10%).

(Fonte: Guia do Terceiro Mundo)



Nos anos 70, uma das chaves do sucesso dos "tigres" era a mão-de-obra barata

O declínio dos "tigres asiáticos"

Coréia do Sul e Taiwan (Formosa) foram batizados de "países recentemente industrializados", mas sua bem-sucedida fórmula econômica está entrando em crise, acossada pela guerra comercial, aumento dos salários e problemas ambientais

Walden Bello e Stephanie Rosenfeld

A história às vezes faz das suas: justamente quando mais entusiasmados estavam os economistas com o modelo dos "Países Recentemente Industrializados" (PRI) – apresentados como o novo paradigma para a economia das nações em desenvolvimento – a fórmula deixou de funcionar em Formosa (Taiwan) e Coréia do Sul, que, junto com Cingapura e Hong Kong, constituem os

"quatro tigres asiáticos".

Dirigidos por governos autoritários que protegiam os setores empresariais nacionais da concorrência estrangeira, ao mesmo tempo em que exigiam a exportação de bens manufaturados, a Coréia do Sul e Formosa apostaram na expansão da economia mundial e, principalmente, na economia dos Estados Unidos.

A estratégia funcionou. Em 1987, o superávit da Coréia do Sul beirou os 10 bilhões de dólares, enquanto o de Formosa chegou perto dos 18 bilhões de dólares.

Em ambos os casos, os Estados Unidos foram o principal destinatário das exportações, absorvendo 45% delas no caso de Taiwan e 39% no da Coréia do Sul.

O êxito dos PRI ao penetrar no mercado norte-americano foi tal que suas exportações chegaram a desbancar os fabricantes nacionais do setor de têxteis, calçados e artigos eletrônicos. De fato, a meados dos anos 80, os PRI chegaram a superar inclusive os japoneses no mercado norte-americano, em produtos tais como fornos de microondas, vídeos e microcomputadores.

Guerra por mercados – Em fins dos anos 80, Coréia e Formosa se transformaram em dois dos principais alvos da ofensiva protecionista lançada pelo governo Reagan. Com a nova situação na União Soviética e no Leste europeu e o agravamento da crise tecnológica na indústria norte-americana, os PRI, junto com o Japão, se transformaram nos mais firmes candidatos a substituir a URSS no posto de "inimigo número 1" dos Estados Unidos.

As medidas protecionistas foram acompanhadas de coações agressivas para eliminar as restrições e diminuir os obstáculos alfandegários às mercadorias norte-americanas no mercado dos PRI. A Coréia do Sul e Taiwan se viram obrigados a liberalizar consideravelmente as restrições comerciais numa ampla variedade de produtos, desde *software* de computação até cigarros.

As corporações norte-americanas também deflagraram uma guerra tecnológica contra as companhias "imitadoras" da Coréia do Sul e Formosa, dedicadas a montar produtos que são uma imitação direta de modelos de marcas reconhecidas. Estes produtos têm a reputação de ser inclusive melhores e consideravelmente mais baratos que os originais.

A IBM exige que as imitadoras desses dois países paguem de 2 a 5% de direitos de patente sobre as novas imitações dos modelos de computadores IBM, mais 1% "retroativo" sobre lucros anteriores. Na medida em que os Estados Unidos são o principal mercado exportador de seus produtos, as companhias imitadoras não têm outro remédio senão pagar.

Mão-de-obra barata – Assediados pelo protecionismo dos Estados Unidos, as elites empresariais no poder também tiveram que enfrentar a nível interno outra força considerável: a classe trabalhadora.

Nas décadas de 60 e 70, a mão-de-obra barata era o elemento chave da fórmula de desenvolvimento dos PRI. O poder dos trabalhadores era praticamente inexistente nesses países.

Ainda em 1987 as condições trabalhistas na Coreia do Sul eram muito ruins. A jornada semanal era de 58 horas, a mais longa entre todos os países pesquisados pela Organização Internacional do Trabalho (OIT); o país ostentava a maior média mundial de acidentes industriais e pagava um salário para o setor operário que representava 11% do salário dos Estados Unidos e 14% do Japão.

Mas a resistência sindical nesses dois países ganhou ímpeto depois do decreto de “democratização” do presidente sul-coreano Roh Tae Woo, de junho de 1987, e a revogação, no mês seguinte, da lei marcial que durante 38 anos imperou em Formosa.

Na Coreia do Sul, só naquele ano foram deflagradas 3.500 greves e nos últimos três anos os salários reais aumentaram 60%. Já em Formosa, o descontentamento entre os trabalhadores também cresceu de forma “alarmante”, segundo os serviços de informação daquele país.

A insatisfação também foi agravada pela distribuição cada vez mais desigual

da renda em ambos os países. Como afirmou Lee So Sun, um dos mais populares dirigentes sindicais sul-coreanos: “O governo diz que a situação econômica é próspera. Mas só uns poucos se beneficiam dela... Nós não somos absolutamente beneficiados”.

Danos ao meio ambiente - O terceiro grande desafio do crescimento rápido e voltado para a exportação é a tomada de consciência cada vez maior dos danos ao meio ambiente desse modelo.

A maioria dos rios e riachos de Taiwan, por exemplo, estão seriamente contaminados devido à falta de saneamento adequado, filtração de pesticidas e fertilizantes, metais pesados e resíduos tóxicos.

O dr. Edgar Lin, destacado ecologista da ilha, calcula que pelo menos 30% da colheita anual de arroz estão seriamente contaminados por metais pesados, como o mercúrio e o cádmio.

A atmosfera de Taiwan está tão poluída que, oficialmente, se considera que durante 60 dias ao ano é nociva à saúde



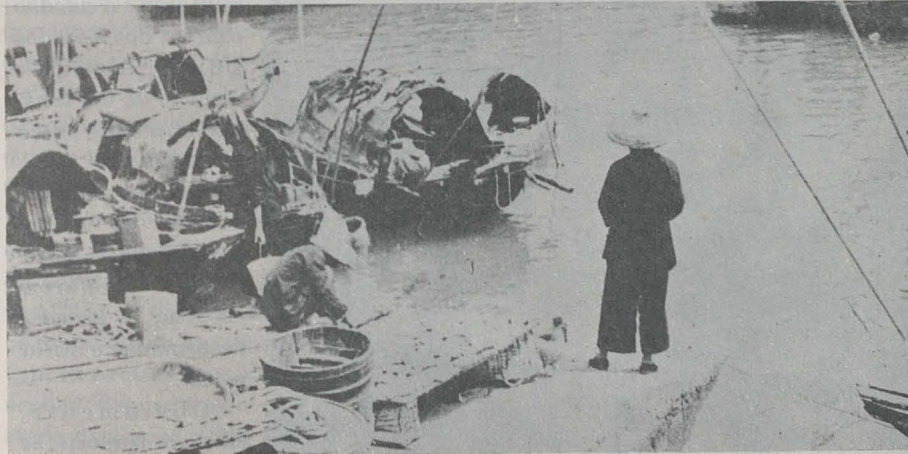
Hong Kong: um modelo que começa a entrar em crise

dos habitantes.

Enquanto que o governo sul-coreano, em aliança com os setores empresariais, tem seu maior adversário na rebelde classe trabalhadora, em Taiwan a elite – formada por grupos empresariais e pelo Kuomintang (o partido do governo) – enfrenta um movimento ecológico multiclassista com raízes populares.

Esse movimento, descentralizado mas cada vez mais poderoso, já motivou a suspensão da construção do quarto reator nuclear do país, e também deteve uma usina de dióxido de titânio de Dupont, avaliada em 160 milhões de dólares.

Mas para a estrutura de poder desta elite, mais perigoso ainda que estes exemplos específicos de mobilização popular é a filosofia ecologista desses movimentos, que têm uma visão muito crítica em relação ao crescimento econômico e defendem o investimento na limpeza do meio ambiente em detrimento do investimento na indústria de alta tecnologia.



Os movimentos ecologistas desses países estão questionando o crescimento econômico baseado na indústria de alta tecnologia e exigem mais recursos para o meio ambiente

TWN

A imagem do árabe na Tv

Os filmes feitos para a televisão norte-americana descrevem sistematicamente os árabes como terroristas. A longo prazo, isso predispõe os telespectadores e cria preconceitos contra os árabes

Jack Shaheen*

Os filmes norte-americanos para a televisão levam implícito o pressuposto ideológico de que o árabe é invariavelmente um terrorista. Isso já se transformou num clichê batido, e apesar da influência de um filme ser limitada, a repetição de estereótipos tem um perigoso efeito acumulativo.

As imagens que se projetam como verdade irrefutável formam ou “deformam” os valores e percepções dos cidadãos individuais. Os telespectadores deveriam se perguntar quem se beneficia quando toda uma cultura é caracterizada como violenta, cruel, sedenta de sangue e antinorte-americana.

A televisão dos Estados Unidos caracteriza os árabes como a tropa de elite de

Hitler, os SS, ou as hordas do conquistador huno Átila. O árabe está sempre à espreita, nas sombras, com um AK-47, uma bomba ou um punhal, pronto para seduzir, agredir, violar e assassinar inocentes.

Em uma cena do filme “Hostage Flight”, produzido pelo canal NBC em 1985, se diz: “Esses malditos disparam a sangue frio. Aham que é temporada de caça aos norte-americanos”.

Sem sutileza – A mensagem passada através desses filmes, mostrando quem são os amigos e quem são os inimigos, não é, de forma alguma, sutil. Quando em “Under Siege” (recentemente exibido na televisão brasileira), produção da rede NBC de 1986, se mostra uma cena onde fanáticos muçulmanos explodem a Casa Branca e assassinam cidadãos norte-americanos, se pode imaginar facilmente qual será a reação dos telespectadores.

O mesmo acontece em “Terrorist on trial” (“Julgamento de um terrorista”), realizado pela CBS em 1988, onde Ajami, um palestino capturado no Líbano por um comando militar, se vangloria de ter mandado matar mulheres e crianças norte-americanas. Sentado no banco dos réus, Ajami declara que se tivesse armas nucleares, as usaria: “Atacaremos vocês em seu país e no exterior. Viva a Palestina!”.

Para os funcionários do governo, os militares e o cidadão comum dos Estados Unidos, Ajami é o símbolo de um fanático impiedoso, uma ameaça à paz.

Um dos protagonistas do filme explica que os palestinos “preferem assaltar as pessoas desarmadas e atirar nelas”.

Obviamente, existem terroristas árabes e também não se pode dizer que o



Raramente, os filmes norte-americanos mostram a violência de que os árabes são vítimas

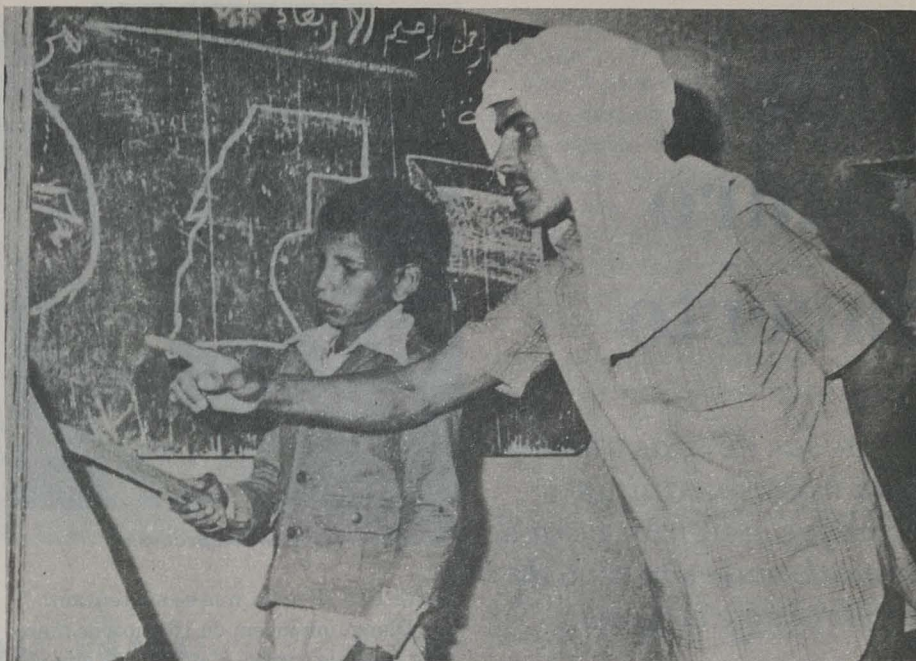
terrorismo não seja um tema válido para um filme. Mas também é verdade que todas as vezes que a televisão abriu espaço para este tema, ele nunca foi tratado seriamente, e sim de forma sensacionalista. Nenhum filme feito para a televisão se referiu à crueldade das torturas descritas em "A batalha de Argel" ou ao sequestro e execução mostrados em "Estado de sítio".

Imagem distorcida – Além disso, as imagens televisivas são monocromáticas. Os árabes estão sempre a serviço da violência, nunca aparecem como vítimas, especialmente do terrorismo de Estado presente na Cisjordânia e Faixa de Gaza, ocupadas por Israel desde 1967. Não se vêem imagens de árabes agredidos ou torturados, nem lares árabes bombardeados, nem manifestantes árabes mortos, dados da realidade cotidiana desses povos no Oriente Médio.

Na telinha nunca aparece uma mãe árabe embalando seu filho, um médico árabe atendendo um doente, um professor árabe dando uma aula de álgebra, um programador árabe trabalhando em um computador. O homem árabe nunca abraça sua esposa. As famílias nunca se reúnem para ir à mesquita ou igreja.

Alguns profissionais são conscientes da injustiça da imagem do povo árabe transmitida na televisão e tentam mudá-la. O produtor Alan Rafkin escreveu: "Quando vejo que um judeu é representado como um monstro, me dá vontade de chorar. Por isso, sei como devem se sentir os árabes quando são descritos como assassinos".

Howard Rosenberg, ganhador do Prêmio Pulitzer e crítico do *Los Angeles Times*, escreveu: "Algum dia assistiremos na televisão um programa que veja os árabes com olhos de árabes. Provavelmente, isso ainda demorará. Hollywood é como uma criança teimosa quando se trata de renunciar a



Na televisão, não se vêem imagens positivas dos árabes, como, por exemplo, a de um professor dando aula, uma mãe embalando os filhos ou simplesmente crianças brincando



estereótipos batidos, como o de que os árabes são seres sedentos de sangue".

Em uma carta publicada nos boletins dos sindicatos de escritores e de atores, o produtor e escritor Ted Flicker, identificando-se como um judeu norte-americano, escreveu: "Os árabes são apresentados até a exaustão como multimilionários excêntricos, terroristas libidinosos, escravistas de mulheres brancas. Queridos companheiros escritores, em nome dos meus parentes árabes, lhes digo: pensem antes de escrever sobre os árabes... Acho que a dignidade exige que nós, responsáveis pela criação de mitos nacionais, levemos em conta o sofrimento desse povo... e ajudemos a libertar-nos desse estereótipo..."

*Third World Network. Jack Shaheen, da Escola de Artes e Comunicação da Universidade de South Illinois, EUA, é autor do livro "Os árabes na Tv".

Um futuro incerto

Expulsas de suas aldeias pela miséria, muitas crianças emigram para a capital, onde são alvo de exploração e violência

Aissatou Toure

Aos 17 anos de idade, Cecile Mendy não parece uma adolescente, nem tampouco uma mulher madura. Quando sorri, tem aspecto jovem; mas quando está séria, seu rosto reflete toda a dor de uma jovem prematuramente amadurecida.

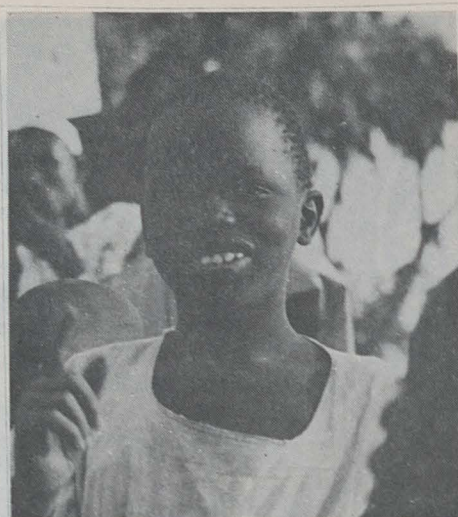
Mendy, membro de uma família de 15 filhos, deixou sua casa, localizada em Casamance ao sul do Senegal, no ano passado e foi trabalhar em Dakar, a capital, distante uns 500km de sua cidade.

Depois de percorrer casa por casa da cidade durante um mês, conseguiu emprego como doméstica, com um horário de sete da manhã às sete da noite, onde faz de tudo, como cozinhar, limpar, lavar.

Aos domingos – o único dia livre – Mendy lava sua roupa e descansa em um quarto que aluga com outras dez adolescentes. Sentada em um tapete e recostada na parede, nos conta a sua história, enquanto remenda a sua roupa:

“Cheguei aqui há oito meses e fiquei desempregada durante um mês, quando afinal encontrei este trabalho onde ganho 7.500 francos (cerca de 25 dólares) mensais. Não é muito, mas é melhor que nada”, reconhece.

Luta pela sobrevivência – As ruas de Dakar estão cheias de adolescentes,



Adolescentes: sem perspectivas

entre 10 e 16 anos, que se sustentam.

Dieng, um jovem de 16 anos, se mantém lavando carros. Há dez anos seu pai era um pacato agricultor, apegado à terra, no povoado de Brol, região conhecida por suas colheitas de amendoim. Quando veio uma grande seca e ele perdeu toda sua colheita, decidiu se mudar com toda a sua família para a capital. Atualmente, sobrevive catando lixo. “Há um ano, meu pai me disse que eu já não era mais uma criança e que devia ganhar a vida”, comenta o adolescente.

Durante quatro meses, Dieng se sustentou roubando, mas foi visto apanhando um par de sapatos em uma loja e, então, ficou preso por uma semana. Quando saiu, decidiu ganhar a vida honestamente, lavando carros.

Com um balde de água, uma esponja e um pedaço de pano, Dieng passa o dia lavando carros – uns 20 ao dia – e tira por mês aproximadamente 40 mil francos (de 150 a 189 dólares mensais).

Violência policial – Há uma década, as crianças do Senegal eram mantidas por suas famílias até que atingissem a maioridade, mas devido à grave crise econômica, à prolongada seca e aos poucos recursos, estas famílias têm sido obrigadas a mudar este costume.

Neste país, existem duas classes de crianças de rua: a dos que não têm parentes e têm que se manter por si só e os que possuem família, mas têm que trabalhar para ajudar no sustento da mesma.

Segundo Germaine, coordenador da

“Ação Juvenil” – uma organização não-governamental (ONG), cujo objetivo é ajudar as crianças desamparadas – “a maioria destes meninos é vendedor, engraxate ou lavador de carros”.

Essa ONG está tratando de ajudar os jovens de diferentes formas. Aos engraxates eles dão aventais e material. Outras organizações criaram centros de treinamento para empregadas domésticas, onde podem aprender a costurar e bordar e recebem noções básicas de alfabetização.

A adolescente Nabou Diouf, de 14 anos, que frequenta o centro, disse que dentro de alguns anos pretende não continuar mais trabalhando como doméstica.

No entanto, ainda há muito por fazer, particularmente mudar a atitude das autoridades em relação a estes meninos.

“Os cobradores de impostos do governo nos incomodam todo o tempo. Supõe-se que têm que recolher uma taxa diária, mas nos exigem que paguemos várias vezes ao dia, se negam a nos dar recibos e ameaçam chamar a polícia se nos recusamos a pagar”, se queixou Amadou, de 13 anos, engraxate de Thiaroye, um subúrbio de Dakar.

Há pouco tempo, a polícia prendeu duas mil pessoas para averiguações. Algumas eram criminosas, mas muitas delas eram pessoas honestas, inclusive crianças que trabalhavam nas ruas.

“O único crime que estas crianças cometem é sobreviver através de um trabalho árduo, porque não podem depender de seus pais. Em vez de se organizar e ajudá-los, o governo os prende e isto é doloroso”, disse Mamadou Dioup, de 32 anos, gerente de uma empresa, que acabava de pagar a Thierno, adolescente de 15 anos – recém-saído da prisão – por ter lavado seu carro.

Thierno diz, revoltado e triste: “O que querem as autoridades? Que a gente roube para sobreviver, peça esmolas ou se prostitua?”.

O jornal do governo *Le Soleil* explicou que a operação foi realizada “para limpar a cidade do excesso de gente”. Mas na realidade foi para que os turistas pudessem passear tranquilamente pelas ruas da cidade. Afinal, o turismo é segunda fonte mais importante do país, rendendo cerca de 135 milhões de dólares ao ano.



Os perigos das fraldas descartáveis

Essas fraldas são práticas, mas quantos pais conhecem as desvantagens e os riscos que acarretam? Esse artigo expõe os seus diversos aspectos negativos

**Hatijah Hashim e
Yap Bing Nyi**

No mundo inteiro, cada vez mais os pais estão adotando o uso de fraldas descartáveis para seus bebês. A razão apresentada é que economizam o trabalho de lavar e secar das fraldas tradicionais de pano.

Mas muitos não sabem que, ao lado das vantagens, as fraldas descartáveis também apresentam muitos inconvenientes, alguns até perigosos.

Como parte de uma investigação sobre este tipo de fralda, a Associação de

Consumidores de Penang, Malásia, consultou com três pediatras. Todos eles vincularam em geral a erupção cutânea com o uso de fraldas descartáveis.

Um dos médicos disse: "Quando usam fraldas descartáveis, os pais tendem a trocar menos o bebê, predispondo-os mais ao surgimento de irritações na pele. Além disso, este tipo de fralda reduz a circulação de ar".

Outro pediatra se referiu à possibilidade de que os bebês, particularmente as meninas, adquirissem infecções urinárias por permanecer muitas horas com as fraldas molhadas.

Desvantagens – A seguir, relacionamos os perigos e desvantagens do uso dessas fraldas:

1) *Podem provocar erupções e outras irritações cutâneas*

As fibras sintéticas, plásticas e químicas das fraldas descartáveis podem irritar a delicada pele do bebê. Mesmo o plástico não entrando em contato com a pele, tende a reter umidade, o que, somado à escassa circulação de ar, cria condições favoráveis para a erupção cutânea.

2) *Propiciam o desenvolvimento bacteriológico e as infecções*

Isso é particularmente correto nas fraldas descartáveis superabsorventes que surgiram recentemente no mercado e desfrutaram de grande popularidade. Devido à sua alta absorção, existe a tendência a deixá-la mais tempo, o que facilita a multiplicação de bactérias e os consequentes danos à pele do bebê.

Diversos exames têm demonstrado que as bactérias permanecem ativas durante mais tempo nessas fraldas (até dois meses) do que nas de algodão (duas semanas).

Também já houve denúncias de que essas fraldas descartáveis superabsorventes podem chegar a produzir sérias irritações cutâneas, sangramento dos tecidos da zona genital (particularmente nos meninos), febre, vômito e infecção por estafilococos (um tipo de bactéria).

Observou-se também que, depois de tirar a fralda, ficam grudados na pele do bebê minúsculos pedaços de fibras, fios e outros materiais, que podem conter bactérias e, portanto, ser um campo propício para infecções.

Em junho de 1986, a dra. Ruth Lawrence, destacada professora de pediatria da Universidade de Rochester, informou à Academia Americana de Pediatria sobre as reações adversas dos recém-nascidos às fraldas superabsorventes, utilizadas no Hospital Strong Memorial.

Segundo esta médica, "a introdução dos novos tipos superabsorventes provocou uma incrível proliferação de erupções cutâneas, principalmente entre os meninos, inclusive com sangramento".

3) *As fraldas descartáveis podem desidratar a pele*

O poder de absorção dessas fraldas é tão grande que absorvem não só a urina, mas também os líquidos da pele, deixando-a enrugada e diminuindo as defesas normais, o que favorece o surgimento de infecções.

Depois de conhecer todas essas desvantagens, nos perguntamos quantos pais vão continuar pensando ainda que as fraldas descartáveis são a melhor solução. O preço, em termos da saúde do bebê, pode terminar sendo muito mais caro do que pensam. (TNW)

Os mitos do controle da natalidade

Apontados como a solução para os problemas dos países do Terceiro Mundo, os programas de controle da natalidade estão sendo agora questionados por organizações não-governamentais

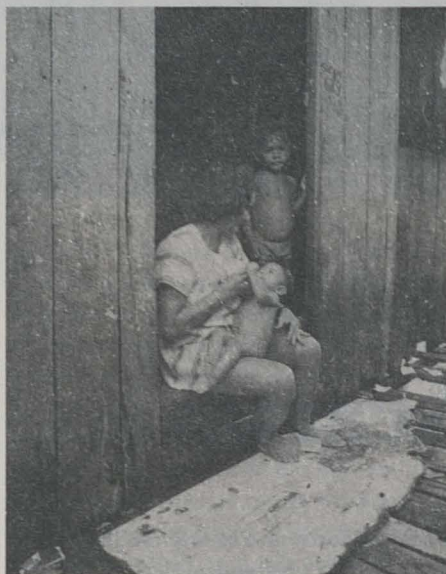
Ineke Holtwijk*

Muitas vezes, por trás da preocupação do Ocidente com o crescimento demográfico do Terceiro Mundo, se escondem imagens do tipo o "perigo amarelo", da crescente população da República Popular da China, ou a do "perigo vermelho", dos politizados bairros marginais da América Latina. Catástrofes como a seca, a guerra e a Aids são, frequentemente, consideradas uma "solução natural para os problemas demográficos da África".

Mas a preocupação das nações industrializadas pela fertilidade dos outros povos só faz exarcebar o sentimento nacionalista. Os líderes africanos ressaltam que seu continente está vazio, se comparado com a Europa. Cidades como Londres e Paris têm mais habitantes do que a maioria dos países africanos.

Modelo europeu – Recentemente, as organizações não-governamentais (ONGs) da Comunidade Econômica Européia, que estão trabalhando no desenvolvimento do Terceiro Mundo, discutiram na sua reunião anual esta polêmica questão.

"O controle da natalidade tem sido



A mulher deve ter direito a optar

considerado uma forma de resolver muitos problemas, desde educacionais até alimentares, mas isso é um mito", diz a especialista holandesa Edit Sizoo.

Embora o controle da natalidade possa ter alguns efeitos positivos, não resolve os numerosos problemas do desenvolvimento, afirma Sizoo, que questiona seriamente se as ONGs européias devem continuar apoiando os programas de controle da natalidade. Seus defensores provêm de uma cultura européia e ocidental e não costumam entender o estilo de vida e a forma de sentir dos povos do Terceiro Mundo.

Há anos, a bióloga alemã Paula Bradish se dedica ao estudo dos problemas nutricionais e da questão demográfica. Ela assinala que na década de 80 se gastaram três bilhões de dólares em programas de controle da natalidade, quantia muito superior aos dois milhões gastos nos anos 60. Os resultados, porém, não foram tão positivos, já que as estatísticas mostram que as taxas de fertilidade

baixaram apenas 20% em consequência da aplicação desses programas.

Por sua vez, Farida Akhter, que trabalha em Ubnig, um instituto de pesquisa de desenvolvimento alternativo em Bangladesh, denunciou algumas manobras realizadas com os fundos desses projetos. Os programas financiados, por exemplo, pela Fundação Ford, dos Estados Unidos, e pelo Banco Mundial se transformaram numa boa fonte de renda para o governo militar de Bangladesh.

As ONGs desse país – situado no sul da Ásia – que trabalham no controle da natalidade têm que cumprir uma cota mensal de mulheres esterilizadas. Segundo denúncias, se as organizações ficam aquém do número exigido, seus funcionários são demitidos e a ONG pode chegar a perder apoio financeiro.

Akhter disse ter conhecido mulheres que sangravam constantemente depois de terem colocado dispositivos intra-uterinos (DIU) nas clínicas de controle da natalidade. Porém, o DIU não era retirado porque isso teria significado um "número a menos" na sua cota de mulheres esterilizadas.

Esterilização em troca de arroz – O instituto Ubnig descobriu, além disso, que a ajuda alimentar, originalmente destinada a ser repartida de forma gratuita entre os pobres, é desviada para estes tipos de programas. As mulheres pobres recebem arroz como forma de incentivo para permitir a esterilização. Pouco antes da época das colheitas, quando mais falta comida, diz Akhter, proliferam os funcionários das ONGs que percorrem o campo para "coletar" candidatas à esterilização.

Esses programas, conclui Farida Akhter, atentam contra os pobres e as mulheres. É por isso que, a cada dia, aumenta a resistência das mulheres ao controle da natalidade, que antes era um tema frequente em qualquer conversa.

As mulheres querem mudar sua situação. Mas, na medida em que esses organismos imponham à mulher métodos de controle da natalidade irreversíveis, não lhes dando informação nem a possibilidade de escolher, essa resistência persistirá, ressalta Akhter. •

*Third World Network. Ineke Holtwijk é correspondente da Inter Press Service, agência de notícias do Terceiro Mundo

Os duros tempos de paz



A crise no Golfo levou os países da região (acima, a Arábia Saudita) a aumentarem suas compras de equipamento militar

Obrigadas a demitir em massa devido aos cortes no orçamento de Defesa das nações desenvolvidas, as empresas bélicas vêem na crise do Golfo uma possível tábua de salvação que pode, temporariamente, dar um novo fôlego aos seus negócios

Claudia Guimarães

Ao contrário do que se possa imaginar, muita gente, principalmente nos Estados Unidos, suspirou aliviada ao ver nas manchetes dos jornais a notícia da invasão do Kuwait pelo Iraque. A lista inclui do bem-sucedido executivo ao operário ameaçado de demissão nas fábricas de armamento, passando pelos opositores ideológicos dos cortes no orçamento de Defesa das nações mais desenvolvidas.

Ameaçadas de entrar num período negro, com o fim da Guerra Fria, as em-

presas que produzem material bélico em todo o mundo talvez sejam as principais beneficiadas por este novo foco de conflito no mundo. Uma possível guerra no Golfo não evitaria a crise em que deve mergulhar, a médio prazo, a indústria bélica — se se mantiver a atual tendência à distensão — mas pode funcionar como uma providencial tábua de salvação.

Desde que o presidente soviético Mikhail Gorbachev lançou ao governo norte-americano o desafio de frear a corrida armamentista e anunciou, em dezembro de 1988, nas Nações Unidas, uma redução unilateral de tropas, os fa-

bricantes de armas começaram a perder o sono, particularmente nos Estados Unidos.

Para infelicidade destes, a iniciativa de Gorbachev, a pressão da opinião pública em favor da paz e, sobretudo, o monumental déficit no orçamento federal norte-americano terminaram obrigando o presidente George Bush a implementar cortes no orçamento de Defesa. O tempo das vacas gordas para as empresas de armas, quando Ronald Reagan esteve no governo (1980-88), tinham ficado para trás.

Mas a crise no Golfo pode ajudar, até

certo ponto, a reverter esse quadro. A invasão do Kuwait pelo Iraque provocou um reaquecimento da demanda de armas na região, momentaneamente esfriada com o fim da guerra entre os governos de Bagdá e Teerã.

As principais compras de armas, anunciadas oficialmente, estão sendo feitas pelo governo da Arábia Saudita. Utilizada como base para a concentração de tropas norte-americanas contra o Iraque, a Arábia Saudita está aproveitando

campo militar, preparam novos e maciços investimentos na área da defesa.

A ameaça de recessão – Esse repentino crescimento nas vendas de armas pode, momentaneamente, afastar a ameaça de recessão que vem rondando a indústria bélica mundial. De acordo com um recente estudo do Congresso norte-americano, o comércio internacional de armas para o Terceiro Mundo movimentou no ano passado 29,3 bilhões de

cada ano, o presidente George Bush se comprometeu a fazer com que os gastos militares caíam de 6% para 4% do PNB, uma redução que só seria superada no país à promovida após a Segunda Guerra Mundial (quando a participação do item "defesa" caiu de 39% para 3,3% do PNB norte-americano).

Esse corte liberaria recursos para Bush, entre outras coisas, fazer frente às críticas de que estaria negligenciando obras de infra-estrutura vitais ao país – como o conserto e construção de estradas, pontes, rede de luz, água e esgoto, etc. – investimento que, segundo especialistas, consumiria uma verba de 165 bilhões de dólares ao ano.

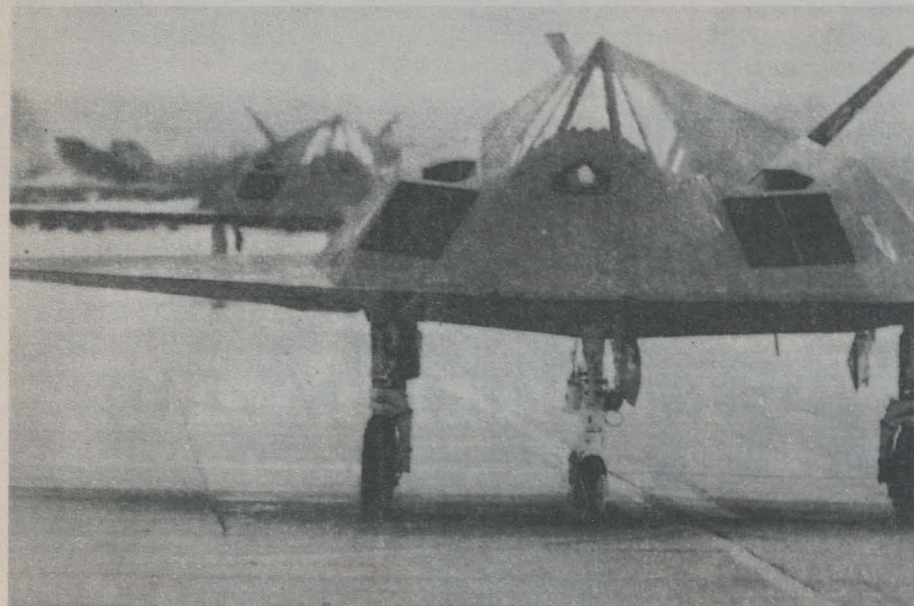
Demissões em massa – As consequências dos cortes no orçamento de Defesa norte-americano não se fizeram esperar. Os números são eloquentes. Segundo o Centro de Estudos Internacionais e Estratégicos, de Washington, nos últimos cinco anos 80 mil das 140 mil indústrias norte-americanas do setor bélico mudaram de ramo ou simplesmente fecharam as portas em função da redução nos pedidos do Pentágono.

O cálculo das demissões no setor variam segundo as fontes, mas em geral lançam perspectivas sombrias para a indústria de armamentos. Especialistas estimam que para cada 1 bilhão de dólares que o governo corte no orçamento do Pentágono 38 mil empregos desaparecerão.

Nesse contexto, naturalmente, os principais afetados são as empresas mais dependentes do complexo industrial-militar, como a Northrop, que vende 92% de sua produção para o Pentágono. Seu produto mais conhecido, o B-2 – o chamado bombardeiro "invisível" aos radares – certamente não escapará da nova política de cortes. Consciente disso, a empresa está planejando mandar embora três mil funcionários.

Outra empresa, a Hughes Aircraft – a quinta maior do setor aeroespacial dos Estados Unidos – já demitiu 6.500 empregados e anunciou a possibilidade de demitir mais seis mil.

Já a McDonnell Douglas, a maior companhia fornecedora do Pentágono, com quem assinou no ano passado um contrato de 8,6 bilhões de dólares, anunciou



EUA: o corte na verba militar ameaça sofisticados projetos (acima, o Stealth)

esse momento dramático para exigir maior ajuda militar de Washington.

E ao que tudo indica, o governo de Riad está obtendo o que deseja. Apesar da resistência do lobby pró-Israel no Congresso, o Pentágono anunciou a venda de uma primeira remessa de armamentos aos sauditas, no valor de 7 bilhões de dólares. Os Estados Unidos pretendem vender para o seu aliado no conflito do Golfo tanques, helicópteros de ataque, armas antitanques, mísseis antiaéreos Patriot e até sofisticados caças F-15, num total de 21 bilhões de dólares.

Mas tudo indica que, independentemente da eclosão de uma guerra no Golfo ou não, muitas outras transações de grande porte serão feitas na região. Israel também está pressionando Washington para que aumente sua ajuda militar e os pequenos Estados árabes do Golfo, conscientes da sua dependência de governos estrangeiros no

dólares contra 61,4 bilhões de dólares, em 1982. Os Estados Unidos, que detêm 26% desse mercado, tiveram suas vendas reduzidas de 9,3 bilhões para 7,7 bilhões de dólares de 1988 a 1989.

Ainda segundo esse relatório, a dívida externa, a queda dos preços do petróleo e o fim da guerra entre Irã e Iraque seriam os principais fatores responsáveis pela redução na compra de armas pelo Terceiro Mundo.

Dentro desse quadro, a crise da indústria bélica norte-americana é a que mais chama a atenção, devido ao processo de superdimensionamento pelo qual passou durante a administração Reagan. Durante os seus oito anos de governo, o ex-presidente investiu 2,4 trilhões de dólares na Defesa, alimentando um complexo industrial-militar que agora começa a se sentir órfão.

Pressionado pelo déficit do orçamento federal, que é de 150 bilhões de dólares a

que dispensará até o fim do ano 17 mil funcionários.

Estes são apenas alguns exemplos isolados. Numa projeção mais ampla, segundo o Departamento de Estado, 1 milhão e 300 mil pessoas vinculadas ao complexo industrial-militar ficarão desempregadas nos próximos anos. Outras estimativas prevêem que só entre os que trabalham diretamente para o Departamento de Defesa haverá 415 mil militares e mais de 100 mil civis demitidos nos próximos cinco anos.

O fantasma dos cortes no orçamento de Defesa dos Estados Unidos não assusta, portanto, apenas os círculos militares.

O Instituto de Engenheiros Eletrônicos, por exemplo, afirma que em cinco anos 55 mil dos 240 mil engenheiros que trabalham para fabricantes de armas perderão seus empregos.

Novas saídas – As empresas mais prevenidas, que não contavam com a inesperada injeção nos seus negócios, em consequência do conflito no Golfo, vinham buscando fórmulas de não serem afogadas pela atual onda de desarmamento. Entre as soluções estudadas, estariam a diversificação da produção, a reconversão das fábricas, uma investida mais agressiva no mercado externo e,

por último, maior criatividade na hora de fazer negócios.

No primeiro caso, se tentaria utilizar o conhecimento obtido no campo militar para aplicá-lo na indústria civil. A Westinghouse, por exemplo, já anunciou que alguns de seus radares, utilizados para fins militares, serão modificados para serem usados no controle aéreo de aeroportos. Outras empresas estão tentando enveredar pelo caminho do chamado "uso duplo", ou seja, investir em tecnologia e pesquisas de produtos que tanto possam ser utilizados na área civil quanto na militar.

Mas nem sempre essas experiências

URSS: o desafio da reconversão

Konversiya ("conversão") é a palavra de ordem do momento na União Soviética. Em tempos de paz, mas de crise econômica, o aproveitamento da indústria de guerra para a produção civil, mais do que uma opção, se impõe como uma necessidade.

Já na sua primeira visita aos Estados Unidos, Mikhail Gorbachev tinha abordado essa delicada questão, num encontro informal com intelectuais e artistas. Perguntado naquela ocasião se o desarmamento não poderia ser freado devido ao medo de que provocasse desemprego, o líder soviético respondeu que cada fábrica teria que estabelecer um plano de produção civil, ao qual a maquinaria e a força de trabalho pudessem se adaptar. "E quando, vocês, nos Estados Unidos, converterem a primeira fábrica militar para a produção civil, nós, na União Soviética, seremos os primeiros a fazer um pedido de compra dos

seus produtos", arrematou o presidente.

Gorbachev tentava assim abrir caminho para um tema espinhoso, não só nos Estados Unidos, como na própria União Soviética, que é a necessidade da reconversão de parte do complexo militar-industrial.

Após ter herdado uma economia baseada na indústria pesada e com um gordo orçamento para a Defesa, Gorbachev precisa agora reestruturar urgentemente toda produção para minimizar a crescente escassez de produtos básicos, como alimentos, remédios, roupas, etc.

E uma das peças-chaves dessa reestruturação econômica é a reconversão das fábricas de armamentos para fins civis, principalmente visando sua utilização na indústria ali-

mentícia. Segundo um plano elaborado pelo presidente Gorbachev, até 1995, 550 empresas militares soviéticas deverão ser adaptadas para propósitos civis e as demais reduzirão drasticamente o volume de sua produção. Segundo cálculos do governo, dentro



Fábricas: em fase de reestruturação

de cinco anos essas empresas já terão colocado no mercado interno produtos no valor de 270 bilhões de ru-

blos (equivalente a 475 bilhões de dólares).

Aparentemente, se poderia supor que a conversão vai de vento em popa na União Soviética. Mas a sua execução tem encontrado diversos obstáculos. Do ponto de vista técnico, por exemplo, não é fácil transformar instalações programadas para produzir equipamento militar pesado em unidades voltadas para a produção de bens de consumo.

Por outro lado, a falta de capital na União Soviética é um sério entrave ao programa de Gorbachev. Converter uma fábrica exige tempo e recursos. Por isso, o governo soviético está preferindo estabelecer empresas mistas com países ocidentais, como forma de levantar a curto prazo o dinheiro necessário para a sua conversão.

Em termos políticos, tampouco essa iniciativa é simples. Segundo tem sido noticiado na imprensa, os militares se opõem aos cortes no orçamento da Defesa e ao projeto de reestruturação da indústria bélica. Recentemente, chegaram inclusive a circular rumores de um possível golpe militar contra Gorbachev.

têm sido bem-sucedidas. A empresa Grumman, por exemplo, cujo produto principal é o jato F-14 (popularizado pelo filme "Ases Indomáveis"), não teve êxito quando passou a investir em projetos ligados à energia solar, ônibus e refrigeradores. Recentemente, ela foi obrigada a demitir 20% dos seus funcionários. Como a Grumman é a maior fonte de trabalho em Long Island, essa redução de pessoal representou um duro golpe para a população da região.

Segundo os especialistas, iniciativas como estas têm fracassado por falta de experiência dessas empresas, que até então tinham boa parte da sua produção comprada pelo governo norte-americano. Agora, com a redução dos pedidos do Pentágono, elas se ressentem da falta de um conhecimento maior do mercado e de como atender aos potenciais clientes.

A outra saída procurada é a reconversão para fins civis. Essa fórmula, porém, é ainda mais complexa que a anterior (ver quadro: "URSS: O desafio da reconversão"). Reconverter uma fábrica inicialmente desenhada para objetivos militares à produção civil implica problemas técnicos muitas vezes insolúveis. Mesmo nos casos em que é viável, exige dinheiro e tempo. Por isso, muitas empresas ainda não estão convencidas da rentabilidade dessa solução.

Por último, está a investida no mercado externo. Mesmo antes da invasão do Kuwait pelo Iraque, um dos principais al-

vos das empresas bélicas norte-americanas era o Oriente Médio. Agora, a venda de armas para os países da região aumentará significativamente. Outro mercado visado é o do Sudeste Asiático, incluindo o Japão. Empresários do setor militar já estão em Tóquio para convencer o governo nipônico a aumentar seus gastos com a Defesa.

Porém, também nessa alternativa, as empresas norte-americanas enfrentam obstáculos, como a concorrência de empresas bélicas, estatais e privadas, de países como a Coreia do Sul, Formosa, Índia e o próprio Brasil.

O "enxugamento" na Europa – Embora sejam mais conhecidos, os efeitos da crise entre as empresas que produzem equipamento bélico não se limitam aos Estados Unidos. Na França, em fábricas como a Dassault e a Giat-Industries, milhares de engenheiros, técnicos e operários estão com os seus dias contados. Outras empresas, como a Aerospatiale, estão buscando acordos de cooperação internacional para contrabalançar a redução nos pedidos governamentais.

Apesar do governo francês gastar 5,3 bilhões de dólares ao ano em pesquisa e desenvolvimento no campo militar, essa soma não será suficiente para reaquecer uma indústria que está perdendo clientes a cada dia.

Na Grã-Bretanha, a segunda maior

empresa bélica do país, a GEC, já anunciou a demissão de 700 funcionários. Baseando-se no orçamento militar para o período 1990/1991, de 21,1 bilhões de libras – que em termos reais é 0,6% menor do que o de 1989 – tem-se como certa a redução das compras de equipamento bélico feitas pelo governo.

Um sintoma da crise no mercado europeu é a queda das cotações das empresas bélicas nas Bolsas de Valores, que já se faz evidente em Londres e Paris. Investir em fábricas que dependam de contratos militares é um mau negócio atualmente, garantem os especialistas.

Diante desse quadro, espera-se daqui por diante uma tendência da indústria bélica europeia à fusão, aquisição e alianças. Mesmo levando em conta que os cortes no orçamento de Defesa dos principais países europeus não sejam tão rigorosos como os que devem ser feitos nos Estados Unidos, há um consenso que as empresas nesses países devem ser enxugadas.

Só na área de equipamentos para a defesa aérea, existem na Europa Ocidental quatro fabricantes (um na Grã-Bretanha, dois na França, e um na outrora Alemanha Ocidental). No campo dos aparelhos militares eletrônicos, a Grã-Bretanha possui seis empresas; a então Alemanha Ocidental duas; a França uma. E não faltam outros exemplos que mostram o descompasso entre a dimensão dos complexos militares europeus e a atual tendência à distensão mundial.

Do outro lado do Atlântico, o Canadá também decidiu fechar ou reduzir 14 bases militares, além de suspender um programa de submarinos nucleares que custaria ao governo 1,5 bilhão de dólares.

Todos esses fatores explicariam o momentâneo alívio que sentiram os fabricantes de armas em todo o mundo com a crise no Golfo. Se não representa uma solução duradoura, eles acham que poderá, pelo menos por algum tempo, reaquecer as vendas e dar mais fôlego às indústrias bélicas para que aguentem até poderem se readaptar aos novos tempos de paz. ●



O governo Bush já não pode realizar gastos militares tão altos como os da época de Reagan

A força da palavra

O dia-a-dia da população sul-africana é retratado por poetas e escritores que se expressam em inglês, mas subvertem as suas regras para mostrar o seu questionamento do sistema

Josefa Salmón

Farouk Asvat é um poeta e escritor de nacionalidade sul-africana. Sua antologia de poemas, *The Time of Our Lives* ("O tempo de nossas vidas") foi publicada por *Black Thought Publications* (Edições Pensamento Negro), em 1982. Suas poesias aparecem também em *Exiles Within: Seven South African Poets* ("Exílios interiores: sete poetas sul-africanos"). Uma seleção de seus contos, intitulada *The Paanies Are Coming*, será publicada no próximo ano.

Atualmente, trabalha em outra série de poesias, *An Odyssey Through A Wasteland* ("Odisséia no deserto"), e em um romance sobre os conflitos na África do Sul, *Nights Full of Fire* ("Noites cheias de fogo").

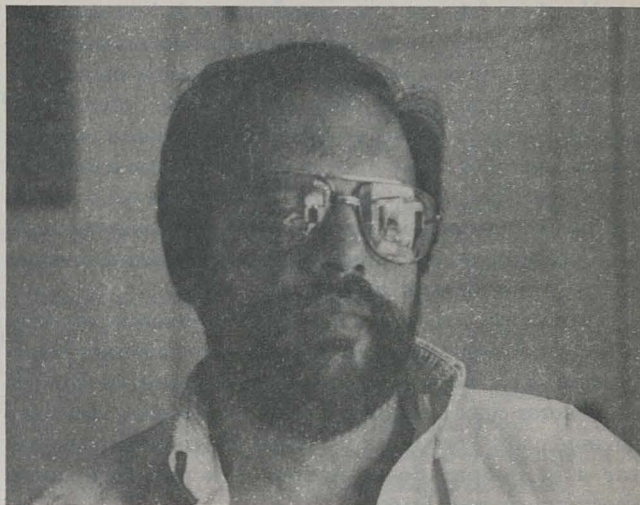
Como poeta, foi fundador do grupo *Black Thoughts* (Pensamento Negro), que percorreu as cidades sul-africanas em 1973 junto com o conjunto musical *Dashiki*, dirigido por Lefifi Tladi e vários poetas, incluindo Don Mattera, Ujebe Masokoane, Achmat Dangor e Mathe Diseko. Todos os integrantes foram obrigados a deixar o país.

Farouk também é médico. Trabalhava no Centro Comunitário de Saúde Aznempilo (fundado por Steve Biko), em outubro de 1977, quando o governo o fechou, no contexto da sua investida contra o *Black Consciousness Movement* ("Movimento Consciência Negra"). Depois, trabalhou nos hospitais de Northdale, Hillbrow e Coronation e no Centro de Saúde de Alexandra, do Hospital das Clínicas. Fez um curso de especialização nos Estados Unidos, para o qual ganhou uma bolsa. De volta à África do Sul, retomou seu trabalho na clínica de Alexandra.

Conheci Farouk na Universidade da Califórnia, em Berkeley, onde era bolsista. A entrevista que se segue foi concedida nessa cidade, em maio de 1989.

A África do Sul é atualmente um dos países mais presentes na imprensa internacional, pela luta contra o apartheid. Como sul-africano e poeta, você concorda com a forma como a situação do seu país é apresentada nos grandes meios de comunicação?

— Acho que a cobertura que os grandes meios de comunicação fazem da África do Sul é realmente limitada e inclusive muitas vezes simplista ou seletiva: se citam somente certas personalidades e alguns fatos. Nos dois anos que estou fora do país, nunca encontrei, em nenhum dos



Asvat: refletindo na poesia a realidade dos negros, sem retórica

principais meios de comunicação, uma reportagem que tratasse de mostrar ou explicar a complexidade do que ocorre lá.

Como consequência disso, se fez uma idéia da África do Sul segundo a qual no nosso país haveria uma luta de dois grupos, o dos negros bons, que são muito oprimidos e praticamente desamparados, e o dos brancos maus. E muitas vezes ocorre que as pessoas escutam essa história e depois não querem tomar conhecimento dos aspectos mais complexos da realidade na África do Sul. Isto é, não se interessam em saber que se trava, obviamente, uma luta em diferentes níveis, por distintos meios, e para a qual existem diferentes respostas.

Isso cria problemas porque, geralmente, a opinião pública ocidental, na minha opinião, está mais familiarizada com a visão dos intérpretes brancos da realidade sul-africana, como Nadine Gordimer ou J. M. Coetzee, ou André Brink, do que com a opinião dos escritores negros, que são os que geralmente procuram mostrar a realidade com toda sua complexidade.

Hoje em dia, está ocorrendo na literatura do seu país o que podemos chamar de um movimento de libertação dos negros sul-africanos. Que repercussões está tendo esse processo e até que ponto ele influi na unidade dos setores contestatórios?

**“A arte, especialmente a poesia, está integrada à luta política.
Ela está presente na maioria das manifestações de massa”**

– A realidade na África do Sul muda permanentemente. Os escritores são confrontados com o que ocorre hoje, o que passou ontem ou o que vai acontecer amanhã. Obviamente, eles analisam esses fatos no seu contexto histórico, e o fazem tendo em mente os seus ideais futuros.

Mas é um fato que uma grande parte da literatura que se produz atualmente traz à tona as experiências mais imediatas, os desafios mais cotidianos. Em grande medida isso lhe dá um dinamismo e uma originalidade próprias, em muitos e variados aspectos. Mas impõe um limite também, porque o escritor não analisa os acontecimentos a partir de uma ótica “objetiva” ou “distante” (coloque esses adjetivos entre aspas) que poderia mostrar esses eventos a partir de uma perspectiva mais ampla. Isso ocorre porque vivemos sempre numa situação-limite.

No entanto, ao escrever uma poesia, apesar de estarmos trabalhando assuntos ou percepções muito imediatos, incorporamos a ela todos os nossos elementos internos. Em vez de demorar cinco anos para escrever um poema, você o faz em uma noite. Porque muitas vezes, não terá tempo de voltar a se ocupar desse assunto ou não terá outra oportunidade para fazê-lo.

A situação política, então, determina em grande medida o tipo de poesia que se escreve?

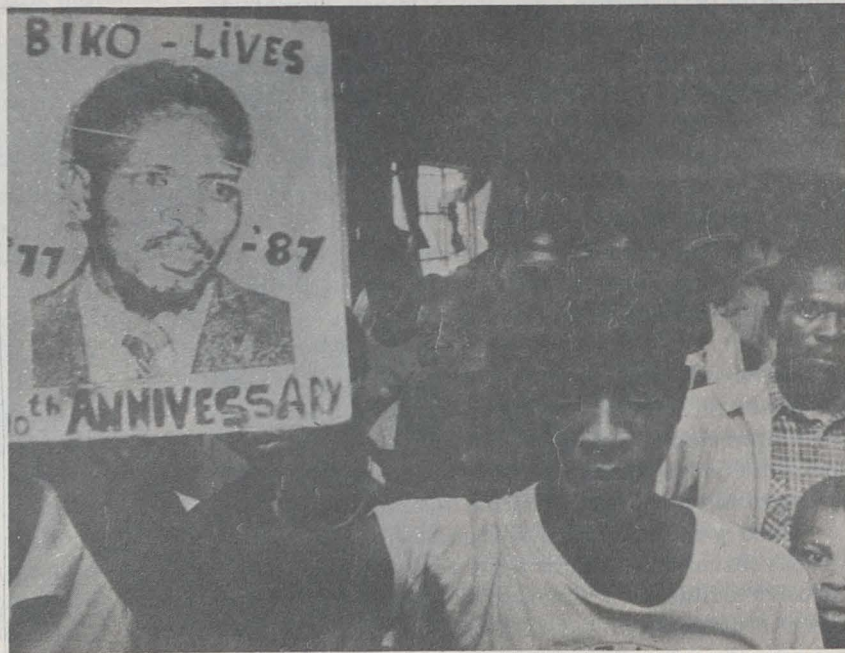
– É claro. Porque os poetas não são individualistas. Não

expressam só seus próprios sentimentos sobre as coisas. A poesia e a arte estão integrados à luta política, especialmente a poesia. Ela está presente na maioria dos comícios políticos, funerais e manifestações de massas. Isso faz com que a maior parte das pessoas esteja muito mais familiarizada com a tradição oral de “representar” a poesia, do que com a poesia escrita.

Enquanto médico e poeta, como influi em você a situação política da África do Sul?

– Bom, nunca pensei em mim mesmo como sendo um poeta ou alguém que ia escrever e publicar coisas. Minha literatura surgiu da necessidade de interpretar o que ocorre com os negros da África do Sul. Desde jovem, muito do que lia me parecia uma explicação parcial, ou uma falsa representação do que eu sentia, por experiência própria ou compartilhada. Daí veio a necessidade de escrever poemas. Por um lado para explicar, e também para enfrentar o sistema com o qual lidamos. Por isso muito de minha poesia vai lado a lado com o desenvolvimento do *Black Consciousness Movement*, de Steve Biko.

A utilização da cultura se transformou em parte integrante da atividade política: isso significa pôr à prova e redescobrir nossa história, nosso passado, encontrar a voz que articule nossas próprias experiências. Trata-se de uma forma de fazer oposição ao sistema, mas também para al-



Steve Biko e Nelson Mandela : dois referenciais para os que lutam contra o regime de segregação racial

guns de nós é uma forma de explicar nossas próprias vidas, frente a nós mesmos e às demais pessoas.

Eu não sei se teria começado a escrever vivendo em outra situação política. Mas de fato comecei a escrever e em grande parte isso se transformou na razão para continuar escrevendo, não tanto como uma necessidade individual mas como uma necessidade da comunidade amordaçada pela censura, através da falsificação da realidade nos livros, nos meios de comunicação. Essa censura chegou a tal ponto que muita gente já tinha perdido as esperanças de poder enfrentar o sistema. Minha literatura se desenvolveu pelo seu engajamento com o movimento político.

Você foi perseguido?

– Sim, desde o princípio. Poucos meses depois da publicação dos meus primeiros poemas, fui ameaçado de morte. Pouco tempo depois, meus trabalhos foram proscritos por cinco anos. Oficialmente, não me deram nenhuma explicação para a proibição dos meus poemas, mas muitas pessoas foram informadas que o motivo da censura ao nosso trabalho foi o fato de que a nossa poesia era lida em atividades políticas.

O que, de fato, fazíamos era ir às escolas e organizar tardes de sessões de música e poesia, conversando sobre a situação política.

Fizemos muito isso, principalmente em toda a área de Joanesburgo. E, depois de seis meses, quatro dos poetas do grupo foram proscritos.

Como se chamava esse grupo?

– O nome era *Black Thoughts* ("Pensamento Negro"). Os músicos também foram perseguidos. Silenciar a voz dos escritores e poetas era o objetivo do sistema. Isso porque em uma sociedade opressora, onde os meios de comunicação distorcem a realidade, onde o sistema escolar não representa as aspirações do povo, os escritores se tornam, na minha opinião, a voz desse povo. E isso é justamente o que um regime opressor não pode permitir.

Não foi somente uma proscrição política. Também prejudicou minha formação profissional na universidade (supostamente liberal), onde tive muitos problemas para completar meus cursos. E depois de formado não consegui trabalho por dois anos e meio no hospital

estadual, onde precisava fazer minha residência.

Na sua opinião, os escritores representam a voz do povo. Em que medida sua literatura expressa isso?

– O que eu tentei fazer foi captar como as pessoas se sentem, realmente, em suas relações cotidianas, em um sistema violento e opressor. Acho que, infelizmente, muitos textos de pessoas de esquerda tratam as questões só a nível retórico, ideológico.

Isso é válido, mas penso que é também uma obrigação do escritor tratar de mostrar como o povo realmente se sente e responde, com todas suas contradições, as suas esperanças e os altos e baixos da luta política, em meio aos fatos comuns da vida. É preciso mostrar as respostas individuais, a ironia e a esperança, o cinismo, e todas as outras formas de reação.

Não acredito que as pessoas respondam só com retórica à opressão. Nós, escritores, não devemos contribuir para dar aquela visão estereotipada dos "bons" contra os "maus".

Por isso, quando se apresentam sentimentos e emoções mais complexos e sutis, que mostram como o povo se sente realmente, alguns sentem medo de enfrentar essa verdade. Porque isso dá vida a personagens que até o momento só têm sido vistas como objetos. Tratando essas situações de forma retórica, nós aceitamos reduzir as nossas experiências à quali-

dade de objetos, e assim contribuimos para uma visão despersonalizada do que significa a opressão de um povo.

Poderia explicar mais claramente o que significa para você "representação retórica"?

– Tratar as questões em termos ideológicos: que este é um sistema capitalista, que nós somos revolucionários, que nós vamos fundar um sistema socialista e toda essa série de imagens, no meu modo de ver, extremamente simplistas. Muitas vezes isso é necessário por razões políticas concretas. Mas acho que quando alguém quer realmente escrever sobre um povo, tem que ir mais fundo, ultrapassando o enfoque ideológico, teórico ou retórico.

Esses textos podem ser úteis, de certa forma, mas não acredito que possam nos dizer mais que um panfleto político, ou um artigo jornalístico de uma revista de esquerda.

A morte de Steve Biko

Esta ânsia de viver
é como a morte, meu amor:
a morte de Steve
que alterou nossa consciência
e cujo rosto altaneiro
ainda vive em nossa recente memória.

Mas a tua morte é a tua última revolta.
Não ficaremos mais como Cristo
acuados de encontro ao muro
crucificado por uma bala
na cabeça.

Falaremos em silêncio
conduzidos por rios subterrâneos.
Far-nos-emos ouvir sem sermos anunciados
em murmúrios que explodem
em silêncio.

Farouk Asvat

“Numa sociedade opressora, onde os meios de comunicação distorcem a realidade, os escritores se tornam a voz do povo”

Esse tipo de literatura é comum na África do Sul?

– Sim, grande parte da literatura sul-africana é assim porque a situação o exige e também, na minha opinião, pelo desafio que significa deixar de escrever de forma retórica e tentar refletir a realidade com toda a sua complexidade.

A maior parte do seu trabalho está escrita em inglês. Como é sua relação com esse idioma que tem sido muitas vezes identificado com o do opressor?

– Há circunstâncias históricas peculiares de cada país que determinam e decidem essa questão. O idioma, em si mesmo, na minha opinião, pode ser opressivo ou libertador. Os escritores sul-africanos que elegem o inglês como idioma para se expressar devem criar “outro” inglês, diferente daquele que serviu para impor a colonização.

É um processo difícil. Crescemos dentro de um sistema estruturado por uma cultura dominante, no qual devemos aprender um idioma que muitas vezes nos é estranho e constitui a nossa segunda ou terceira língua. Uma vez finalizada a aprendizagem, temos que avançar um pouco mais, tratando de entender o papel do idioma. E, finalmente, tentaremos também minar a língua que estamos procurando dominar.

Os escritores negros são os que têm dado maior ênfase na transformação do idioma num instrumento para refletir melhor a realidade?

– Sim. Houve um debate longo, que buscava esclarecer

se o inglês era efetivamente o idioma do colonizador, tal como é a língua *afrikans*. Muitos chegaram à conclusão de que sim e portanto devíamos voltar às nossas origens. Houve, inclusive, uma experiência pioneira, muito marginal, de ensinar o *swahili* de forma maciça.

Também estavam os que achavam que só deveríamos escrever em *zulu*, *tswana* ou outro idioma nativo. Mas, no final da discussão, nos demos conta de que, ao colocar a ênfase nos diferentes idiomas autóctones, corríamos o risco de acentuar as diferenças entre os clãs e fortalecer identidades étnicas dentro da nação, fato que colocaria em perigo a unidade da luta.

Além disso, na África do Sul o inglês é um idioma falado por quase todo mundo, pela maioria da população negra. É uma espécie de idioma nacional, que pode ser o idioma unificador, a língua usada na discussão política. Mas isso não quer dizer que as línguas regionais não possam ser utilizadas em certas áreas para a politização do povo, se isso facilitar o trabalho. Mas a ênfase não deve estar na criação de identidades separadas, pois isso é o que temos combatido sempre.

Mas criar uma forma de expressão em inglês que sirva para a libertação não significa só utilizar termos retóricos, contra o sistema. É algo mais profundo que isso. E essa linguagem necessitaria incorporar uma série de especificidades das culturas que a formam, que são diferentes em cada região. Para os escritores sul-africanos, a longo

prazo, esse é o real desafio. E é também o desafio de muitos outros povos: usar o inglês, o francês ou o espanhol, para transformá-lo radicalmente, da mesma forma que a Teologia da Libertação mudou profundamente o catolicismo.

Em seus livros como você lidou com essa variedade de idiomas?

– Por tudo que expliquei, escrevo principalmente em inglês. Mas já escrevi também em vários dialetos que combinam diferentes idiomas.



Cidade do Cabo: bem longe das áreas brancas, a imagem da miséria em que vivem os negros

Poderia haver uma idioma básico, mas na maioria da vezes se trata de uma combinação de línguas predominantes em uma região, com uma quantidade de palavras totalmente novas, inventadas.

Trata-se de sons que se transformam em palavras novas, que não pertencem a nenhum dos idiomas conhecidos. Escrevi poemas em alguns desses dialetos e incorporei alguns desses termos nos meus contos escritos em inglês. Não acho que devamos escrever apenas o inglês ensinado pelos britânicos.

Que outros idiomas você fala?

— Minha língua materna é o *gujerati*. Meus avós vieram da Índia. Aprendi também o *urdu* e a ler árabe como parte da minha formação cultural familiar. Mas o idioma predominante no lugar onde me criei era o *tswana*, uma das línguas nativas. E muita gente fala também o *afrikans*.

O inglês para mim chegou mais tarde. Era o idioma que escutava no rádio e via nos jornais mesmo antes de ler. Mas, formalmente, só aprendi o inglês quando ingressei na escola. No meu trabalho como médico, por outro lado, tive que aprender também noções de *zulu* e de *xhosa*.

Você leu muita literatura latino-americana. Em que medida isso influenciou em seu trabalho?

— Eu tive uma grande influência dos escritores latino-americanos porque pela primeira vez senti, ao lê-los, que expressavam o tipo de coisas que eu queria dizer, ou que eu poderia ter escrito em relação à minha própria situação. Mas mesmo em muitos deles eu encontrei uma certa dependência em relação à literatura tradicional.

Porém, quando eu li escritores como Pablo Neruda, Carlos Fuentes ou García Marquez, apesar de tê-los lido em inglês e ser o original em espanhol — ambas as línguas dos colonizadores —, vi que eles tinham ido além dos limites que normalmente impõe o idioma, dando-lhe um conteúdo libertador, criando uma forma de expressão diferente.

Apesar das semelhanças, no entanto, a literatura latino-

americana não reflete certos aspectos muito peculiares da realidade da África do Sul. Em nosso caso, a questão racial é um fator determinante. E, em sua relação com a cultura dominante, ainda quando tratam de temas como o racismo e o colonialismo, muitos dos nossos escritores não conseguem desprender-se dos padrões da cultura colonial. Continuam seduzidos por valores europeus.

Em "A Celebration of Flames" você dedicou um de seus poemas a Steve Biko e outro a Nelson Mandela. Qual é sua relação com eles?

— No caso de Mandela, ele pertence a uma geração diferente da minha. Esteve preso desde que eu tinha oito anos. É um herói, um referencial de nossas vidas. Especialmente depois que eu escutei uma série de seus discursos e li os seus

escritos, recompilados no trabalho "Não há caminho fácil para a liberdade". Mandela explica nesses documentos a realidade sul-africana de forma muito clara.

No caso de Steve Biko, ao contrário, sua atividade à frente do *Black Consciousness Movement* coincide com o começo da minha militância política. Tanto Steve quanto o movimento que ele dirigia articularam uma série de atividades de forma muito original e muito pertinente à situação sul-africana.

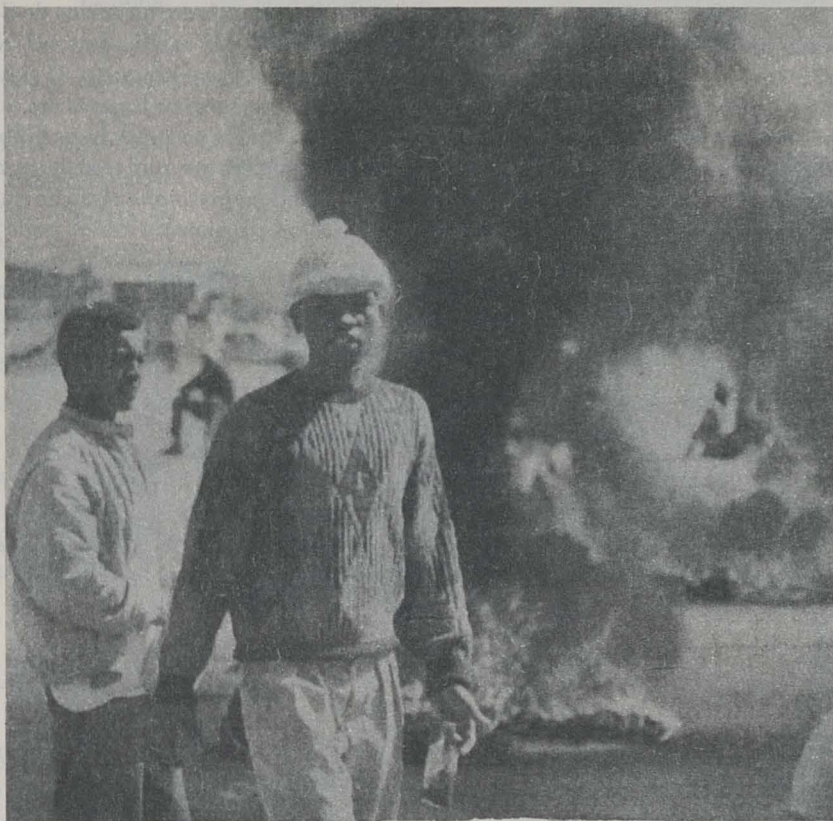
Foi um trabalho que envolveu diferentes aspectos, não só teóricos, como também projetos alternativos na indústria, na saúde, na cultura e na agricultura. Foi uma

experiência que juntou o trabalho poético com o desenvolvimento de projetos concretos.

E tudo isso foi fruto de uma influência múltipla, que ia desde Marx e Lênin ao ativista norte-americano William Du Bois, o humanista martinicano Franz Fanon e o líder da independência da Guiné-Bissau e Cabo Verde, Amílcar Cabral.

Conhecia Biko pessoalmente?

— Estive com ele em algumas ocasiões. Não cheguei a conhecê-lo bem, pois ele trabalhava em outra região. Também influenciou o fato de eu ter sido banido só seis meses depois



Joanesburgo: choques entre seguidores do ANC e do Inkhata

“A realidade sul-africana faz com que a vida pessoal esteja quase sempre relacionada à violência, sangue e morte”

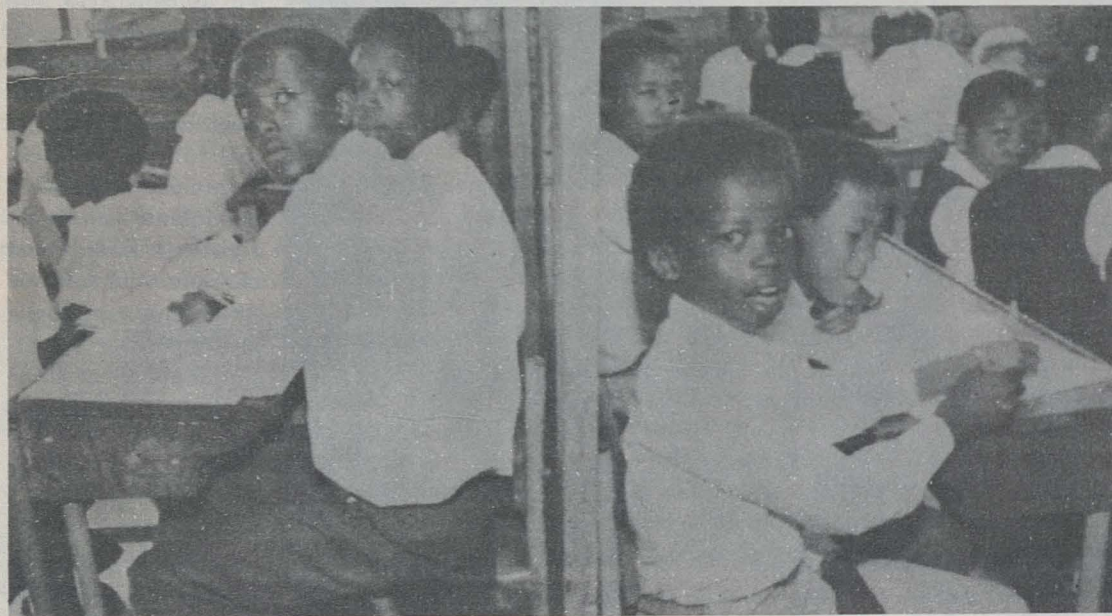
de ter começado meu trabalho político. Nessa época, ele também foi banido e confinado em King Williamstown. Por tudo isso, não cheguei a conhecê-lo intimamente.

Em 1977, eu comecei a trabalhar na clínica que ele havia aberto em King Williamstown. Mas quando me integrei à equipe, ele já tinha sido preso, torturado e assassinado. Cheguei no dia do seu enterro.

Biko deixou sua marca na realidade sul-africana. De certa forma, ele continua presente na luta contra o apartheid.

Por que há tanta poesia na África do Sul e menos romances, por exemplo?

– Quase todos os poetas e escritores negros sul-africanos trabalham fora o dia todo, participam da militância política, têm família. Possuem, portanto, muitas outras obrigações. Essa é, na minha opinião, uma das causas da abundante produção de poesia. É a forma mais imediata de interpretar



Um biombo divide a sala com 64 alunos negros, para que oficialmente constem apenas 32 em cada uma

e responder a uma realidade extremamente dinâmica e cheia de vitórias, derrotas e morte.

O escritor comprometido com essa realidade em geral não tem na África do Sul a tranquilidade intelectual, nem o tempo necessário para se debruçar sobre uma obra por um longo período. Daí o valor de um poema, escrito ao calor dos acontecimentos.

Em uma sessão de leitura de poesias, em Berkeley, você afirmou que não escreveu muitos poemas de amor. Em “Celebration of Flames”, no

entanto, encontrei vários...

– O que eu disse é que muitos críticos e acadêmicos brancos afirmam que os negros não são capazes de escrever sobre o amor, que só podem escrever sobre sangue ou sobre temas políticos.

Minha idéia, em “Celebration of Flames”, foi tratar de mostrar o que é viver em um sistema opressivo, procurando manter toda a nossa sensibilidade. Acho que essa coletânea de poemas deixa claro que é uma experiência dolorosa.

Por outro lado, na África do Sul, a vida pessoal de cada um de nós não existe como tal. Não só para os militantes. Não existe para ninguém. O sistema de segregação racial estabelece quais os lugares em que se pode viver, os hospitais aos quais podemos ir, os ônibus que podemos tomar. A lei estabelece até qual terá de ser a ambulância em que deve ser conduzido e o cemitério no qual você será enterrado.

Com um sistema assim, onde a lei é onipresente, a pessoa pela qual você se enamora não será aquela determinada por Deus, se você acredita Nele, mas determinada pelo Estado. Porque a lei estabelece quem poderá ser seu amigo, quem serão os seus vizinhos, etc. A vida privada das pessoas está determinada pela lei.

Por outro lado, a realidade sul-africana faz com que o prazer pessoal esteja quase sempre relacionado à violência, sangue, morte e com os gases lacrimogêneos em cada esquina.

Quais são seus pla-

nos para o futuro?

– Voltarei a trabalhar na clínica de Alexander Township, na periferia de Joanesburgo, um subúrbio extremamente pobre. A medicina me relaciona com a realidade social e, portanto, com a realidade política. Essa é a forma de inter-relação em que vivemos.

Há anos tenho em mente um romance. Já comecei a escrevê-lo duas vezes, e circunstâncias muito particulares da situação sul-africana me obrigaram a parar. Espero continuá-lo no futuro. Isto é: vou trabalhar na minha antiga clínica e, entre outras coisas, continuar a escrever.

Um novo quadro político nasceu das urnas e condicionará toda esta primeira metade da década.

Lula, sem mandato, terá o seu PT sem governadores, mas com uma bancada fortalecida na Câmara e um senador. Brizola, eleito para governar o Rio, terá mais dois companheiros do PDT como governadores (RS e ES) e a terceira maior bancada federal, o que lhe atribui uma liderança reforçada a nível nacional

50



Com a vitória em São Paulo de seu candidato Fleury Filho, o governador Orestes Quécia está assumindo o espaço de liderança do PMDB, ainda a mais numerosa bancada federal.

Com este trunfo e suas habilidades de articulador, espera estancar a implosão do seu partido e reorganizá-lo para a luta sucessória de 1994

50



A colaboração entre a universidade e a empresa é uma das bases do desenvolvimento da tecnologia.

No Brasil, existe um exemplo positivo desse entendimento de criação e aplicação, que é o setor nacional de informática. Esta, porém, não é a norma, mas a exceção. Insuficiências de ambos os lados e do governo podem impedir o salto tecnológico de que o país necessita para consolidar sua economia

46





A recessão imposta por Collor mantém a inflação em crescimento e já reduziu as compras de alimentos nos supermercados

A agonia do Plano Collor

Procópio Mineiro

O governo Collor repetiu, como muitos temiam, o "esgotamento dos sete meses" do governo Jânio Quadros, cuja renúncia, no Dia do Soldado de 1961, abriu uma crise institucional que ainda hoje não se desfez. Já na campanha presidencial, as semelhanças entre Collor de Mello e Jânio Quadros, nas posturas e retórica, haviam sido assinaladas. As semelhanças agora assustam ainda mais, pois no governo Jânio a crise se instalou por uma postura autoritária e de confronto com o Congresso, enquanto hoje se repete isso e se junta, ainda por cima, uma série de denúncias cabeludas, que contrariam frontalmente o discurso moralista do atual presidente, em meio a

*Em meio a acelerada
crise econômica,
o país vive
momentos de
perplexidades,
enquanto o novo
governo e seu plano
perdem credibilidade
e geram a
desesperança e a
inquietação*

uma crise econômica que começa a dar sinais de convulsão.

O governo Collor de Mello seria a retomada da plena normalidade, após três décadas, mas, tão pouco tempo após a posse, braceja em dificuldades tais, que até aliados da véspera se espantam. Na base de tudo, um fracasso gerencial e um fracasso político. À frente, perspectivas nebulosas.

Gerindo para quem? – O discurso da "modernidade", da eficiência, do progresso, da juventude parece hoje um episódio inacreditavelmente distante para os que apoiaram a candidatura de Collor. Para os adversários, a frustração de tudo surpreende apenas pela velocidade e pelas formas que vem apresentando.

A caminho já dos nove meses, a admi-

nistração Collor exhibe não a prometida inflação zero, mas uma outra, na casa dos dois dígitos, com tendência a crescer, cercada de agravantes: a economia foi abalada, os salários despencaram, o emprego reduziu-se, a circulação monetária – o sangue da economia – foi sedada e colocada em pressão muito baixa, a credibilidade externa desceu mais alguns degraus, e a interna esfuma-se cada dia mais.

Em suma, todos os ataques desferidos contra o inimigo público número um, a inflação, foram certos apenas contra o crescimento da economia e contra o nível de vida da sociedade, mas simplesmente não atingiram o alvo. O tigre inflacionário continua a devorar os pobres, que ficaram mais pobres, enquanto os remédios da era Collor começam a corroer a saúde empresarial do país, produzindo falências de gigantes, à proporção de uma por dia.

Se não há proveito para a economia como um todo, se não há proveito para a sociedade, em especial para os trabalhadores, e se a inflação se preserva intacta – então, o que ocorre? Para quem trabalha o governo?

A única eficiência do governo vem sendo demonstrada na desarticulação dos princípios que tornaram o país uma pequena potência industrial e que serviam de base para novos surtos de expansão econômica. A fé neoliberal radical, que beira a ingenuidade – inadmissível em quem tem um mandato para defender os interesses da nação – promove a liquidação das estruturas capazes de calçar o desenvolvimento sem dependência. A chamada desestatização tem cronogramas e etapas em cumprimento, enquanto a abertura do mercado se faz sem maiores critérios, sob a crença simples de que isso promoverá a absorção de tecnologia.

Setores empresariais – até mesmo alguns aliados de ontem – setores acadêmicos e os trabalhadores, além da

oposição política e das áreas nacionalistas esparsas por todos os cantos do país apontam a crise econômica, envolta na crise maior, que transparece na falta de rumos. Falta direção, é a sensação geral, enquanto o governo repete que nada muda em seus posicionamentos.

Empresário premiado com o troféu “O Equilibrista”, concedido pelo Instituto Brasileiro de Executivos Financeiros, agora em novembro, o diretor da empresa Metal Leve, Roberto Faldini, resumiu os impasses da economia brasileira: a política governamental abala as empresas e submerge os salários dos trabalhadores, enquanto cuida de equilibrar suas contas com o confisco dos recursos da iniciativa privada, da explosão das tarifas públicas e do estrangulamento do funcionalismo público, via demissões ou arrocho salarial.

Ao lado disso, as facilidades abertas ao capital estrangeiro, o qual pode – até por cochilo do Congresso, que não leu as entrelinhas de uma das medidas provisórias – abocanhar livremente as estatais mais lucrativas, enquanto as taxas de juros, decorrentes da política monetária ultra-ortodoxa, tiram o fôlego e o poder de investimento – e de competição – da empresa nacional. A quem serve, afinal, esta política econômica?

No Rio de Janeiro, a Associação Fluminense das Pequenas e Médias Empresas-Flupeme constatou uma vertiginosa queda de vendas desse setor

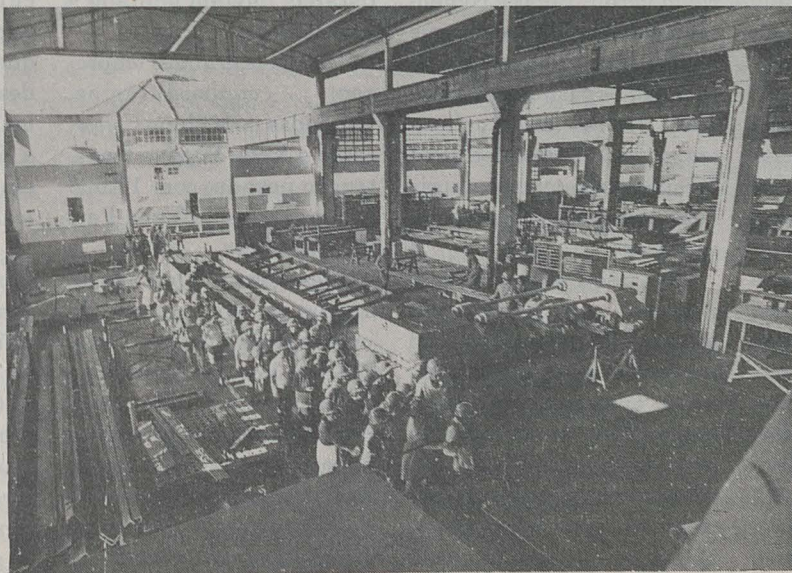
básico da economia, nos últimos meses, fruto amargo do Plano Collor. A retração geral estimada para este ano, no setor de médias e pequenas firmas cariocas, que chegam a 150 mil, deverá alcançar a marca dos 12,7%. No período, essas empresas demitiram milhares de trabalhadores e concederam reajustes salariais bem abaixo da inflação, numa média de 82%. “E, como se sabe, o Índice de Preços ao Consumidor alcançou, no mesmo período, uma alta de 358,5%”, apontou o presidente da Flupeme, Benito Paret, dizendo-se contristado com as perdas salariais dos trabalhadores.

A onda de concordatas já levou a poderosa Federação das Indústrias do Estado de São Paulo-Fiesp a entrar em aberta rebelião contra a ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, através de desabafo contundentes de seu presidente, o empresário Mário Amato. As trocas de farpas tornaram-se uma especialidade e generaliza-se, também no meio empresarial, a opinião de que o governo Collor e seu programa perderam o rumo e a credibilidade. Pesquisas no meio empresarial comprovam o crescimento do endividamento, aumento das insolvências, menor produção e redução nas vendas.

Os sindicatos apontam o prejuízo dos salários, em oito meses de governo Collor: 300%. O salário médio em São Paulo, segundo cálculos do Departamento Inter-sindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese), baixou de Cr\$ 33.430, em março, para Cr\$ 27.978, até agosto, a partir de quando novas perdas se acumularam, com as crescentes taxas de inflação dos últimos meses, todas acima de 12%.

Ainda não se dispõe de cálculos sobre a concentração de renda que esse processo gera, mas números do IBGE sobre a década passada confirmaram que os 5% mais ricos passaram, no período, a usufruir 39,4% da riqueza produzida no país, 6% a mais que no

A recessão, o desemprego e as perdas salariais marcam a política econômica



início da década. A era Collor está aprofundando as disparidades, pois os "descamisados e pés descalços" jamais enfrentaram um arrocho salarial de tal ferocidade.

A política governamental de insistir em matar a inflação, a qualquer preço, vem dando atualidade à anedota do homem que queria treinar um burro a não comer. De corte em corte da ração, chegou o momento em que o pobre animal, vergado sob a canga e puxando uma carroça

de pedras, simplesmente morreu. "Que pena, logo agora que estava quase acostumado", lamentou o econômico carroceiro.

Do mesmo modo, a uma inflação que não desce, o governo Collor tem servido em doses crescentes os venenos do enxugamento monetário (manda os juros às nuvens), do arrocho salarial (mata de fome os trabalhadores e desaquece o consumo, reduzindo a produção, mas levando à manutenção dos preços

elevados), da política de demissões (provoca dores sociais que repercutem em toda a comunidade), da desorganização do setor produtivo estatal (uma armadilha fatal contra os interesses nacionais) e da recessão generalizada (que está muito longe de indicar a restauração da saúde econômica).

À semelhança da anedota, dessa forma um dia a inflação será zero, simplesmente porque não haverá mais trabalhador, nem produtor, nem moeda

A onda de concordatas que passou a engolir grandes grupos empresariais, a partir de outubro, deveria ter sido interpretada como a "purificação do mercado", pelo jargão neoliberal da política governamental. Indicaria algo como uma seleção natural entre aptos e não-aptos, anunciando a aurora de um tempo mais tranquilo, só de empresas de saúde de ferro, numa economia afinal equilibrada.

Mas, por algum motivo, ninguém está comemorando essa purga, nem mesmo os próprios administradores da economia. A reação da ministra Zélia Cardoso de Mello foi a de desconfiar das concordatas em cadeia, considerando que se trataria, no fundo, de uma espécie de jogo ensaiado pelos magnatas para, de um lado, pressionar o governo — utilizando a questão social gerada — e, de outro, tirar o proveito econômico que sempre dá pagar aos poucos, ao longo de dois anos, dívidas acumuladas.

Como consequência desse raciocínio, partiu-se para mais uma medida provisória, que tentou tornar ainda mais difícil às empresas sair das dificuldades pela concordata. As exigências, incluindo uma verdadeira auditoria prévia, não só irritaram setores

A voragem das concordatas



Zélia vê a situação com simplicidade: é só baixar os preços

parlamentares e jurídicos, como gerou irônicos comentários de empresários, que lembraram a incoerência de se impor os gastos consideráveis de tal auditoria a empresas já enfraquecidas e incapazes sequer de cumprir suas obrigações financeiras rotineiras.

Em São Paulo, registraram-se, até a terceira semana de novembro, 133 concordatas neste ano de 1990, enquanto em todo o ano de 1989 as concordatas não passaram de 85. No mês de outubro, 33 empresas pediram concordata, enquanto, nas três primeiras semanas

de novembro, 47 firmas paulistanas haviam adotado a providência.

Entre as grandes empresas concordatárias, asfixiadas pelo Plano Collor, estão a Vega Sopave (construção pesada, com 10.600 funcionários), Casas Pernambucanas (Rio e Nordeste, com 12 mil funcionários e uma queda de vendas de 30% desde o Plano Collor), Verolme (estaleiro do Rio, com 2.500 funcionários), Companhia Brasileira Exportadora (setor de cacau, na Bahia, com 450 funcionários), e o grupo Trol (setor de brinquedos), propriedade da

família do falecido ex-ministro Dílson Funaro, o gerente do Plano Cruzado.

O megagrupo Pão de Açúcar (2,4 bilhões de dólares em faturamento, no ano passado) precisou vender sua sede e outros imóveis a um grupo de bancos, para reduzir suas dívidas e fugir à concordata. Só nos primeiros meses do Plano Collor, o Pão de Açúcar acumulou prejuízos de 70 milhões de dólares, enquanto a população reduzia a compra de alimentação e outros produtos encontráveis a supermercados em cerca de 17%.

No dia 24 de novembro, a concordata do dia foi de parte do império Matarazzo: oito empresas do conglomerado tornaram públicas suas dificuldades, decorrentes, segundo seus diretores, "das quedas de 40% nas vendas, desde o início do Plano Collor", tornando insustentável a situação das empresas que empregam cerca de 11 mil trabalhadores.

Para a ministra Zélia Cardoso de Mello, as empresas que enfrentam dificuldades, devido aos juros altos e à queda de vendas, só têm uma saída: baixar os preços. Ela só não deu a fórmula de como superar os juros estratosféricos, decorrentes da política monetária do governo.

circulante, toda ela empacotada no Banco Central, e sobrará apenas um país devastado, uma sociedade sem rumos. E o marciano que sobrevoar o país (ou o neoliberal de Chicago?) poderá dizer quão portentosa foi a experiência, com o único senão de uma nação ter desaparecido antes, por pura impaciência. Ante a terra arrasada e facilmente ocupável, só esquecerá de perguntar a quem aproveitou aquela experiência. O que sairá desse panorama de abalos? Afinal, a quem aproveita mesmo a política econômica de Collor?

Fracasso político – O fracasso do Plano Collor – os planos de estabilização brasileiros costumam ficar insepultos longos meses, depois de morrerem, e só então começam a receber os adendos ordinários de II, III, etc. – é admitido sem reservas por representantes dos mais variados setores.

Mas, o componente explosivo da situação surgiu com a indisfarçável crise política: Collor vem trombando com o Congresso, depois de seguidas batidas contra o Judiciário. A postura autoritária, exibida desde o primeiro minuto de governo, aguçou-se com o tempo, sequer amainou com o período eleitoral, e está desembocando na autofagia. O clima mete medo a setores políticos de memória mais cultivada.

Demissões tumultuadas, como a do presidente da Petrobrás, Motta Veiga, e do ministro da Justiça, Bernardo Cabral, deram uma marca de instabilidade ao governo, ainda mais que foram seguidas por outras demissões polêmicas.

Uma espécie de complemento foi a renúncia do líder do governo no Congresso, o íntimo colaborador Renan Calheiros, abandonado antes pelo Palácio em sua disputa pelo governo de Alagoas. A carta de renúncia, protocolada no Palácio do Planalto no dia 16 de novembro e dada à publicidade pelo deputado no dia seguinte, foi uma dura condenação a Collor e a seus métodos.

“Enganei-me. Ao longo do tempo, fui vendo Vossa Excelência ficar longe da sociedade e dos compromissos de campanha. Sinto, por Vossa Excelência e pelo País, o isolamento que tomou conta do Palácio do Planalto”, disparou Renan Calheiros, alguns parágrafos antes de

definir por que não podia mais ficar ao lado do presidente, de quem fora escudeiro-mor: “Não posso, pois, continuar ao lado de Vossa Excelência. Eu tenho um compromisso com a dignidade, com a gente brasileira”.

Depois, em entrevista, Calheiros foi mais direto em suas afirmações, revelando alguns meandros da administração, como o fato de mordomias terem sido conservadas, agora às escondidas: oficialmente, o governo não paga as despesas suntuárias, que são assumidas agora, como presente, por certos empresários, tornados assim espécie de “padrinhos”, na descrição do deputado. A fraude em Alagoas, ele atribuiu diretamente a Paulo César Farias, o misterioso tesoureiro da campanha de Collor e já flagrado em intermediação indevida entre a Vasp privatizada e a Petrobrás, fato que envolveu, igualmente, o chefe de gabinete presidencial, embaixador Marcos Coimbra. Calheiros cita até a quantia que teria sido gasta por Paulo César Farias nas fraudes alagoanas: 90 milhões de dólares, mais de 10 bilhões de cruzeiros, para favorecer a candidatura de Geraldo Bulhões, o candidato que obteve o apoio palaciano, especialmente da primeira-dama Rosane Collor.

Praticamente no mesmo dia, o novo ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, falava em “tropa sem general e general sem tropa”, para descrever o relacionamento do governo Collor com as bancadas que lhe dão apoio no Congresso, onde mensagens governamentais foram derrotadas com votos de seus amigos.

O fracasso político não está representado apenas pelas pouco respeitadas relações com o Congresso, mas, sobretudo, pela evidência de que Collor não



O Congresso reage ao governo, do qual Cabral foi desembarcado



conseguiu mobilizar a sociedade brasileira. Hoje, certamente não seria eleito. Seu estilo apenas modernizou a vassoura e os bilhetinhos janistas, através do esforço em impor uma imagem de força, com televisivas práticas esportivas dominicais, e um linguajar frequentemente duro. E isso não está impressionando mais.

O discurso de Collor, no dia 21 de novembro, em torno do qual se tentou criar uma expectativa de divisor de águas, resumiu-se a um apelo ao “desarmamento”, como se o governo estivesse sendo injustiçado. De positivo, conteve um aceno ao Congresso, com promessas de relacionamento adequado a partir de então. Mas, insistiu na manutenção da política econômica, sem modificações. Como um bombeiro descuidado que só tenha percebido o incêndio já avançado, passou a agendar, no final de novembro, encontros com as lideranças parlamentares.

Perspectivas – O ano de 1991 aproxima-se sob um clima de apreensões, pois as autoridades econômicas têm se esforçado em lembrar que o novo ano começará com uma queda ainda maior da atividade econômica, o que quer dizer sequelas sociais graves, a começar do desemprego. Mas, 1991 traz, igualmente, um Congresso novo e novos governadores.

Da mistura ou do confronto de todos esses elementos é que depende a evolução do quadro nacional, no centro do qual se encontra o governo Collor, que, para muitos, não poderia ser cópia mais esforçada do período Sarney. O que é muito grave, para quem ainda está a caminho do nono mês de governo e precisa cumprir outros 51.

A integração universidade-empresa

O desenvolvimento tem na cooperação entre a universidade e as empresas a sua matriz básica, mas, no Brasil, este caminho necessário ainda sofre inúmeros percalços, determinando o atraso tecnológico e a subordinação do país aos modelos importados



As relações da universidade com a empresa no país são experiência nova

Elían de Castro Machado*

Todas as vezes, em que discutimos sobre a questão das relações da universidade com o meio empresarial, aparecem sempre críticas dos dois lados. De um lado, a universidade reclama da falta de sensibilidade da classe empresarial, com relação ao finan-

ciamento da pesquisa. Aponta também para a falta de investimento em pesquisa na empresa com possibilidade de cooperação com a universidade. Ou ainda, reclama da falta de visão de investimento de longo prazo para um sustento empresarial sólido, continuado e endógeno, ao invés do que se observa, frequentemente, com investimentos que visam ao retorno financeiro imediato, o lucro.

Do lado da indústria, principalmente, reclama-se do excesso de teorismo prevalente na universidade. Fala-se muito e desenvolve-se pouco; que a universidade é verborrágica, autoritária e elitista; que não há experiência prática na universidade e que ela está desacostumada com o cumprimento de prazos determinados, que precisam ser cumpridos com rigor. Em outras palavras, levaria muito tempo para se desenvolver um produto ou um

realmente não acompanharam a modernização administrativa encontrada na empresa privada. E, sem dúvida, a complicação dos processos burocrático-administrativos esgotariam as iniciativas de cooperação, devido ao engodo das atividades-meio.

Ao constatar, assim, que não há na realidade uma relação dinâmica entre universidade e empresa, por esses e outros motivos, indagamos, então, o que deve ser feito para que se desenvolva uma relação frutífera e extensiva às diversas áreas da universidade e da empresa.

Modernização—Inicialmente, é preciso interromper a reprodução histórica do comportamento não-cooperativo. Na universidade, o estabelecimento de um processo de modernização seria fundamental para dar o primeiro passo. Esta mudança exigiria uma definição governamental, de caráter político, sobre a questão da autonomia política, financeira e administrativa da universidade, dotando-a de poder decisório para buscar suas prioridades. Esta inovação estaria, necessariamente, aliada a um novo compromisso do governo com a universidade, que garantiria uma política sólida de financiamento, de valorização de professores e pesquisadores e de desenvolvimento de recursos humanos de alto nível.

Caso as mudanças se limitem à renovação nos processos administrativos internos, excluindo a gestão política própria, as iniciativas de cooperação tenderão a fracassar. A inércia burocrática está diretamente vinculada à centralização administrativa e à escassez de recursos orçamentários. As áreas de educação e de pesquisa são sempre severamente atingidas, nos períodos de sacrifício financeiro do governo brasileiro.

O problema da tradição histórica, e da

determinado processo na universidade, em convênio com uma empresa que deseja penetrar imediatamente naquele mercado.

É possível também que a empresa encontre na universidade uma burocracia emperrada que impeça o florescimento de uma relação duradoura. Os métodos de trabalho burocrático na universidade

quebra de sua reprodução, está vinculado ao modelo de desenvolvimento dependente existente no país. Esse desenvolvimento de natureza dependente afeta tanto a política universitária como a política empresarial, criando relações com as mesmas características na universidade e na empresa.

Criar – Na universidade, o conhecimento que é desenvolvido (muitas vezes apenas reproduzido) tem por base a problemática de investigação (prioridades) definidas nos países que lideram aquelas áreas de pesquisa. Na empresa, o comportamento dependente caracteriza-se pela importação de conhecimento (processo e produto) gerados no exterior, atuando ainda, nesse processo, como reforço da situação de dependência, gerando o desenvolvimento de mercados consumidores semelhantes aos do exterior.

Esse processo histórico de dependência empresarial (importação de *know how*) é responsável pelo financiamento e desenvolvimento da pesquisa em outros países. A tecnologia importada vai sendo paga pela empresa nacional, ao mesmo tempo em que deixa de financiar o desenvolvimento local. É mais seguro desenvolver um mercado local, através de práticas de marketing, para um produto ou serviço gerado no exterior, do que investir na prospecção de novos produtos **no e para** o país. Em resumo, é mais conveniente copiar do que desenvolver.

Como podemos, então, almejar o desenvolvimento de uma relação mais dinâmica entre universidade e empresa, dentro desse quadro histórico desanimador? Podemos investigar, no Brasil, exemplos de relações dinâmicas entre universidade e empresa, como o fim de estendermos a outras situações: o caso mais recente é o da indústria de informática.

Cooperação frutífera – A idéia fundamental da política de informática era dotar o país de uma indústria independente, que pudesse gerar e gerir, internamente, a tecnologia necessária ao seu próprio desenvolvimento.

Nesse processo, houve a combinação de três fatores essenciais: determinação política (ancorada na ideologia da segu-

rança nacional), a existência de empresarializado nacional competente e inovador (alimentado pela garantia do mercado interno) e, por último, a competência acumulada nas universidades e centros de pesquisa tecnológica no país, em diversas áreas vinculadas à informática.

O objetivo principal da política era a capacitação científica e empresarial internas, visando ao desenvolvimento autóctone do país no campo da informática. O mecanismo fundamental de sustentação desse desenvolvimento foi o estabelecimento de uma reserva de mercado para a indústria nascente local. O primeiro passo para a implantação da indústria foi a adoção de procedimentos de

As áreas de educação e de pesquisa são sempre severamente atingidas, nos períodos de sacrifício financeiro do governo brasileiro

engenharia reversa (cópia de produtos importados), porém com prazo definido para o desenvolvimento de produto similar com tecnologia própria, sob o controle do governo, através da Secretaria Especial de Informática-SEI.

Os contratos de transferência de tecnologia foram se realizando também sob a orientação política, que visava à redução da dependência do parceiro externo. Os contratos firmados diferiam também das demais áreas industriais, porque se exigia a transferência do processo de desenvolvimento e de produção, ao invés da importação do pacote pronto, contendo o produto acabado junto com as estratégias mercadológicas definidas.

Para absorção dos processos de invenção (*design*) e de produção era preciso a existência no país de engenheiros e técnicos capacitados para entender e aprender os processos, consequentemente capazes de desenvolver novos produtos.

Os resultados dessa política são conhecidos: criaram-se ocupações em engenharia para engenheiros e cientistas, ampliaram-se as oportunidades e diferenciaram-se as ocupações, e surgiram diversas indústrias nacionais relacionadas ao setor. A maioria das empresas de informática, tanto de *hardware* como de serviços, tiveram sua origem na universidade brasileira e a ela continuam vinculadas, devido ao seu caráter de indústria nutrida pelo conhecimento.

Diálogo necessário – Para que haja uma relação de cooperação, é necessário que os parceiros envolvidos estejam determinados a estabelecer uma relação. A natureza da relação não pode ser predatória, mas sim cooperativa, e para que perdure é preciso que haja humildade, resignação e esperança no futuro. Não podemos esquecer que o objetivo da universidade (como universo e diversidade) é desenvolver conhecimentos, disseminando-os e ampliando seus horizontes, bem como preparar o homem para ajudar no bom funcionamento da sociedade. A cooperação com a indústria, visando ao aprimoramento tecnológico, é um componente importante no conjunto de papéis que deve a universidade desempenhar. Apesar de importante, não é o único.

As relações da universidade com a empresa no país são experiência nova. Descontando-se os casos isolados de cooperação frutífera, podemos seguramente afirmar que não sabemos exatamente como fazer e o que fazer para estabelecermos relações satisfatórias. É preciso começarmos superando as desconfianças, compreendendo as limitações mútuas e os interesses e objetivos sociais a cumprir, tanto pela universidade como pela empresa. Com o advento da democracia no país e do seu aprimoramento, criaram-se condições propícias para o estabelecimento de relações inexistentes anteriormente. Só a participação política, o diálogo e o autogoverno poderão garantir o renascimento das instituições do país. Este processo incluirá, necessariamente, a participação ativa e responsável da universidade e do empresarializado nacional. ●

*Elián de Castro Machado é professor adjunto do Departamento de Computação, no Centro de Ciências da Universidade Federal do Ceará.

A volta da velha senhora

A ferrovia tem um futuro no século XXI, quando deverá ter outra vez reconhecida sua posição de transporte econômico, limpo e moderno

Eng. Francisco Cunha Jr.

O XVIII Congresso Panamericano de Estradas de Ferro reuniu-se no Rio de Janeiro, tendo recebido também participantes de outros continentes, que representaram a União Soviética, Itália, Suécia, Espanha, Portugal, França, Bélgica, Alemanha, Holanda e África do Sul.

O tema central foi o papel da ferrovia no limiar do século XXI. Tanto nos debates, como em vários trabalhos apresentados, foi unânime a opinião de que ela preenche todas as condições para se tornar o transporte moderno das próximas décadas.

No transporte de carga, seu custo de implantação e de operação é inferior ao rodoviário. No transporte urbano, o metropolitano e o veículo leve sobre trilhos, em comparação com o ônibus e o automóvel, apresentam, além de maior velocidade operacional, livres que estão de congestionamento, uma apreciável melhoria na qualidade de vida, pois não causam poluição atmosférica e sonora, acidentes fatais, "stress" de congestionamento. No transporte de passageiros a média distância com o advento dos trens de grande velocidade, a ferrovia tornou-se um sério competidor do transporte aéreo, por não sofrer tantas interferências das condições meteorológicas.

Transporte econômico - Em todas estas modalidades, a introdução da informática vem trazendo elevação nos níveis de desempenhos operacionais, pois a ferrovia, sendo um sistema integrado, é

ideal para o emprego desta tecnologia.

Mas, o fator relevante para ascensão da ferrovia está ligado ao consumo energético e às sucessivas crises de petróleo. Para executar o mesmo serviço, a rodovia consome um potencial energético dez vezes superior, sempre utilizando derivados de petróleo, enquanto que a ferrovia pode utilizar outras fontes energéticas.

O transporte rodoviário ficará restrito à utilização em entregas de carga a curta distância, para o transporte disperso de passageiros a locais que economicamente não comportem a construção de uma ferrovia e ao transporte urbano individual e elitista, que, como tal, tem que ser caro.

O transporte ferroviário, iniciado com a revolução industrial, foi, junto ao navio a vapor, o fator determinante do desenvolvimento integrado da economia mundial, durante mais de um século.

No mundo ocidental, o transporte rodoviário desenvolveu-se, substituindo o ferroviário, após a Segunda Guerra Mundial, subsidiado pelo baixo custo do petróleo originário do Oriente Médio.

Devido à Guerra Fria, o mundo socialista oriental permaneceu fiel à ferrovia, por não ter acesso a essa fonte energética abundante e barata. E o Terceiro Mundo, depois de nacionalizar suas ferrovias através de negociações, foi incentivado por programas internacionais de ajuda a



O trem impõe-se como solução natural, num mundo cada vez mais preocupado com a crise de energia

erradicá-las, como antieconômicas, e aumentar o mercado consumidor das indústrias multinacionais automobilísticas e petrolíferas.

Alerta do óleo - O declínio destas começou no início da década de 70, quando os países exportadores de petróleo perceberam que possuíam um bem não-renovável, que lhes era retirado em quantidades crescentes a baixo custo, vislumbrando-se a possibilidade de se esgotarem sem lhes trazer nenhum benefício. Dentro da melhor prática da economia de mercado, começaram a subir o preço do petróleo até o nível dos recursos energéticos alternativos, mantendo sua demanda.

Para equilibrar suas economias, os países importadores tiveram que se preocupar com a redução do consumo e, neste instante, o retorno do transporte ferroviário tornou-se a opção que atendia a essa necessidade, sem interferir no nível da atividade econômica, pois mantinha em funcionamento normal todas as tare-

fas que o afetam.

Esta opção, no entanto, envolveria uma redução no uso do transporte rodoviário, prejudicando todo um complexo comercial/industrial que se desenvolvera com seu crescimento. Seriam prejudicados não só os complexos industriais automobilístico e petrolífero, de origem multinacional, mas também entidades regionais, como postos de abastecimento, revendedores de veículos, companhias transportadoras, motoristas profissionais e outros.

Esta lista representaria um alto poder econômico e político, que colocaria obstáculos ao retorno à ferrovia. O grande argumento utilizado foi o obsolescência deste meio de transporte, composto por companhias centenárias, administrativamente conservadoras, técnica e empresarialmente paralisadas desde o início da Segunda Guerra, por falta de investimentos totalmente voltados para a rodovia, que representava a imagem da modernidade ocidental.

Bom senso – Nos países ocidentais e do Terceiro Mundo, trava-se, desde essa época, uma batalha entre o bom senso e o poderoso *lobby* rodoviário. Para que a ferrovia predomine, é necessário uma vontade política, que retire do transporte rodoviário seus inúmeros privilégios, evidenciados pelo subsídio ao seu combustível, pela gratuidade do uso do bem público (ruas, estradas, pontes e viadutos), pelo monopólio que exerce em regiões, onde ferrovias foram erradicadas ou não-constituídas, e por não retribuir os custos sociais decorrentes de acidentes, poluição e tempo de vida útil desperdiçado em congestionamento.

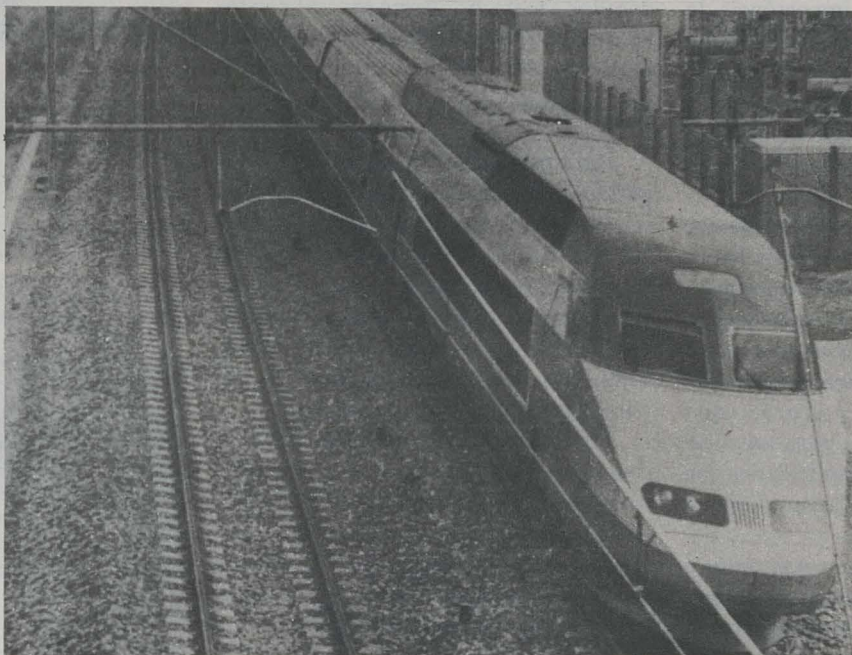
No XVIII Congresso, pelos trabalhos apresentados e participação em debates

e palestras, ficava evidenciado o estágio em que o confronto se encontrava em diversos países participantes.

Nos países europeus, havia uma clara indicação de que seus governos haviam assumido a nova postura, os trabalhos apresentados ressaltavam os investimentos feitos e a fazer no sistema ferroviário, para ele cumprir seu real papel sócio-econômico.

Enquanto isto, nos países americanos, incluindo os Estados Unidos, a linguagem ainda era de queixa pela predominância da rodovia subsidiada e as dificuldades do setor ferroviário para superá-la.

Os diferentes estágios, em que se en-



Os países desenvolvidos jamais abandonaram a ferrovia e aperfeiçoaram este transporte, como é o caso do Trem de Grande Velocidade francês

contra a revitalização do sistema ferroviário, são perfeitamente compatíveis com as tendências políticas desses dois grupos de nações. Nos países da Europa Ocidental, os partidos de esquerda têm grande influência e participam dos governos, o que resulta numa maior preocupação com o coletivo e, portanto, menos influência do poderoso *lobby* rodoviário. No continente americano, sob forte liderança dos Estados Unidos, funciona um capitalismo darwiniano – só os mais capazes sobrevivem – o que os torna altamente sujeitos à retórica rodoviária, que prega a incapacidade da alternativa ferroviária.

Para os Estados Unidos, esta política significa apenas uma desvantagem, em sua disputa com os países da Comunidade Econômica Européia (CEE) e Japão pela liderança econômica mundial. Enquanto que, para os países americanos do Terceiro Mundo, é uma dificuldade a mais na superação do subdesenvolvimento. Ao deixar ociosas suas ferrovias nacionalizadas, para utilizar o transporte rodoviário, vêm-se obrigados a investir na construção e manutenção de rodovias e a um consumo elevado de óleo diesel, resultando num desperdício de energia, de capital e de divisas, no caso específico dos importadores de petróleo. Estes recursos são escassos e indispensá-

veis na superação do subdesenvolvimento, não podendo ser desperdiçados pela força dos *lobbies*.

Na década de 60, em plena fase áurea do rodoviarismo, um bloqueio econômico obrigou Cuba a utilizar suas ferrovias para substituir o sistema rodoviário paralisado pela falta de peças de reposição e dificuldades com combustível. Esta opção forçada levou Cuba a desenvolver um eficiente sistema ferroviário, atendendo passageiros e cargas, conforme pode ser constatado nos

trabalhos apresentados por seus técnicos no congresso, mostrando a viabilidade do caminho seguido.

Assim, o congresso, realizado em pleno início do novo choque do petróleo, confirmou a seus participantes latino-americanos os benefícios que adviriam da revitalização da ferrovia como modo predominante do transporte, processo que pode ser iniciado de imediato e quase sem investimentos. O problema consiste em que esta solução óbvia fica restrita aos círculos ferroviários, que não conseguem torná-la pública e executá-la, cercados que se encontram pelos *lobbies* rodoviários em seus diferentes países. •

Aproveitar a lição

Esquerda, direita, centro – todos saíram com uma lição destas eleições

O segundo turno definiu, afinal, o perfil político do país, com a escolha de mais 15 governadores, entre os quais os de estados da importância de São Paulo, Minas, Rio Grande do Sul e Paraná. E este perfil demonstra que o eleitorado brasileiro traçou um quadro multifacetado, bem longe do unipartidarismo real do regime militar e do período Sarney.

Os resultados colocaram à frente dos mais importantes centros econômicos e políticos do país figuras que derrotaram candidatos ostensivos ou velados do Palácio do Planalto: Collor, já sob o impacto da inflação a 20%, descobre-se agora politicamente isolado. Terá que reprogramar seu governo, para conviver com um ambiente de multiplicidades que não imaginava ter que enfrentar durante seu governo.

Com suas abstenções, votos nulos e brancos – e sobretudo pelo voto válido – o eleitorado brasileiro acabou por dar uma lição generalizada: puxou as orelhas de Collor (e também o tapete), questionou duramente o neoliberalismo *thatcherista* do Planalto, mostrou às esquerdas os prejuízos da divisão, abriu espaços de democracia e diversidade na cena nacional. Oxigenou, enfim, a atmosfera nacional.

Pela primeira vez em 26 anos, a cena política é dividida por meia dúzia de partidos com forte presença parlamentar (PMDB, PFL, PDT, PRN, PDS, PSDB, PT) e vários outros de expressão numérica menor, repetindo-se a mesma diversidade na área executiva, bem diferente do quase monolítico arenismo/pedessismo da ditadura e do pemedebismo pós-1986. Agora, o PFL tem nove governos, entre os quais o Ma-

ranhão, Pernambuco, Bahia; o PMDB elegeu seis, entre eles os de São Paulo e Paraná; o PDT terá três governadores, entre os quais os do Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul; o PTB, também três, entre os quais o do Amazonas, enquanto Minas Gerais, um pólo político nacional, ficou com o PRS, um dos nanicos recentes; o PSDB igualmente conquistou um governo, o do Ceará.

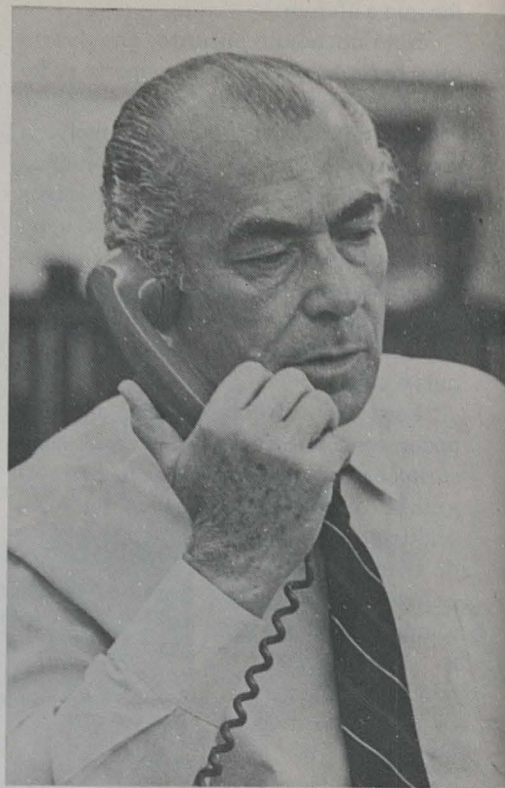
Ainda contrariando as duas últimas décadas e meia, o governo central não terá um só governador da sigla de seu partido, o PRN, embora isto não signifique propriamente uma orfandade.

Luta política – O quadro determina, portanto, que o Brasil voltará a enfrentar um período de maior mobilização política, em função dessa diversidade de tendências e como consequência dos posicionamentos que essa multiplicidade ensejará ante as inquietantes consequências sociais e econômicas da administração do governo Collor.

“Foi o julgamento do Plano Collor”, comentou o governador paulista e candidato a liderança máxima do PMDB, Orestes Quércia, indicando seu posicionamento federal e definindo a origem da vitória de seu pupilo Fleury Filho ante o candidato de Collor, Paulo Maluf.

“O que temos daqui por diante será o agravamento da crise”, disse, por sua vez, o governador eleito do Rio de Janeiro e líder do PDT, Leonel Brizola, ao comentar o enfraquecimento do governo central imposto pelas eleições. “Os governadores devem fazer tudo para defender a federação e a ordem democrática”, apontou Brizola, em entrevista à “Folha de S. Paulo”, como uma das tarefas a que provavelmente, na sua opinião, os governadores serão chamados a assumir, ante a tendência do governo federal em passar sobre as dificuldades com providências de força, como têm sido as Medidas Provisórias.

Uma frase atribuída ao ex-presidente José Sarney – “Eu sou o Collor amanhã” – tem sido considerada profética, pois ex-



Brizola: pela ordem democrática



Quércia: julgamento do Plano Collor

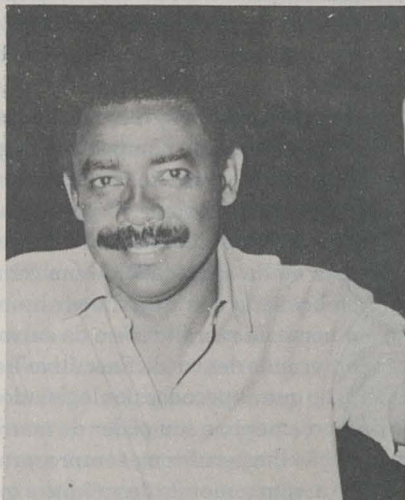
pressaria hoje, no atual presidente, a fase de isolamento e fraqueza a que se viu exposto o pai do Plano Cruzado no final de seu governo. Ironicamente, hoje José Sarney foi elevado pelo Amapá à categoria de senador de oito anos, tem alguns ex-ministros como governadores eleitos (Iris Resende, em Goiás; José Alves, em Sergipe; Antônio Carlos Magalhães, na Bahia), elegeu a filha, reelegeu o filho, ajudou a eleger o governador do Maranhão e contaria, segundo assessores orgulhosos, com cerca de 60 deputados e senadores absolutamente fiéis a sua orientação.



O PT dobrou seus deputados para 36 e elegeu Suplicy para o Senado

Dois negros progressistas

Uma das maiores novidades destas eleições foi a vitória de dois políticos negros e progressistas para os governos estaduais do Rio Grande do Sul e Espírito Santo. Ambos são filiados ao Partido Democrático Trabalhista-PDT, do também eleito governador Leonel Brizola, e têm outro traço em comum: vêm das camadas mais pobres das populações gaúcha e capixaba.



ALBUÍNO AZEREDO – Engenheiro ferroviário, sócio da firma Engfer e especialista mundialmente reconhecido, Albuíno é filho de família paupérrima e lutou muito para realizar seus estudos. Ao contrário de seu colega Alceu Collares, Albuíno construiu uma carreira técnica, antes de se iniciar recentemente na política, como secretário de Planejamento do Espírito Santo, convocado pelo governador Max Mauro. “A recessão e o desemprego impostos pelo governo Collor sofreram a rejeição do eleitorado capixaba”, disse nas primeiras declarações após a vitória.



ALCEU COLLARES – 63 anos, advogado, deputado por várias legislaturas, desde a década de 70, ex-prefeito de Porto Alegre, Collares também enfrentou duros sacrifícios para se formar, decidindo-se desde cedo pela militância política ao lado do trabalhismo de Brizola.

“Vamos começar a mudar a história política do país contra o governo de Collor”, disse em entrevista, ao comemorar a vitória. Collares liderou a Frente Progressista Gaúcha (PDT/PSDB/PCdoB).

Pode-se presumir que a luta política que se travará, daqui por diante, terá como alvo central os programas recessivos e desnacionalizantes do governo Collor e, sob este aspecto, torna-se possível uma frente parlamentar informal, capaz de impor derrotas ao governo no Congresso e confrontar políticas, no âmbito dos executivos estaduais.

Pode-se, igualmente, tomar como certo que as lutas paralelas em muito continuarão a afetar outras possibilidades, na medida em que projetos futuros, que contemplam a eleição presidencial de 1994, se imporão à análise de cada agrupamento partidário.

De qualquer forma, a renovação política promovida por estas eleições indica que o país entra numa fase de ajustamentos, em vários níveis.

‘A crise econômica e social, o novo quadro precisará dar respostas adequadas e à altura dos desafios lançados pela penúria popular, pela recessão, pela ausência de um claro projeto nacional.

Mudanças – Os dois turnos eleitorais apontaram a necessidade, ainda, de mudanças numa área vital para preservar a democracia brasileira: o sistema eleitoral. Contestado por toda parte, ficaram claras as insuficiências do aparelho da Justiça Eleitoral.

Em Alagoas, considera-se que houve a fraude generalizada – tese sobre a qual um dos postulantes procura até a anulação do primeiro turno – e mesmo juízes foram formalmente denunciados como envolvidos nos roubos. Não houve Estado livre desse problema. A própria representatividade das casas legislativas fica manchada pelos inúmeros episódios denunciados, que os poucos apurados confirmaram.

Num momento em que, de qualquer forma, o país ingressa numa fase de multipartidarismo efetivo e de florescimento das tendências democráticas, impõe-se o estabelecimento de normas e de estrutura que garanta absoluta credibilidade ao sistema eleitoral. As peripécias vividas por um candidato (veja p. 52) demonstram como é imperiosa a estruturação da Justiça Eleitoral para garantir a transparência do voto do cidadão. •

Procópio Mineiro

Uma experiência eleitoral em tempo de crise

O pleito de outubro, marcado pela frustração, a fraude, o desinteresse e a hostilidade aos candidatos, coloca ao país uma reflexão decisiva: pode haver democracia onde imperam a fome, o desemprego, o abandono e a desesperança?

Neiva Moreira

Estamos saindo de uma experiência eleitoral no Maranhão, e alguns elementos ali recolhidos podem servir de subsídio ao urgente e necessário debate que se trava sobre as eleições em nosso país.

Tratando-se do Maranhão, onde, historicamente, o processo eleitoral foi, e continua sendo, sujeito a todo tipo de distorções, fraudes e armadilhas antidemocráticas, pode-se arguir que a amostragem não serve para o resto do país. Mas, não é assim.

Depois do oceano de votos nulos e em branco que se viu, e das fraudes em Alagoas, Pernambuco e em alguns municípios fluminenses e de outras ilegalidades ocorridas no resto do país, pode-se afirmar, sem muita margem de erro, que a crise do sistema eleitoral é nacional.

O problema começa na seleção de candidatos e no que se convencionou chamar, inadequadamente, de *horário eleitoral gratuito*. O troca-troca de partidos às vésperas das eleições revela a enorme fragilidade da estrutura partidária e enseja um processo de acomodação, por vezes angustiante e tão contraditório, que transforma muitos partidos em balcões de negócios ou legendas de aluguel. Uma solução paliativa para esse problema, que emana da ausência de definições ideológicas e políticas mais claras dos partidos, poderia ser dobrar ou triplicar o prazo de filiação com direito à candidatura, para que os candidatos tivessem, pelo menos, um certo tempo de acomodação no novo partido.

Outro problema a ser enfrentado é o chamado *horário eleitoral gratuito*. A proliferação de candidatos com grande dose de aventureirismo e a ausência de certas normas éticas, às quais os mesmos se submetam, vêm sendo usadas

por certos meios de comunicação – a Rede Globo à frente – para desacreditar os políticos de modo geral. O propósito é simples: meter todos no mesmo saco e desmoralizá-los como representação da sociedade.

O caminho, para o descrédito do Congresso, fica, assim, mais fácil. Submetidos a sistemáticas campanhas negativas, senadores e deputados estarão de tal forma enfraquecidos que não terão como resistir. O país ficará à mercê de irresistíveis grupos de pressão sobre o Parlamento ou, pior ainda, da afoiteza ou da ansiedade de um comandante de regimento, sobretudo dos que disponham de tanques, que agirão em nome da moralidade e da salvação nacional. O que está acontecendo dentro do Executivo é ainda mais grave e suspeito do que os pecados dos legisladores, mas a força que lhe dá o orçamento e seu poder de manipular os meios de comunicação lhe permitem, sempre, mudar para o lado do Congresso a cota maior de descrédito e questionamento.

Esse processo de desmoralização dos legisladores alcançou um nível degradante no país todo, como reflete o voto em branco. Mas, ele foi mais dramático quando, ao repúdio político ao candidato a deputado ou senador, se juntou o despreparo do eleitor para entender uma cédula feita com uma tal complexidade que só fez confundi-lo. É impressionante constatar como num estado com ranços feudais como o Maranhão, onde em dezenas de municípios só chega a Tv Globo, a aversão ao parlamentar está tão difundida. Ouvi coisas muito pouco agradáveis sobre a dignidade dos deputados. Quando tentava defender a instituição, em uma reunião no pequeno município de Montes Altos, no vale do rio Tocantins, e invocava o exemplo de alguns representantes maranhenses ou o meu próprio, em quatro mandatos, até

o golpe de 1964, o máximo que arrancava dos revoltados interlocutores era um modesto reconhecimento pessoal: "É, a gente conhece a sua história. Mas, uma andorinha só não faz verão".

Era inútil explicar-lhes que o número de andorinhas é muito maior e que, mesmo que fosse pequeno, o fundamental é resistir e lutar e não destruir a instituição parlamentar.

O voto em branco – Os argumentos eram inúteis e o resultado foi o que conhecemos: na maior parte das urnas do interior, só algumas dezenas de eleitores votaram para deputado federal.

Se tentávamos aprofundar o diálogo, era pior. Em Olin-da dos Castros, na Baixada Maranhense, uma localidade do interior de Vitória, que aspira a tornar-se município autônomo, um camponês me aparteu, para dizer que o deputado em que votaram na última eleição nunca mais retornou àquele distrito rural. Sua interpretação da ausência era muito maliciosa: "O cara diz que pagou os votos ao chefe e não ficou devendo nada".

Lamentavelmente, a denúncia não serviu para muito: o voto foi de novo vendido a outro candidato "Copa do Mundo" (só aparece de quatro em quatro anos) como são conhecidos na região. A única diferença é que o cacique de 1986 perdeu a força e em seu lugar surgiram dezenas de chefetes, cada um beneficiado com uma pequena quota da transação. Algumas pessoas consideravam que o processo "melhorara" em relação à eleição anterior. Mais gente recebera aquela mísera retribuição pelo voto, "democratizando" a corrupção.

Esse, aliás, é um fenômeno comum no norte: os "coronéis" estão desaparecendo, mas os novos chefetes em geral desconhecem algumas virtudes dos velhos caciques, mas herdaram todos os seus defeitos e incorporaram a suas piores práticas políticas.

A venda do voto tornou-se comum e corrente. Através da Tv e do rádio, os eleitores terminam tomando conhecimento de que este ou aquele deputado ou senador enriqueceu, empregou parentes e aderentes e é acusado de fazer negócios com o cargo. Os novos chefetes se consideram bobos, se não fazem algum tipo de negócio ou se não ganham algo pelo voto. A eleição é uma oportunidade que se lhes apresenta e não pode ser desperdiçada. A prática generaliza-se e o eleitor co-

mun não quer ficar atrás. Pedem tudo: de uma casa a uma dentadura.

O voto "carretilha" – Fui testemunha de episódios decepcionantes. Um candidato de outro partido me propunha vender 2.500 votos "carretilha" por uma soma precisa: Cr\$372.522,00.

Para quem não sabe que voto é esse: um eleitor, metido na marosca, vota enganando a mesa receptora – ou com a sua conivência – com a cédula de propaganda que os candidatos distribuem. Leva para fora a verdadeira cédula, e os eleitores analfabetos ou semi-analfabetos que entram depois, votam com a cédula verdadeira previamente preenchida, e trazem a que receberam da mesa, em branco,

para ser utilizada pelo eleitor seguinte. Esse procedimento, repetido em dezenas de seções em municípios que foram preparados para a fraude, permite a quem o promove eleger os seus candidatos e reeleger outros. Pensei em mandar aquele homem à justiça, mas que justiça? Além do mais, ele já vinha preparado. "Se alguém 'fora do grupo' me interpelar, nego tudo e ainda processo o caluniador".

Quando lhe fiz uma dura condenação do método, ele se limitou a dizer: "O senhor é que anda por fora".

O voto em branco é, em geral, a massa de manobra da fraude. Num município da zona do rio Mearim, o tribunal acudiu a tempo e evitou um "combinemos" escandaloso: 2.500 votos em branco ajudariam a eleger o deputado federal do grupo Sarney e o estadual do senador Castelo. Chama-se "combinemos" porque é um acordo entre partes aparentemente

contrárias, que "combinam" a fraude.

Esses processos, poeticamente definidos como "crimes eleitorais", estão ficando mais sofisticados. O eleitor fica cada vez mais exigente. Na Baixada Maranhense, um candidato do PFL descobriu a rede como um elemento barato e "útil" de corrupção. Distribuiu 15 mil em troca do voto. Já em Imperatriz, uma cidade que avança para os 500 mil habitantes, beneficiada pela rodovia Belém-Brasília (aquela estrada que o sr. Jânio Quadros chamava de "estrada das onças", que ligava o "nada a coisa alguma"), o método foi muito mais custoso. Governa a cidade um prefeito acusado frequentemente de ser chefe de uma ativa sucursal da máfia. Com dinheiro sobrando, ele apresentou candidatos próprios na chapa do senador Castelo, aliado do presidente



Crianças de rua: a miséria é um fator que enfraquece o regime democrático

Collor, e lutou por eles segundo seus métodos: rifa de eletrodomésticos e até automóvel e distribuição de milhares de terrenos, em mais de um município, que seus prepostos doavam aos eleitores. Por segurança, eles só receberiam o título de posse depois de comprovarem que haviam votado de acordo com o combinado. E foi voto muito. Uma modalidade absolutamente inovadora de "reforma agrária".

Eleitores de outros estados, com tradição de lisura no voto, dirão que esse é um fenômeno localizado em algumas regiões do Brasil. É possível. O Maranhão tem história nesse campo. Uma das realidades mais constrangedoras do estado hoje é o clima de ilegalidade e corrupção que ali dominava. Se for amigo do poder, tudo se ajeita. Quando disse a uma pobre senhora que ela queria um absurdo (passar de gari a escriturária sem concurso), ela ficou chocada: "Mas, como, se o senhor é tão amigo do prefeito? E para que meter concurso nisso?"

No longo período dominado pelo senador Vitorino Freire e no que se convencionou chamar a "era Sarney", o conceito de legalidade tinha dois pesos: para os amigos, tudo; para os inimigos, a lei. E deu nessa generalizada agressão à norma legal, que só funciona para os desamparados e os que não têm padrinho forte. O enriquecimento ilícito é visto, não como crime, mas um ato de competência. Com isso, não poucos saem das "gangs" administrativas para os cargos legislativos. "Repetiu-se, a nível de província, o exemplo de Ferdinando Marcos, das Filipinas, com uma diferença: aqui, além de ouro, jóias, imóveis, dólares, carros importados, a malandragem tupiniquim ainda conseguiu o salvo-conduto de um mandato, para camelôs da política maranhense", declarou, em recente artigo de análise das eleições, o deputado federal Wagner Lago.

O lado positivo – Será que tudo foi negativo nessa "experiência eleitoral"? Não. Houve avanços significativos com os quais os aparentes vitoriosos de hoje terão que contar.

O mais importante deles, sem dúvida, está no campo. Não diria que há uma "explosão camponesa", no interior do Maranhão. Mas, em algumas áreas há algo parecido. Desde a ditadura, a igreja – ou parte dela – recolheu-se ao mato e dedicou o melhor de seus esforços ao processo de libertação do nosso caboclo. Os avanços foram sensíveis. Da comunidade de base – as "catacumbas" do tempo do regime militar – passou aos sindicatos que, hoje, estão em quase todos os municípios, alguns com boa representatividade e independência, e outros já meio apelegados, atraídos pelas benesses do poder. Esse setor organizado confluiu para a

oposição, quase sempre sob a orientação dos padres e, sobretudo, das freirinhas: simpáticas, puras, militantes.

Falo sem ter tido, como candidato, qualquer vantagem nessa nova realidade, mas, como democrata, me sinto feliz pelo progresso político dessa imensa e explorada massa de "servos da gleba". Não figurei, em muitas dioceses e paróquias, na lista dos candidatos que mereciam o "voto cristão". Um conceito algo "xiíta" de alguns sacerdotes que incursionaram pela política regional é o seu radicalismo de principiantes, que gostam da retórica radical, embora não perguntem se ela é adequada à realidade, se é a melhor opção política ou se está correta do ponto de vista da luta a nível nacional. Mas, esses erros de avaliação, comuns nas iniciações, serão corrigidos sobre a marcha. O que fica hoje e o que ficará amanhã será o grande saldo positivo da luta pelo avanço ideológico e o esclarecimento político de um dos setores sociais mais oprimidos do Maranhão.

*Não é possível exigir
de um trabalhador com
fome que não venda o seu
voto, sem o que não
alimentará seus filhos pelo
menos por um dia ou uma
semana. Como pedir-lhe
que acredite na
democracia, se ele tem a
barriga vazia e a família
passa fome?*

Democracia e fome – A campanha me deixou, no entanto, uma angustiante interrogação: pode haver democracia sem libertação econômica? E como tocar ambas ao mesmo tempo? Não é possível exigir de um trabalhador com fome que não venda o seu voto, sem o que não alimentará seus filhos pelo menos por um dia ou uma semana. Como pedir-lhe que acredite na democracia, se ele tem a barriga vazia e a família passa fome?

Tenho na mente um episódio que vivi em São Luís, hoje uma cidade de perto de um milhão de habitantes. Na velha área urbana, forjou-se uma nova classe média, mistura da São Luís tradicional, originariamente portuguesa, dos imigrantes nordestinos e dos técnicos e operários chegados à Ilha com o projeto Carajás, a Vale do Rio Doce, a multinacional Alcoa e outros empreendimentos resultantes da descoberta e exploração da "maior província mineira do mundo". É uma comunidade ainda em formação, que guarda algumas características da velha "Atenas brasileira", mas já introduziu muitos valores novos da cultura nordestina e do seu espírito pioneiro.

A poucos quilômetros do centro histórico da cidade, estão cerca de 400 mil camponeses acampados, que de cinco a dez anos para cá deixaram suas terras, tangidos pelo latifúndio ou carentes de toda condição de sobrevivência. O único instrumento de trabalho que se descobre, naquela imensa planície de miséria, era um cavalo velho e magro, com uma carroça do tempo colonial. Um dado curioso: as carroças em São Luís são hoje milhares. O camponês traz o cavalo e arranja esse antiquado veículo, com o qual luta para alcançar um salário mínimo mensal.

Naquele bairro (o povo chama de "invasão"), não há luz,

água, calçamento, esgoto, emprego, escola, hospital, nada.

Foi aí que os companheiros da Oposição decidiram fazer um comício. Mas, o que dizer? Sabíamos que não há dinheiro em Brasília e, se há, d. Zélia não solta; o governo do estado está recorrendo a empréstimos para pagar o funcionalismo, e a prefeitura – a melhor administração que a cidade conhece – suspendeu muitas obras, quando o Fundo de Participação dos Municípios sumiu.

Prometer o quê? Lutar, dissemos nós. Eles deveriam organizar-se para pressionar o poder público. O silêncio e a atenção pareceram-nos que refletiam o interesse pelo tema. Nada disso. Quando o último orador encerrou seu discurso, a multidão avançou sobre o palanque improvisado, pedindo dinheiro, comida, roupas velhas, leite para filhos enfermos. Toda a nossa retórica submergia naquela represa agitada pelo desespero. Cito um exemplo. Poderia recordar muitos outros.

Reforma eleitoral – E o que fazer? Ouvi um juiz do Superior Tribunal Eleitoral, alarmado com as abstenções e o voto nulo, chamando a atenção para a ausência de representatividade da nova Câmara dos Deputados. Também são numerosos os discursos e os projetos de leis no Congresso, modificando a cédula eleitoral ou tornando sem efeito a obrigatoriedade do voto.

Tudo bem, mas isso é uma gota d'água. A cédula realmente é para atrapalhar até politizados eleitores dinamarqueses ou suíços. Deve ser urgentemente modificada. O voto distrital é para ser estudado com muita atenção. Em muitas regiões do norte, já está em vigor. Os eleitos são, quase sempre, os que têm atuação permanente em áreas delimitadas ou, às vésperas da eleição, fazem aí investimentos maciços. E ganham. Quase todos exercem o poder local ou são ricos. A democracia ganharia com essa eleição?

A Rede Globo e outros centros de poder do sistema estão clamando contra o horário gratuito, que, de gratuito, só tem o nome. É evidente que a legislação pertinente deve ser alterada. A proliferação de legendas de aluguel – inclusive favorecendo coligações absurdas, mas com preciosos minutos assegurados no rádio e na Tv – é um sério problema à democracia e só favorece aos que podem gastar muito dinheiro, produzindo programas milionários. Na campanha da qual participei, tínhamos 20 segundos diários, que mal davam para se saudar o respeitável auditório. Mesmo assim, passamos quase uma semana sem aparecer. Não tínhamos dinheiro para pagar a gravadora. Foi o “gratuito” mais caro que já vi.

Essas distorções têm que ser corrigidas. Mas, o programa em si é essencial, mesmo como instrumento de

conscientização política. A Justiça Eleitoral é que deve ser muito mais dura e exigente do que é atualmente. Os meritíssimos, que vivem dando entrevistas nos meios de comunicação, devem pensar que estão corrigindo tudo isso. No máximo, fazem decretos alertas. Corrigir mesmo é mandar para a cadeia os fraudadores, inclusive juízes coniventes com a fraude. Enquanto o povão não vir um desses criminosos de camisa listrada nas penitenciárias, poderá concluir que o bom mesmo é fraudar.

As capitais dos estados do Norte são Calcutás em potencial. A deterioração do nível de vida, agravada no atual governo, é de tal ordem – no interior, com a absurda e criminosa ausência de uma reforma agrária e, nas cidades, pelo afluxo de camponeses que não encontram nas suas áreas condições de trabalho – que falar em voto e em eleição livre para esses verdadeiros párias, e mesmo em “democracia social”, é um acinte à sua miséria e ao seu abandono.

Seria injusto responsabilizar o sr. Collor, com menos de um ano de governo, por toda essa clamorosa situação. Mas, sem dúvida, ele é responsável pela desesperança que imobiliza a população, a profunda frustração nacional em que vive o povo. O processo recessivo mina a produção, acelera a crise econômica, mergulha os trabalhadores no desemprego e pauperiza o povo.

O “show” de autoritarismo, arrogância e propaganda que inunda diariamente os meios de comunicação teve, no começo, um certo efeito dissuasivo. Mas, hoje, é um elemento de profunda irritação e mesmo revolta em todo o país.

Um quadro político e administrativo como este já é, em si, incompatível com o aprimoramento das instituições democráticas. Mas há, ainda, pior. É no estado do sr. Collor onde se constataram as fraudes eleitorais mais escandalosas, envolvendo grupos e pessoas ligadas ao presidente. Na carta em que se desliga de Collor, o ex-líder do governo na Câmara, deputado Renan Calheiros, o acusa pela posição que assumiu frente àquele crime eleitoral.

“Entre tantos enganos (com Collor) a minha maior decepção foi com a gravidade da omissão de Vossa Excelência diante da mais escandalosa fraude eleitoral da história política brasileira”, diz em sua carta de rompimento.

Na sua entrevista acrescenta uma denúncia grave: Collor demitiu o juiz do TRE de Alagoas Humberto Eustáquio, que vinha se mantendo como o mais vigilante no combate à fraude.

Assim, do sr. Collor não se pode esperar, além do parâmetro alagoano, um esforço decidido em defesa do voto livre. Cabe aos partidos, ao Congresso e à sociedade como um todo lutar por essa conquista, fundamental à democracia. ●

As capitais dos estados do Norte são Calcutás em potencial. A deterioração do nível de vida, agravada no atual governo, é de tal ordem que falar em voto para esses verdadeiros párias, e mesmo em “democracia social”, é um acinte à sua miséria.

Cultura

O Treiler da Cultura é, há anos, uma presença marcante na paisagem da Praça da Emancipação, em Duque de Caxias, na Baixada Fluminense. Promove a difusão da leitura e atua como ponto de encontro e debates. Agora, o Treiler da Cultura passa também a difundir **terceiro mundo** naquela cidade.



Os supermercados lamentam-se da queda na venda de alimentos, numa proporção que varia de 15% a 20%, desde a edição do Plano Collor, um atestado de que a população está se alimentando menos. A causa? Os preços. Ou antes, os salários. Tanto os salários mantidos, quanto os salários que deixaram de existir, devido às demissões, disponibilidades, etc..

Sob o aspecto dos preços, as contas indicam que a compra da cesta básica (aqueles alimentos e material de higiene que todos consideram insuficientes para o consumo mensal de uma pequena família) representava 38,94% do salário mínimo que vigorava em abril, no primeiro impacto do Plano Collor. Em novembro, sete meses depois, a mesma compra

Preços, os preços



consumiu uma fatia maior do salário mínimo: 41,94%.

Este foi resultado da evolução dos preços nessa faixa da cesta básica (onde há maior controle por parte do governo), que cresceram 93,15%, em média. Já o salário mínimo só obteve de reajuste, no período, 74,87%. Alguns artigos essenciais à alimentação, como o arroz, subiram nesses sete meses nada menos que 271,21%. A competição das variadas marcas e produtores não beneficiou o consumidor, co-

mo supunha a ideologia neoliberal dos administradores da economia, mas tão somente aguçou a corrida pela expansão dos preços. Será a entressafra? Como ficarão os preços daqui a pouco, quando se prevê que se façam sentir os efeitos da queda da produção agropecuária do país?

Condenação e cerveja

Os problemas fundiários fluminenses na Região dos Lagos vêm de longe e continuam a despertar lutas entre posseiros, fazendeiros e a expansão turística que caracteriza a área nas últimas décadas. Desse quadro, surgiu o assassinato de Sebastião Lan, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cabo Frio, em 1988.

Na madrugada do último dia 24, o ex-segurança da Companhia Telefônica do Rio de Janeiro-Telerj, Hélio Barros, recebeu a condenação pelo crime: 14 anos de prisão. Como já está preso há pouco mais de dois anos, o assassino poderá requerer o benefício da prisão-albergue dentro de dois meses e receber a liberdade condicional em um ano e meio. A condenação, nessas condi-



ções, foi aceita com um sorriso pelo assassino.

A frustração dos lavradores com a próxima libertação do criminoso aumentaria pouco depois do julgamento, quando o condenado foi flagrado em alegre convívio com a escolta da Polícia Militar que deveria levá-lo de volta ao presídio em Niterói. Tomavam cerveja num bar. O prisioneiro fora libertado das

algemas e parecia mais um companheiro do que um detento sob guarda.

Os policiais sequer se acanharam, ao serem vistos na descontraída confraternização. Simplesmente disseram que não viam culpa no condenado, pois consideravam fracas as provas e o próprio acusado não confessara o crime. Além disso, disseram ainda os policiais, não se sentiam transgredindo nada, pois o preso já gozava de regalias na prisão, antes do julgamento.

Enquanto o assassino conta as semanas para ficar em prisão-albergue, uma situação de liberdade, na prática, os lavradores que eram liderados por Sebastião Lan

continuam a sofrer as pressões e ameaças dos grileiros, para que abandonem as terras que ocupam, em alguns casos, há gerações. O atual tesoureiro do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cabo Frio, Francisco Lan, herdeiro da luta do pai, já denunciou que se sente ameaçado, pois vem sendo seguido por desconhecidos. O sindicato lidera ações na Justiça contra os grileiros.

A esperança dos lavradores é que a promotora recorra, como anunciou que fará, e consiga estender a pena de Hélio Barros Filho para um mínimo de 25 anos, como entende que deveria ter sido aplicado.

Segundo a promotora Glória Maria Percinotto a pena aplicada foi excessivamente branda, servindo de recompensa, na verdade, ao assassino da liderança rural e de seus mandantes.

Um dos temas fortes do discurso oficial é a modernidade, que passa pela mais recente técnica e se estende ao poder de competição internacional. Isto pressupõe pesquisa, caso não se pense apenas em absorver tecnologia de fora, a qual, como nunca vem de graça, significaria a absorção do mercado pela indústria estrangeira.

A contradição da posição oficial tem sido destacada pelos setores da pesquisa nacional: enquanto insiste na necessidade da atualização tecnológica, o governo esqueceu os institutos dedicados ao trabalho científico. Um dos queixosos é a Coordenação dos Programas de Pós-Graduação em Engenharia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, um dos centros de excelência científica do país e que desenvolve inúmeras pesquisas tecnológicas, inclusive em associação com empresas do porte da Petrobrás.

Na proposta orçamentária que enviou ao Congresso, as verbas des-

Pesquisa?

tinadas à Coppe eram insuficientes para a sobrevivência da instituição. Os pesquisadores da Coppe mostram-se alarmados com a situação e admitem que, se nada for feito para alterar a proposta, aquele centro terá que fechar as portas neste ano de 1991, por absoluta falta de condições financeiras para manter as pesquisas em andamento, que vão de desenvolvimentos tecnológicos para a exploração petrolífera em águas profundas até a informática, passando pela robótica, química fina, metalurgia e novos materiais.

Seja qual for a solução encontrada, a preocupação não vai desaparecer tão cedo da cabeça dos pesquisadores. Isto, porque não pode haver maior contradição do que deixar à míngua um dos setores-chave para o salto da modernidade, que é o da educação e da ciência. Se o governo prega uma coisa e

faz outra, exatamente oposta, fica-se a imaginar o que estará mesmo querendo, quando se sabe que o futuro é de quem tiver tecnologia, de preferência criada ou absorvida inteligentemente.

A capacidade científica brasileira está demonstrada à exaustão: onde se deu um mínimo de espaço, a invenção do nosso cientista deu frutos concretos. A comprovação mais clara é a liderança tecnológica mundial da Petrobrás para extrair petróleo de águas profundas.

Mas, a realidade é que a falta de política coerente leva a maioria de nossos pesquisadores para fora do país. Os que insistem em pesquisar no Brasil vivem em sobressaltos e desilusões, enquanto o país vai perdendo a corrida da tecnologia, não por falta de cérebros, mas por falta de cabeça dos governos.

O mais censurável no governo Collor é que prega o desenvolvimento tecnológico, mas adota caminhos que inviabilizam essa meta.

Dólares estão indo

A economia está parando, mas o dinheiro está cada vez mais movimentado, numa prática que os setores abonados conhecem de muito tempo: a evasão de divisas. Calcula-se que, na década de oitenta, 40 bilhões de dólares tenham saído ilegalmente do país, através de variadas operações financeiras, principalmente envolvendo as atividades de importação e exportação. Todo esse dinheiro, capaz de fazer uma revolução econômica num país que só

mantém reservas abaixo de 10 bilhões – a duras penas e pela suspensão dos pagamentos que deveria realizar – está estocado em bancos estrangeiros, europeus e norte-americanos, enquanto seus proprietários não recuperam a confiança na economia do país.

Para remediar o mal, o governo acredita que “o Tuma resolve”. Por isso, anuncia que vai soltar a Polícia Federal e o Banco Central na trilha dos responsáveis pela evasão. Nunca um governo liberalizante gozou de tão reduzida margem de credibilidade junto aos setores empresariais e financeiros.

A Geografia do voto no Brasil

Eleições 1989

Fernando Cotrim

• Uma análise geopolítica do voto nas últimas eleições presidenciais.

• 13 mapas eleitorais.

• 13 tabelas com resultados do 1º e 2º turnos.

Cr\$ 1.000,00

Mande um cheque nominal ao **IBASE**,
Rua Vicente de Souza, 29
22251 - Rio de Janeiro.
Ou peça pelo telefone
(021) 286-0348.

A crise do neoliberalismo

O neoliberalismo de Reagan e Bush resulta numa profunda crise institucional e econômica nos Estados Unidos, e a sra Thatcher, sua aliada incondicional, sossobra no Tâmis

Alguns historiadores compararam os tempos atuais, na Europa, ao período que o continente viveu depois da era napoleônica e do Tratado de Berlim de 1815. A semelhança pode estar no clima de paz e entendimento que se sucedeu àquela época de grandes confrontos ideológicos e políticos, embora a comparação não seja correta do ponto de vista militar. Seria mais preciso considerá-lo o fim de Yalta, quando, acima das suas profundas divergências, Roosevelt, Churchill e Stálin retalharam o mundo, atribuindo aos vencedores da Segunda Guerra Mundial zonas de influência, sobre as quais reinaram até agora.

Seja como for, a Conferência para a Segurança e Cooperação da Europa é um acontecimento histórico, que não apenas torna mais próximo o sonho da "casa européia" de Gorbachev, como homologa a independência e a autonomia de decisões que a Europa alcança depois de mais de meio século de tutela, seja dos Estados Unidos no Oeste, ou da União Soviética, no Leste.

Sob este aspecto, a transformação é imensa. Os sucessivos governos norte-americanos, do democrata Harry Truman ao republicano George Bush, estenderam sobre os países da Europa Ocidental, teoricamente ameaçados pela União Soviética, um protetorado mili-

tar que, na prática, propiciava a Washington uma boa fatia do domínio econômico e engordava sua influente indústria bélica.

O longo e brilhante processo de união política e mercado comum que a Europa Ocidental implementou nos últimos 30 anos foi, sem dúvida, a base dessa nova realidade.

Mas tudo teria sido mais difícil e lento, sem essa espécie de revolução na revolução que está vivendo a União Soviética, sob a liderança de Gorbachev.

Em fatos históricos dessa magnitude, há sempre os que perdem e os que ganham. Poder-se-ia dizer que, em tese, ganharam os europeus que asseguram ao seu renascimento econômico um período de paz, eliminando a Guerra Fria que desviava somas colossais

para os armamentos e o adestramento militar de milhões de soldados.

Para o Terceiro Mundo, os dados da situação não se modificam e até pioram, com a concorrência dos "menos ricos" do Leste Europeu nos projetos de cooperação e a perspectiva de

uma guerra no Golfo, que pode aprofundar ainda mais a sua crise e militarizar o grande confronto econômico e social que separa do Norte industrializado o Sul pobre e explorado.

Mas, fundamentalmente, perdem os Estados Unidos que, nos últimos decênios, basearam suas relações internacionais na Guerra Fria com a União Soviética e arrastaram para essa posição quase toda a Europa. O



Soou a agonia do neoliberalismo de Thatcher

fim do Pacto de Varsóvia obriga, hoje ou amanhã, a dissolução da Aliança do Atlântico e os 400 mil soldados norte-americanos que ocupavam grande parte da Europa terão de voltar para casa, a menos que o belicismo do sr. Bush consiga dar-lhes nova ocupação na guerra do Golfo,

salvando a sua indústria de armas em crise.

O mais importante desse avanço histórico é, sem dúvida, o seu aspecto ideológico e a sua projeção estratégica.

A nova Europa, consolidada na Conferência de Paris, nasce sob um signo político diferente, que não apenas sepulta a Guerra Fria, mas elimina as influências das velhas estruturas capitalistas conservadoras, nas quais se apoiava a Casa Branca e que impediam o entendimento com a URSS.

O mapa ideológico da Europa de hoje está mudado, fugindo ao padrão neoliberal que os srs. Reagan e Bush e a sra. Thatcher tanto se empenharam em fortalecer como o escudo do "mundo livre" contra a ameaça soviética. A França, a Espanha e os países escandinavos têm governos socialistas ou social-democratas. E mesmo

tam a fortalecer a economia estatal, se o seu desenvolvimento favorece os interesses nacionais. Também nisso se distanciam do modelo ortodoxo do capitalismo anglo-americano.

Sem essa nova realidade europeia, o fim da Guerra Fria seria problemático. Do mesmo modo, a União Soviética – que Washington deseja cada vez menos União e, sobretudo, não Soviética – vem eliminando as distorções stalinistas, para dar ao socialismo sua verdadeira face democrática, sem excluir uma economia de mercado, que não é incompatível com o planejamento estatal, desde que voltados ambos para o interesse do país.

Assim, dos dois lados da fronteira ideológica verificaram-se modificações fundamentais, que permitiram derrubar barreiras e avançar para o entendimento, uma conquista impossível no quadro do disfarçado neo-imperialismo de Washington e seus aliados europeus.

Não é por acaso que a nova "casa europeia" começa a ser construída, quando o neoliberalismo de Reagan e Bush resulta numa profunda crise institucional e econômica nos Estados Unidos e a sra. Thatcher, sua

aliada incondicional, sossobra no Tâmis.

Querer definir a queda do governo inglês como resultante de erros e carências pessoais da sra. Thatcher é, contudo, um equívoco e uma injustiça. Seguramente que ela os teve e muitos, mas o neoliberalismo

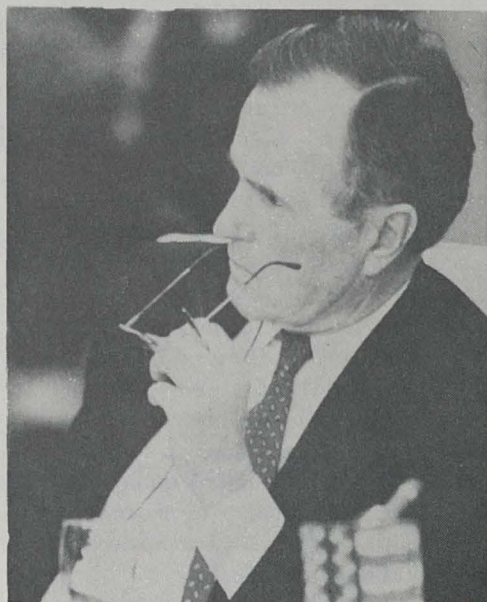
direitista e conservador não encontraria líder mais eficaz, com a sua arrogância, seu autoritarismo e a obstinação que caracterizaram o longo reinado da ex-primeira-ministra britânica.

Não foi ela que fracassou na Inglaterra, mas o modelo que encarnou e defendeu com extraordinária persistência: foi esse modelo cruel e antipopular que levou o país à inflação com recessão, ao desemprego, à queda do padrão de vida do povo, à repressão sindical e à desorganização de serviços públicos, imprudentemente privatizados.

A nova comunidade europeia, que vai se estendendo progressivamente ao Leste do continente, encerrando a era do confronto militar, isola os Estados Unidos e força a Inglaterra a dar passos mais avançados no sentido da unidade. É cedo para medir toda a extensão desse novo tempo, mas, sem dúvida nenhuma, fugindo à visão belicista da Casa Branca e superando uma guerra ideológica fora de tempo, esses fatos históricos debilitam a estratégia neoliberal que os Estados Unidos e seus aliados europeus alimentam como instrumentos de influência política, de penetração econômica e domínio militar.

Washington vai tentar aprofundar o seu domínio sobre o Terceiro Mundo, impondo-lhe o modelo econômico neoliberal que fracassa no seu próprio país e na Europa. Cabe às correntes progressistas dos nossos países – a começar em nossa própria casa – impedir que isso ocorra, buscando no exemplo europeu os caminhos do entendimento e da cooperação, com independência econômica e justiça social. ●

Neiva Moreira



Bush, isolado, perde a mais intransigente aliada

aqueles países ocidentais considerados internamente como os menos progressistas da Comunidade Econômica Europeia, como a Alemanha e a Itália, sustentam na sua política externa, os princípios de uma Europa unida. Seus governos são capitalistas, mas não se fur-

Regionalismo

José de Jesus Moraes Rêgo*

O regionalismo, tanto em aspectos históricos, sociais, literários e políticos, parte de uma base que é a consciência regional. Ou seja, certos atributos e caracterizações importantes para melhor definir o que tem uma região.

No caso nordestino, o regionalismo parte de um conjunto de aspectos que compõem uma chamada questão regional, que tem conotações históricas, desde o período colonial e mesmo após a independência, em defesa de certos pressupostos válidos para a região (comércio internacional – período colonial; movimentos nativistas – em defesa de direitos adquiridos e até mesmo de maior determinação e independência; agrupamentos de Estados e regiões numa maior; movimentos regionalistas literários – como o Manifesto regionalista de Gilberto Freyre, romancistas como Jorge Amado, José Lins do Rego e Graciliano Ramos; fundação de organismos, como o Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, a Sudene, etc.).

A aglutinação de Estados gerou a configuração geopolítica do Nordeste, atualmente definida pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE como região Nordeste. Entretanto, dentro do conceito de Nordeste da Sudene – um conceito mais ligado à problemática do subdesenvolvimento – dentro desta e extrapolando-a está o Polígono das Secas, com a inclusão do Norte de Minas Gerais, graças a uma emenda na legislação que criou a Sudene (Lei nº 3692, de 15/12/59).

No caso da Amazônia, além do sentimento de regionalismo do povo da região, há uma consciência nacional de defesa de seus valores naturais, que extrapolam a fronteira brasileira, tendo apoio no mundo inteiro, especialmente na Europa e Estados Unidos. Também o regionalismo amazônico se fundamenta nas riquezas regionais e na sua exuberância florestal e econômica, voltada, substancialmente, para o futuro. Futuro de interesse das Nações Unidas, já que apoiam trabalho que está sendo feito para a região, com colaboração do Banco da Amazônia-Basa e da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia-Sudam, a fim de ser pensado novo desenho estratégico para o desenvolvimento da região, em um espaço de tempo além do ano 2000.

*O Nordeste
saber que pode
caminhar
sozinho e sair do
subdesenvol-
vimento é
questão de
tempo e
conscientização
do seu povo
e de boas
lideranças*

Como se vê, nessas duas regiões a consciência de sua importância regional, dos seus valores é mais acentuada que no Centro-Oeste e mais que nas regiões Sul e Sudeste. Pois, nestas duas últimas, notadamente, não se sente muito a união em defesa da região, por parte dos Estados que as compõem.

As dimensões de um regionalismo político – político em função de idéias libertárias, de uma união de região ou mesmo de alguns Estados de uma região que não todos, ou de uma conscientização contra um poder central menos atencioso aos seus valores e reclames – podem ser sentidas num Estado como o Rio Grande do Sul, pelo histórico, com base na criação do Uruguai, com anseios levantados quando da elaboração da Constituição Estadual recentemente, como em movimentos regionais de luta e de independência, a exemplo de Frei Caneca.

O regionalismo revolucionário político acentua-se numa base de força histórica do Nordeste, como se este fosse traído – num refrão castelhano antigo: “Ainda que a traição agrade, o traidor sempre se aborrece”, ou, mesmo que se aceite a traição, sempre se despreza o traidor – expressando uma revolta pela expropriação, pela usurpação, pelo desprezo e, não por último, mas fortes e de constante conteúdo, pelas promessas não-cumpridas.

O regionalismo nordestino artístico, simbólico, espalhado por anteriores habitantes do Nordeste em todo o país, em costumes e artes, em vida e morte, em migrações e certas lutas pela sobrevivência, por um lugar ao sol (um ditado do lugar-comum), qualquer forma que tenha, sempre aparece, pode crescer e chegar a compartilhar mais ativamente de um movimento básico libertário.

E o Nordeste saber que pode caminhar sozinho e sair do subdesenvolvimento é questão de tempo e conscientização do seu povo e de boas lideranças (políticas, culturais, sindicais, estudantis).

*José de Jesus Moraes Rêgo, maranhense, é técnico da Sudene, onde foi diretor (67-74), escritor, ex-professor da Fundação Universidade do Maranhão e da Faculdade de Filosofia do Recife, da UFPE, tem livros sobre a problemática regional, sendo o mais recente o “Painel do Cooperativismo Nordestino – 1966/1986”, edição OCB, 1989.

ANGOLA

terra da liberdade



TAAG - Av. Presidente Vargas 542/1603
telefones: 263-9711, 263-4988, 263-4911
telefones Aeroporto Internacional: 398-3112 e 398-3113

LUANDA / RIO:

SÁBADO:

Saída / Luanda: 12:30
chegada / Rio: 17:00

RIO / LUANDA:

DOMINGO:

Saída / Rio : 16:30
Chegada / Luanda: 04:30
(dia seguinte)



TAAG

LINHAS AÉREAS DE ANGOLA

A Serviço da Reconstrução Nacional

re
ca
o c

un
m
his
a i
tos
-
de
m
m
m
ni
ro
go
co
So

çã
pe
e l
ta
-
de
es
te
le
15

re
ci
q
ap
pa
ar
e
ta
in
ba
cc
p
A
se
re
-



Rio, o Brasil de braços abertos.



PREFEITURA
DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO